

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

MATEUS MIRANDA SOUZA

**Filhos da mãe de todos os vícios: “vadiagem” em matérias do Correio Paulistano (1890 - 1900)**

GUARULHOS

2022

**MATEUS MIRANDA SOUZA**

**FILHOS DA MÃE DE TODOS OS VÍCIOS: “VADIAGEM” EM MATÉRIAS DO CORREIO  
PAULISTANO (1890 - 1900)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal de São Paulo como  
requisito parcial para obtenção do grau em  
Bacharel (ou Licenciado) em (nome do curso).

Orientadora: Edilene Teresinha Toledo

GUARULHOS

2022

SOUZA, Mateus Miranda.

Filhos da mãe de todos os vícios: “vadiagem” em matérias do Correio Paulistano (1890 – 1900)  
Mateus Miranda Souza - 2022

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História). – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Humanas, Guarulhos, 2022

Orientador: Edilene Toledo Teresinha.

1. Vadiagem; 2. Ideologia do trabalho; 3. Imprensa paulista

**FILHOS DA MÃE DE TODOS OS VÍCIOS: “VADIAGEM” EM MATÉRIAS DO CORREIO  
PAULISTANO (1890 - 1900)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal de São Paulo como  
requisito parcial para obtenção do grau em  
Bacharel (ou Licenciado) em (nome do curso).

Orientadora: Prof. Dr. Edilene Teresinha Toledo

Aprovação: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

---

Prof. Dr. Edilene Teresinha Toledo  
Universidade Federal de São Paulo

---

Prof. Dr. Clifford Andrew Welch  
Universidade Federal de São Paulo

---

Prof. Dr. Denilson Botelho de Deus  
Universidade Federal de São Paulo

A minha mãe, Maria Celestina

## AGRADECIMENTOS

Esta monografia foi escrita durante a pandemia, tal momento foi de intensas dificuldades mas com a companhia e o afeto de familiares e amigos o percurso foi muito mais suave. Tenho um agradecimento em especial para a minha professora e orientadora Edilene Toledo Teresinha, que desde do meu primeiro contato fui recebido com muito carinho e atenção. É uma honra ser orientado por uma pesquisadora que admiro tanto, professora ímpar, detentora de uma didática fascinante e de coração enorme, muito obrigado pelas suas aulas, orientações, comentários e instigações. Sem a orientação e principalmente o seu incentivo este trabalho não seria possível, muito obrigado. Devo agradecimentos também ao professor Denilson Botelho de Deus por ter me apresentado a temática deste trabalho, seu entusiasmo em sala de aula, o vigor e comprometimento com a produção acadêmica tornaram ponto de referência para mim. Agradeço a Biblioteca Nacional pela disponibilização do acervo digital, sem essa disponibilidade este trabalho não poderia ter sido feito em meio a pandemia.

Houve muitas pessoas que foram muito importantes para completar este percurso. Há minha família, minha mãe e meu pai que me ensinaram o valor da educação e foram grandes incentivadores dos meus estudos, a minha irmã pelas risadas e companheirismo que permitiu tornar este trabalho mais leve. A minha companheira Bruna por me ajudar nos momentos mais difíceis, pelo seu carinho, pelos cafés acompanhados de longas conversas dos assuntos mais variados e pelas fofocas, sem seu apoio este trabalho não poderia ser possível. Aos grandes amigos que fiz na faculdade, carinhosamente conhecidos por NCU, Bianca, Mateus, Samanta, Julia, Vinicius e Isabella, o meu agradecimento pelas risadas e bons momentos. Agradeço aos meus amigos Rodrigo, Gustavo e Wesley, detentores de um senso de humor singular e que são muito importantes em minha vida. Sei que ele não pode ler, mas não posso deixar registrado meu agradecimento ao meu cachorro Mickey, é um grande companheiro nessa trajetória da vida e a companhia dele neste processo da confecção deste trabalho foi muito afetuosa.

Um agradecimento especial ao Cursinho Popular Professora Leila Regina que me mostrou que uma vida transformada pela educação é possível, vida longa ao Leila Regina!

## **RESUMO**

Este trabalho tem como intuito a analisar matérias sobre a vadiagem do Correio Paulistano entre 1890 a 1900, com isso buscamos identificar as maneiras de sobrevivência e cotidiano das classes atingidas pela repressão à vadiagem, além de compreender a concepção da repressão em si que apareciam no Correio Paulistano. Faremos um esforço para identificar quem era esses sujeitos e tentar por meio das linhas das matérias do jornal, contribuir com o entendimento de uma parcela de sua história no contexto da Primeira República. Paralelamente, por meio das análises buscamos identificar como a burguesia paulistana interpretava os vadios.

**Palavras chaves:** vadiagem; ideologia do trabalho; imprensa paulista.

## **ABSTRACT**

This work aims to analyze articles about vagrancy in the Correio Paulistano between 1890 and 1900, with this we seek to identify the ways of survival and daily life of the classes affected by the repression of vagrancy and in addition, to understand the concept of repression in itself that appeared in the Correio Paulistano. We will make an effort to identify who these subjects were and try, through the lines of the newspaper articles, to contribute to the understanding of a part of their history in the context of the First Republic. At the same time, through the analysis we seek to identify how the São Paulo bourgeoisie interpreted the vagrant subjects.

**keywords:** loitering; work ideology; São Paulo press.

## SUMÁRIO

Introdução .....	8
Capítulo 1: <i>Palavras que criam os vadios: intervenções dos vadios nas páginas do Correio Paulistano</i> .....	19
Capítulo 2: <i>Polícias, xilindrós e vadiagem: policiamento e vadiagem no Correio Paulistano</i> .....	36
Capítulo 3: <i>“Trabalhadores de cor”: Negros e pardos e a vadiagem</i> .....	60
Capítulo 4: <i>Crianças vadias</i> .....	74
Capítulo 5: <i>Imigrantes e a vadiagem</i> .....	85
Considerações finais .....	91
Referências bibliográficas .....	95



## Introdução

### “CAPITULO XIII - DOS VADIOS E CAPOEIRAS

Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de ocupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:”

O artigo 399 do Código Penal de 1890 tipificava o delito de vadiagem e pode ser considerado um marco para a repressão às classes populares no período da Primeira República, pois dentre seu entendimento estava a concepção de uma nova ideologia do trabalho e representou um dos mecanismos que colocou em prática tal ideologia.

O artigo 399 era destinado para vadios e praticantes de capoeiras, e continha as especificações do crime, sendo o não exercício de uma profissão, não ter qualquer meio de ganhar a vida e não ter residência, além de garantir o sustento por meio de ocupações ilícitas eram considerados crimes e “offensiva da moral e dos bons costumes.”<sup>1</sup>

Sendo encabeçado pela burguesia liberal, o controle social determinado pelo Artigo 399 representava não apenas a repressão em sua forma de violência física, mas também através da imposição da nova ideologia de trabalho por meio da busca de uma educação do trabalhador tanto em suas práticas no ambiente do trabalho como também se estendendo para suas relações cotidianas e seus fazeres de lazer.

Esta nova ideologia de trabalho seria um dos resultados do processo de consolidação e expansão do sistema capitalista no Brasil e que então teria sua propagação por meio de mecanismos de força e ideológicos. Um destes usos é o objeto de análise que faremos aqui, pois neste momento a imprensa desempenhou um importante papel neste contexto de repressão à vadiagem.

De fato, a repressão à vadiagem não é exclusividade da Primeira República, já no período imperial é possível encontrar a preocupação das elites com tal questão. Contudo, vai ser a partir de 1890 com o Código Penal de 11 de outubro que a repressão à vadiagem passou pelo

---

<sup>1</sup> Trecho retirado do artigo 399 do Código Penal de 1890.

desenvolvimento da institucionalização desta repressão, tendo os seus mecanismos repressivos passado por um processo de modernização o que possibilitou ampla atuação da repressão.

Como já posto aqui, a repressão à vadiagem não se restringiu apenas em ações de força física, mas como também passou pelo processo de busca pela educação da população trabalhadora por meio do trabalho. O controle social das classes populares tentava atingir todas as instâncias da vida dos trabalhadores: os tentáculos desta nova ideologia buscavam abraçar a sociedade daquele período. Tal característica é um representativo daquela sociedade capitalista, como observa Sidney Chalhoub:

O controle social numa sociedade capitalista procura abarcar todas as esferas da vida, todas as situações possíveis do cotidiano: este controle se exerce desde a tentativa do estabelecimento da disciplina rígida do espaço e do tempo na situação de trabalho até a tentativa de normatizar e regular as relações de amor e de família, passando, nos interstícios, pela vigilância e repressão contínuas dos aparatos jurídico e policial.”<sup>2</sup>

A premissa do controle social das classes populares era uma condição que era catalisada nas metrópoles e que introduziu aos trabalhadores a concepção de competitividade. Este princípio vai permear o cerne do convívio social almejado pelas elites burguesas. Tais princípios também são apontados por Chalhoub, pois nas palavras do autor:

“Competir”, palavra de ordem numa sociedade capitalista, traduzia-se em práticas cotidianas concretas dos trabalhadores de estiva. Interiorizar um determinado conceito de competição — mesmo que num sentido aparentemente distinto daquele veiculado pelos apologistas da nova ideologia do trabalho — tem sérias conseqüências na vida desses homens. Viver competitivamente significa perceber a si mesmo como um ser basicamente solitário que se constitui no principal agente ou construtor de seu próprio “destino”. Viver competitivamente significa também interpretar sucessos e fracassos como resultados principalmente de potencialidades e realizações individuais, diluindo assim, de forma dramática, a consciência que

---

<sup>2</sup> CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 147 - 148.

esses homens necessitavam ter do fato de que pertenciam a uma mesma classe social. “Ser” competitivo significa, acima de tudo, conceber-se como “ser” individual, solitário, “livre”, e não como “ser” produto de um conjunto de relações sociais específicas.”<sup>3</sup>

Essa premissa de viver em competitividade permeia a noção da nova ideologia de trabalho pois tentou inserir a noção em cada indivíduo que suas ações individuais e nada mais poderia definir seu futuro e resultar em sua prosperidade. Coloca nas mãos do indivíduo a falsa liberdade concebida pela noção liberal imbuída pelo liberalismo de que suas escolhas “solitárias” bastam por si só para mudar as rédeas de suas vidas. Negando-os a concepção de coletividade de classe - que também vai conter os individualismos de cada pessoa - mas que será norteadado pela consciência de pertencimento a um grupo.

Contudo seria errôneo de nossa parte compreender que estes indivíduos que eram alvo destas ações estavam de alguma forma simplesmente alheios e à mercê de todas estas questões. Havia muitos que tinham plena consciência de suas condições frente à repressão à vadiagem e mesmo aqueles que não apresentavam aparentemente um entendimento claro, buscavam e desenvolviam da mesma forma mecanismos e práticas para contornar e burlar a repressão.

Como discorre Sérgio Luiz Milagre Júnior, as classes populares desempenhavam por meio de inúmeras práticas a afirmação da resistência à ideologia burguesa, ações como o modo que lidavam com a polícia dando nomes falsos para burlar os registros ou fugas e confronto direto com os praças representavam formas de resistir no cotidiano, até mesmo o “simples” ato de tomar umas bebidas alcoólicas depois do expediente.<sup>4</sup> Levantando questões como; será mesmo que a repressão à vadiagem pode ser considerada bem sucedida? De quais formas a população sentia essa repressão? Havia afinal das contas a consciência de algum tipo de resistência à nova ideologia do trabalho? Ou eram o resultado da busca pela sobrevivência e a permanência de seus costumes e de que por esse motivo os colocavam como alvos das autoridades por serem entendidos como um perigo para a ordem social?

---

<sup>3</sup> CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 156

<sup>4</sup> JÚNIOR, Sérgio Luiz Milagre. A REPÚBLICA E A REPRESSÃO À VADIAGEM: abordagens sobre os vadios em Minas Gerais (1895-1901). Anais do XIX Encontro Regional de História: Profissão historiador; formação e mercado de trabalho, Juiz de Fora, 2014.

De qualquer forma, sendo caso pensado ou não, os indivíduos que eram alvos da vadiagem não podem ser vistos como receptores e com reações apenas motivados quando confrontados. Esta forma de conceber a tentativa de submissão das classes populares os colocam apenas como receptores e reagentes das intervenções das elites, negligenciando a complexidade de suas vivências e concepções. Ainda sobre a questão, Sérgio Luiz Milagre Júnior pontua que:

“A teoria de submissão dos vadios ao imperativo do trabalho não foi capaz de abarcar a prática. Os indivíduos não podem ser considerados como tábulas rasas das quais se imprime condutas e hábitos de obediência. Os indivíduos carregam consigo experiências, práticas e valores que são definidoras de sua própria identidade enquanto indivíduo e do seu lugar na sociedade.”<sup>5</sup>

Os métodos que podemos usar para compreender o cotidiano destes sujeitos são diversos e a historiografia vem se desenvolvendo ao longo das décadas para aprimorar as análises na expansão do entendimento dos indivíduos das classes populares. A imprensa apresenta um vasto conteúdo para análise sobre o tema, podendo ser abordado de diferentes formas. Aqui neste trabalho o nosso objeto de análise é o jornal *Correio Paulistano*, pois, mesmo sendo um periódico que pode ser entendido como pertencente à elite e que por conseguinte difundia muitos preceitos desta classe, ainda assim é um interessante objeto de estudo que permite reflexões instigantes com grande complexidade.

Contudo, a imprensa não é um fenômeno que acontece apenas no período republicano, já no período imperial havia periódicos, por óbvio que a configuração da imprensa no período republicano não é a mesma do período imperial. O próprio entendimento do que era imprensa de um momento para o outro muda.

Para contar um pouco do nosso objeto de estudo, usarei das colocações da antropóloga Lilia Schwarcz em *Imagens de negros: A imprensa Paulistana no Final do Século XIX, e como através de suas páginas, os brancos viam os negros*. Acredito que a autora apresentou de forma sintética e elucidativa a história e nuances do *Correio Paulistano* ao longo de sua trajetória.

Como apontado em algumas linhas atrás, já havia jornais que foram fundados no período imperial, contudo Schwarcz aponta que apenas quatro permaneceram no segundo Império, dentre

---

<sup>5</sup> Ibidem, p. 7

estes, o Correio Paulistano (1854) foi um deles.<sup>6</sup> Um dos motivos que resultou na longa duração do Correio Paulistano foi o aprimoramento para novas concepções do formato da imprensa.

Transformações do maquinário e do próprio fazer do jornal transformam os jornais em *jornais empresas*, como denota Maria Helena Rolim Capelato:

“Os jornais empresas se organizavam sob a forma de sociedades anônimas. Os proprietários se preocupavam com a melhoria das técnicas de impressão, e a aquisição de novo maquinário era sempre alardeada para mostrar que o jornal se colocava favoravelmente na concorrência jornalística. A fonte de renda advinha, em grande parte, dos anúncios publicitários, e mesmo os órgãos político-partidários como Correio Paulistano e Diário Nacional não os dispensam.”<sup>7</sup>

Essa mudança de concepção dos jornais é um ponto capilar para nossas análises, pois dentre essa noção, Capelato aponta que passa a ter o entendimento também de uma mercadoria política e os jornais assumem para si a responsabilidade de formar a opinião pública. Nesse bojo, os jornais desempenham um duplo interesse, o econômico pela busca por vendas do jornal e pelo interesse político com a defesa de programas políticos. É importante notar que as pessoas que faziam os jornais eram pertencentes a uma determinada classe social e que carregavam preceitos e concepções destas. Para além disto, para não simplificarmos a discussão em concepções brandas de classe, devemos compreender a subjetividade destes indivíduos que constituíam o corpo dos jornais, pois traziam assim suas próprias concepções oriundas tanto da ideologia defendida como de suas experiências de vida, quanto também da própria influência do jornal. Essas características, segundo Capelato, permitem que:

“Quando os jornais se transformam em empresas, passaram a produzir uma mercadoria específica: a “mercadoria política”. Essa dupla identidade (comercial e política) acabou permitindo que a “grande imprensa”, instituição pública, continuasse interferindo na política em nome da “opinião pública” e, na condição de instituição privada, atuasse como empresa comercial geradora de lucro. Essa

---

<sup>6</sup> SCHWARCZ, Lilia Katri Mortz. *Imagens de Negros: A imprensa Paulistana no Final do século XIX*, e como através de suas páginas, os Brancos Viam os Negros. UNICAMP, fevereiro, 1986. p. 62

<sup>7</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador*. In: *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*[S.l: s.n.], 2015. p. 118

dupla inserção permitiu que os donos de jornais justificassem suas opiniões e intervenções políticas como representativas da “opinião pública”.<sup>8</sup>

A história do Correio Paulistano tem como marco dessa “virada” a compra do jornal, em 1854, por Joaquim Roberto de Azevedo. Essa compra significou o início do processo de modernização do jornal, porém já neste período o Correio Paulistano começou a passar por dificuldades financeiras.<sup>9</sup> Ao longo de sua história, o Correio Paulistano passou por constantes instabilidades financeiras que fez com que por inúmeras vezes o jornal fosse vendido, passando por diversos donos.

A década de 1850 é apontada por Schwarcz como sendo a forma definitiva do jornal, apresentando a conciliação do governo entre liberais e conservadores<sup>10</sup>. A autora ainda pontua que as dificuldades financeiras do jornal se depositavam também nessa colocação política, pois, como observa a autora, era difícil precisar ao qual grupo político o jornal se ligava, “já que primeiro foi conciliador, depois sucessivamente conservador, liberal, republicano, outra vez liberal, novamente conservador e, por fim, definitivamente republicano.”<sup>11</sup>

Desde de seu início, a proposta do Correio Paulistano era de ser imparcial e isto está dentro do processo que Capelato aponta de que os dirigentes do jornais se viam

“Como os idealizadores dessas novas fórmulas políticas atribuíram à imprensa essa missão de tornar públicos os atos de governo e expressar a vontade popular ante os governantes, os periodistas, desde então, arvoraram para si a prerrogativa de interpretar e formar a opinião pública por meio de seus jornais.”<sup>12</sup>

Essa abordagem é notoriamente encontrada no Correio Paulistano, para além deste processo de mudança de percepção do próprio entendimento de qual seria a função do jornal, o processo de modernização da fabricação do jornal fez com que houvesse aumento das tiragens. Em 1868 a tiragem do jornal era de 450, subiu para 700 no mesmo ano e em 1869 chegou a 850.<sup>13</sup>

---

<sup>8</sup> Ibidem, p. 122.

<sup>9</sup> SCHWARCZ, op. cit., p. 72

<sup>10</sup> Ibidem, p. 72

<sup>11</sup> SCHWARCZ, loc. cit.

<sup>12</sup> CAPELATO, op. cit, p. 120.

<sup>13</sup> SCHWARCZ, op. cit, p. 74.

O Correio Paulistano acompanhou a mudança dos grupos políticos dos quais seus donos faziam parte. Assim, Schwarcz aponta que

“Em janeiro de 1872, o Correio assume a bandeira do Partido Republicano, já que Américo de Campos e José Roberto A. Marques ligam-se de maneira decisiva a essa causa. No entanto, essa adesão foi bastante curta pois, em 1874, quando Américo de Campos retira-se do jornal para formar a Província de São Paulo, e o Correio é adquirido por Leôncio de Carvalho (de tendências monarquistas), o jornal transforma-se em mero transmissor de informações e curiosidades.”<sup>14</sup>

Em junho de 1890, o jornal foi adquirido pelos republicanos Manoel Gonçalves Camilho e o capitão Manoel Lopes de Oliveira, passando a ser propriedade da sociedade anônima “Fundação da República”.<sup>15</sup>, defendendo assim ideais republicanos. Como argumenta Schwarcz, “O Correio sem dúvida representou os anseios e interesses de uma aristocracia rural, que relutou sempre em aceitar as novas configurações aliando-se a elas sempre tardiamente, ou quando o conflito tornava-se inevitável e evidente”.<sup>16</sup>

Ou seja, segundo a autora, o Correio Paulistano era uma ferramenta das elites aristocráticas rurais que usavam de seu alcance para a defesa de seus interesses, sendo um eficiente mecanismo para isso. Para Schwarcz, em sua análise sobre os possíveis usos e implicações de um jornal a autora aponta que, “o jornal é eficaz então, porque trabalha com e cria consensos, opera com dados e em um primeiro momento explícito, e que na prática diária de repetições e reiteraões, tornam-se cada vez mais implícitos, reforçando-se enquanto verdades ou pressupostos intocáveis.”<sup>17</sup>

O uso do Correio Paulistano como fonte para compreender como se dava a repressão à vadiagem e a defesa dessa repressão pelas elites tem como uma de suas premissas a colocação de que o jornal funcionava como um difusor de ideias burguesas por meio das matérias sobre vadios, vagabundos, gatunos, ociosos e outros nomes que se dava. Como posto anteriormente, o jornal não tinha apenas o intuito de informar, mas também buscava criar consensos em torno de suas concepções da chamada vadiagem.

---

<sup>14</sup> Ibidem, p. 75.

<sup>15</sup> Ibidem, p. 77.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 78.

<sup>17</sup> Ibidem, p. 289.

A expressão destas ideias apareciam no apoio a ações policiais de repressão à chamada vadiagem e até mesmo na forma de cobrança por mais repressão, dando a possibilidade que os colunistas criassem a imagem esperada de um vadio, caracterizando quem o ocioso era, a qual classe pertence e os costumes do cotidiano, tendo sempre a perspectiva de recusa dos modos de vida das classes populares por haver o entendimento que estava repousado nesta classe o embrião da vagabundagem. Como pontuado por Mônica Diniz:

“Considerando todos eles alfabetizados, logo detinham o monopólio letrado num universo de analfabetos, uma vez que a grande maioria dos infratores não sabia ler nem escrever. Dessa forma, produziram relatos sob uma visão de mundo e de “ordem” comprometida com seus lugares sociais. Com discurso de progresso e civilização em mãos, as autoridades brasileiras, especialmente as das grandes capitais, acirraram o cerco contra sujeitos que pudessem atrapalhar esse processo de desenvolvimento urbano, cujo mote era entrar para o rol das capitais civilizadas.”<sup>18</sup>

Iremos atentar em analisar a década entre 1890 e 1900 utilizando o jornal *Correio Paulistano* como fonte, o que nos possibilita compreender a forma que acontecia a repressão à vadiagem na cidade de São Paulo, como eram noticiadas e propagadas pela classe burguesa e qual era a visão destas sobre as classes populares. Ao mesmo tempo, a análise disso permite compreender por meio das lacunas das linhas das matérias do *Correio Paulistano* a colocação dos indivíduos que eram alvo da repressão, fazendo o esforço de entender por meio das páginas do periódico as formas de resistência à repressão ao que era considerado como vadiagem.

Não temos a vã pretensão de propor um entendimento totalizante sobre a vadiagem, repressão à vadiagem ou costumes e formas de resistências das classes populares, mas sim há um esforço genuíno de tentar colaborar com os debates da temática acerca da repressão à vadiagem. Como denota Sidney Chalhoub “O fundamental em cada história abordada não é descobrir “o que realmente se passou” — apesar de, como foi indicado, isto ser possível em alguma medida —, e sim

---

<sup>18</sup> DINIZ, Mônica. Processos criminais: os termos de vem-viver: tensões, controle e sobrevivência nas ruas de São Paulo (1870-1890). *História e Perspectivas*, Uberlândia (49): 175-217, jul./dez. 2013, p. 185



tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso.”<sup>19</sup>

Os jornais permitem ao historiador o registro da vida cotidiana não apenas dos sujeitos considerados ilustres, como pontua Capelato ao discorrer sobre as possibilidades dos usos da imprensa como fonte:

“Essa constatação permite afirmar que a imprensa oferece amplas possibilidades para o estudo da história porque nela fica registrada a vida cotidiana de uma sociedade em seus múltiplos aspectos, o que permite ao historiador compreender como viveram os indivíduos de outras épocas, não só os “ilustres”, mas também os sujeitos anônimos.”<sup>20</sup>

Permitem que lançamos luz sobre as facetas mais trágicas de suas formas de vida, visto que as notícias normalmente eram para noticiar ações policiais, falar sobre pobreza ou denunciar locais que seriam propícios para a aglomeração de vadios. Também oferece a possibilidade de compreender as formas que buscavam pela sobrevivência no dia da cidade. Como também pontua Maria Martins Nunes:

“As notícias de jornal permitem, assim, que nos aproximemos do que seria a faceta mais trágica da vida daqueles indivíduos: as violências cotidianas a que estavam submetidos. Para além das privações materiais, da hostilidade social e perseguição policial, a violência era física também — agressões, espancamentos, assassinatos — cometida pela polícia ou por civis que, compartilhando da ideia de os mendigos serem indesejáveis, desumanizam-nos, fazendo com que vidas improvisadas tão já no limite se tornassem ainda mais difíceis.”<sup>21</sup>

---

<sup>19</sup> CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 40.

<sup>20</sup> CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: História das Américas: fontes e abordagens historiográficas[S.l.: s.n.], 2015. p. 115.

<sup>21</sup> NUNES, Mariana Martins. Improvisação e resistência: o cotidiano dos miseráveis em São Paulo na Primeira República (1889-1930). Revista de História, 4, 2 (2012), p. 128.

A temática da vadiagem na Primeira República passa pelos debates do Código Penal de 1890, pois neste código houve a tipificação da vadiagem no artigo 399, junto à capoeira. Nesse âmbito, podemos ainda mensurar e compreender que a colocação da vadiagem e a prática da capoeira no mesmo artigo tinham como alvo as classes populares que seriam as praticantes destes costumes, ou afinal de contas, quantos foram os aristocratas presos por vadiagem? Erivan Cassiano Karvat discorre sobre os usos do Código Penal de 1890 para o controle social das classes populares:

“Na formulação do Código Penal de 1890, não existe uma diferenciação precisa entre mendigos e vadios "os termos ociosidade, vadiagem ou vagabundagem são, juridicamente, equivalentes e o nosso Código não suffraga (...) distinção" (45). Ou seja, todas essas práticas se equívalem, ainda que existam artigos diferentes para as contravenções da mendicância e da vadiagem. Ambas são consideradas comportamentos anti-sociais ou de parasitismo social pois, denotam na negação do trabalho. Dessa maneira, sinônimos de ociosidade, a mendicância e a vadiagem tornam-se um "pecado infinitamente mortal, numa sociedade dedicada ao trabalho" (46). E vadios e mendigos, pecadores além de tudo.”<sup>22</sup>

No entendimento das elites, não havia muita distinção entre vadio, mendigo, ocioso e vagabundo, todos mereciam a atenção da polícia e a preocupação dos debates das câmaras de deputados.

O período escolhido entre 1890 e 1900 apresenta um ponto crucial no período Republicano pois houve o aumento da criminalização por conta da tipificação como crime de vadiagem. A aplicação de quem era considerado vadio, era também o entendimento de quais práticas eram consideradas como crime por vadiagem, fazendo com que a apreensão dos policiais muitas vezes caíssem no âmbito subjetivo. Boris Fausto argumenta que essas condições proporcionam o cenário para o aumento da criminalidade

“A década de 1890 - 1900, caracterizada pelo crescimento populacional a uma taxa geométrica de quase 14% ao ano, pode ser vista como momento dramático de passagem de São Paulo à maioria, quando alguns problemas novos surgem e outros ganham intensidade. Em diferentes níveis, aparece a preocupação de

---

<sup>22</sup> KARVAT, Erivan Cassiano. DISCURSOS E PRÁTICAS DE CONTROLE: FALAS E OLHARES SOBRE A MENDICIDADE E A VADIAGEM (CURITIBA: 1890-1933). UFPR, Curitiba, 1996. p. 26.

controlar, de classificar, ligada ao objetivo da elites de instituir uma ordem urbana. Propósito de classificar, de entender , revelado na elaboração de estatísticas criminais para a Capital, com um mínimo de confiabilidade, a partir de 1892, ou na realização de um dos melhores censos da cidade em 1893. Propósito de controlar segmentos da população como as prostitutas, os menores vadios ou os primeiros organizadores do incipiente movimento operário, facetas diversas reunidas em um caleidoscópio regulador.”<sup>23</sup>

Assim, o intuito deste trabalho é de encontrar nas páginas das matérias do Correio Paulistano as condições e as formas em que viviam os indivíduos alvos da repressão à vadiagem. No jornal, há registros de prisões, ações policiais, debates na câmara de deputados e reflexões no próprio jornal sobre a vadiagem. A ótica apresentada é a da elite burguesa e as matérias também nos permitem entender quais eram seus entendimentos sobre trabalho, assim como aliado à temática da vadiagem podemos compreender como a elite burguesa interpretava e identificar os sujeitos considerados vadios, demonstrando que a repressão à vadiagem não acontecia apenas no aspecto judicial, mas também foi introjetado e difundido pelas instituições civis por meio da ideologia burguesa do trabalho.

---

<sup>23</sup> FAUSTO, Boris. Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880 – 1924). Brasiliense, São Paulo, 1984. p. 11.

## Capítulo 1:

### Palavras que criam os vadios: representações dos vadios nas páginas do Correio Paulistano

Dois vagabundos são apresentados à auctoridade policial.

- Onde mora você? pergunta a auctoridade a um delles.
- Não tenho casa.
- E você? pergunta ao outro.
- Eu moro no andar de cima.”

(Correio Paulistano, 25 de março de 1899, p. 2)

A repressão à vadiagem não é uma novidade do período republicano brasileiro. No período imperial é possível identificar e compreender que há preocupação com esses sujeitos que eram considerados vagabundos, havendo já leis direcionadas à repressão a pessoas consideradas como desviantes das condições de trabalho do período. Já antes da República, portanto, havia sujeitos que eram identificados como representantes de um perigo à ordem social e mereciam assim, segundo as concepções dos dirigentes do período, leis e perseguições que contivessem suas condutas consideradas como desviantes.

Foi no período da Primeira República que esta verdadeira questão social intensificou-se e passou a ser identificada de forma institucionalizada por meio da repressão pela promulgação do Código Penal de 1890 e pela incorporação de novas condutas que deveriam balizar a sociedade brasileira moderna que estava sendo constituída naquele contexto. Este processo de intensificação da repressão por meio das instituições e a constante vigilância moral incorporada pelos civis, principalmente naquele momento replicada e difundida em meio a burguesia detentora do monopólio da violência e principalmente dos canais de comunicação de massa (jornais).

O Código Penal de 1890 que tipifica como crime a vadiagem é um representativo de que, naquele momento, na sociedade, o trabalho seria um fator crucial no desenvolvimento do país que estava se formando. Por óbvio, assim como pontuado acima, pelos “vagabundos” já terem a atenção e a preocupação das elites no Brasil Império já havia assim a configuração da valorização do trabalho. Contudo, diferentemente do período imperial, a valorização do trabalho no período republicano ganha requintes de nacionalismo e a euforia de uma pátria regida por uma elite ansiosa em alcançar os ares daquilo que consideravam como sendo o progresso.

As palavras *Ordem e Progresso* costuradas na bandeira a partir de 1889 expressavam os anseios daquela elite, a ordem seria a organização da sociedade e o progresso seria dado por meio do ritmo do labor do trabalho. Quais seriam então os significados do trabalho para aquela sociedade? E o que representavam os “vagabundos” para uma sociedade que estaria a todo vapor dando passagem para o progresso por meio do trabalho? Quais seriam então as consequências e concepções geradas por uma sociedade que tinha como premissa de progresso e o trabalho?

Primeiramente, para progredir em nossas considerações devemos ter luz sobre o processo que resultou no momento histórico que estamos analisando. O processo que culminou no período que adentra os anos iniciais da Primeira República é o resultado da aglutinação de diversas forças sociais que resultaram em profundas mudanças na sociedade da época. Este processo aconteceu de forma paulatina e configurando totalmente a concepção da ideologia de trabalho que se tinha anteriormente ao período. O trabalho agora passa a ser entendido de uma concepção escravista para um processo de expansão do modelo capitalista, resultado em uma nova ideologia de trabalho.

De fato, o modo de organização social não foi de um para outro sem deixar marcas e características do período anterior, nem mesmo pode ser entendido como uma divisão clara de um para o outro, como pretendo discorrer mais à frente, essa nova ideologia de trabalho ainda vai carregar profundas marcas do período escravista. Não devemos compreender que este processo foi resultado apenas das ações de grupos das elites, pelo contrário, o contexto da nova ideologia de trabalho é o resultado de constantes repressões e resistências de diferentes grupos sociais e de diferentes contextos que resultaram na configuração desta nova ideologia de trabalho. Como pontua Sidney Chalhoub, a nova ideologia de trabalho no Rio de Janeiro, foi o resultado de

“um processo social amplo que, após muita luta e resistência por parte dos populares, levaria à configuração de relações sociais de tipo burguês capitalista na cidade do Rio de Janeiro, já nas primeiras décadas do século XX. A imersão do trabalhador previamente apropriado nas leis do mercado de trabalho assalariado passa por dois movimentos essenciais, simultâneos e não excludentes: a construção de uma nova ideologia do trabalho e a

vigilância e repressão contínuas exercidas pelas autoridades policiais e judiciárias.”<sup>24</sup>

Perceba que esta nova ideologia de trabalho não representa apenas a questão física do trabalhador, de seu corpo enquanto força motriz do trabalho, esta ideologia também se embrenha na forma de conduta moral na vida dos trabalhadores e tais discursos podem ser encontrados nas páginas do *Correio Paulistano*. Veja por exemplo a matéria do *Correio Paulistano*, de 24 de abril de 1900 com o trecho chamado “mosaico”, que traz o seguinte trecho “Quem trabalha trata da sua vida, quem está ocioso trata da alheia”<sup>25</sup>. No dia 7 de maio do mesmo ano, temos novamente na parte intitulada de “mosaico” o seguinte trecho que faz a relação entre trabalho e cuidar da própria vida e ociosidade e cuidar da vida alheia, sendo um elemento da tentativa de controle não apenas em questões de trabalho, mas também nas práticas cotidianas que as pessoas tinham no período. Segundo a matéria, da ociosidade surge a imaginação, a imaginação daria espaço para a suspeita e da suspeita a mentira. “quem trabalha trata da sua vida, quem está ocioso trata das alheias” e completa “o ocioso, como não tem que fazer mente, porque diz o que imagina”. Ao final ainda traz o desfecho de que estas palavras são do sermão do P. Antonio Vieira, mas o interessante é que a “matéria” que agora descobrimos realmente são trechos do sermão P. Antonio Vieira e assinada pelo mesmo.<sup>26</sup> Havia também o sentido de uma constante preocupação que as pessoas passassem a trabalhar e de que pessoas parassem de contribuir para a construção desse Progresso nacional, havendo assim um incentivo para que as pessoas se sujeitassem ao trabalho em quaisquer condições.

O processo da concepção do trabalhador também necessita que haja um contraponto ideológico, aqueles que poderiam ser apontados como sendo corruptores da ordem social e que poderiam ser tidos como mal exemplos para o cidadão de bem, esta figura estava nas ruas da cidade de São Paulo naquele período, estava nas praças, nas calçadas, nas escadarias das estações, nos botequins e até mesmo de forma contraditória para a lógica do conceito para a burguesia, esta pessoa poderia ser encontrada no chão das fábricas e em outros trabalhos. A forma de serem

---

<sup>24</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 47.

<sup>25</sup> Mosaico, *Correio Paulistano*, São Paulo, 24/04/1900, p. 2

<sup>26</sup> Mosaico, *Correio Paulistano*, São Paulo, 07/02/1900, p. 2

chamados poderia variar, poderia ser chamado de vagabundo, vadio, ocioso, ébrio, classe perigosa ou todo e qualquer adjetivo que as mentes férteis dos “bons cidadãos” poderiam imaginar .

Erivan Cassiano Karvat chamou a atenção para a construção do conceito da vadiagem que está ligado diretamente ao conceito de trabalho, significando o que o autor identifica na parte de seu trabalho sobre o período Imperial como sendo que o trabalho é a “lei suprema” daquela sociedade.<sup>27</sup> O trabalho então vai ser o representativo de uma característica fundamental do cidadão de bem, sendo este sujeito, o trabalhador, um contribuinte para o progresso.

Como dito anteriormente, a concepção da nova ideologia de trabalho adentra para além das questões físicas corporais na educação dos trabalhadores, passa também a ser entendida como uma nova ressignificação das condutas morais das pessoas, chegando também ao ponto de buscar atrelar o trabalho ao sentimento de felicidade, como demonstra, por exemplo, a matéria do *Correio Paulistano* do dia 13 de dezembro de 1893, intitulada de “alegrias do trabalho”, que traz o título de “Revue Bleue” do livro do mr. I, Faceot “a educação da vontade”, logo seguida pela frase que indica que o autor que colocou este trecho do livro no jornal o considera muito bom, escrevendo “excelentemente escrito”, sobre o livro. O trecho do livro colocado no jornal trata das facilidades proporcionadas pelo trabalho. “Pelo que é em si próprio, eleva-nos muito acima do vulgo. Faz-nos entrar em termos de igualdade perfeita e de encantadora intimidade, na sociedade dos maiores e dos mais nobres espíritos de todos os tempos”. Assim, segundo o trecho, o ocioso precisava de companhia para matar o tempo, e o trabalhador bastaria a si próprio. “A impossibilidade de se entreter a si mesmo põe o ocioso na dependência de outrem, obriga-o a mil servidões que o trabalhador desconhece”.<sup>28</sup>

O texto segue apontando as diferenças entre o estudioso e o ocioso. Segundo o autor, a medida que o tempo passa, o estudioso vê ano a ano aumentar sua autoridade enquanto que o ocioso “estupidefica”, e continua dizendo que “a vida laboriosa é boa tempera para a vontade

---

<sup>27</sup> Neste ponto o autor estava divagando sobre como a sociedade brasileira no período Imperial compreende o trabalho. Contudo, acredito que tal entendimento do trabalho como lei suprema daquela sociedade também é cara ao contexto das primeiras décadas da república, tendo a ponderação do próprio entendimento do vagabundo para o período imperial pois no mesmo trecho o autor aponta que naquele momento o vagabundo era entendido de uma forma que estaria fora da sociedade, concepção esta que não cabe ao período da primeira república, pois como pontuar mais à frente o vagabundo era uma figura que estava completamente inserido naquela sociedade. (KARVAT, Erivan Cassiano. DISCURSOS E PRÁTICAS DE CONTROLE: FALAS E OLHARES SOBRE A MENDICIDADE E A VADIAGEM (CURITIBA: 1890-1933). UFPR, Curitiba, 1996. p. 28)

<sup>28</sup> Alegrias do trabalho, *Correio Paulistano*, São Paulo, 13/12/1893, p. 1

origem de toda a felicidade duradoura, torna-nos habitantes da cidade de luz povoado pela flor da humanidade”. O trecho é revelador por indicar a forma como o escritor do jornal enxergava o trabalho. No dia 20 do mesmo mês e ano, foi publicada novamente uma matéria do jornal com o mesmo nome “As alegrias do trabalho”. Argumenta já no início que o povo tenha associado a palavra “trabalho” com fadiga e dor, quando para a psicologia a palavra provaria que o trabalho causaria prazer. “Porque a felicidade que o trabalho proporciona não é puramente negativa; não impede unicamente a vida de perder seu saber, de transformar-se em um sonho sem realidade; não impede unicamente o espirito de ser invadido por contrariedades, e por pequenos embaraços, mas é por si mesmo e pelos efeitos de sua acumulação uma fonte viva de felicidades.”<sup>29</sup>

E o autor continua, argumentando que o trabalho colocaria o cidadão “em pé de perfeita igualdade e de intimidade encantadora na sociedade dos mais elevados espíritos de todos os tempos.”, quanto que para o autor o ocioso quer uma sociedade infame para matar o tempo, e reafirma que o ocioso se coloca na dependência alheia enquanto que o trabalhador precisa de si mesmo. Para o autor, a passagem de tempo para o ocioso só marca a idade e nada mais.

E o autor segue exaltando o trabalho:

“Assim, a vida do trabalhador intellectual é a vida feliz por excellencia: não priva de nenhum prazer real; só ella nos dá plenamente o sentimento da realidade nossa existencia, repelle essa impressão inevitavel e dolorosa do ocioso de que a vida é um sonho sem consistencia. Arranca-nos à miseravel servidão do pensamento que faz do desoccupado um joguete das circumstancias externas: e não deixa o espiritoruminar preocupações mediocres, ou sentimentos baixos. A esses beneficios indirectos, a vida laboriosa traz ainda outros: retempera a vontade, fonte de toda a felicidade duravel, crea nos habitantes da cidade da luz, povoada do escola da humanidade e nos prepara uma velhice feliz cercada de deferencias e do respeito.”

30

Havia também atrelado à concepção da vadiagem a ideia de que o trabalho proporciona benefícios não apenas morais e sentimentais como a felicidade para aquela pessoa mas como também benefícios espirituais, como apresenta a matéria do dia 21 de julho de 1894 do Correio

---

<sup>29</sup> Alegrias do trabalho, *Correio Paulistano*, São Paulo, 20/12/1893, p. 1

<sup>30</sup> *Ibidem*.



Paulistano com o título de “Vagabundagem e mendicidade”, desta vez com o trecho de uma revista francesa escrita pelo sr. Ferdinand Dreyfus. O trecho ainda revela o acompanhamento da literatura sobre a vadiagem em âmbito internacional pelos jornalistas do *Correio Paulistano*, com a reprodução do texto francês em que se atacava duramente a condição em que a população pobre se encontrava, culpando-a por sua pobreza:

“D’ahi um desenvolvimento crescente da chaga social: nos campos, vagabundos e mendigos semam os caminhos tímidos e impunes: nas grandes cidades formam um imenso exercito, do qual se conhece os quadros, as diversões os habitos; preguiçosos por instinto, bebedos por gosto, põe ao serviço da sua industria especial os recursos os mais engenhosos e são tambem muito habeis em utilização para reverter em seu proveito a correta da caridade.”<sup>31</sup>

O trabalho então não seria apenas o condutor do progresso pessoal e da sociedade, o trabalho seria o mesmo significante de bons sentimentos, o trabalho é igual a felicidade. O trabalhador então não configura apenas a condição ideal do cidadão, seria então uma pessoa que estaria em um estado de felicidade condicionado pelo trabalho. Retomemos novamente a Chalhoub, que aponta que:

“O conceito de trabalho se erige, então, no princípio regulador da sociedade, conceito este que aos poucos se reveste de uma roupagem dignificadora e civilizadora, valor supremo de uma sociedade que se queria ver assentada na expropriação absoluta do trabalhador direto, agente social este que, assim destituído, deveria prazerosamente mercantilizar sua força de trabalho — o único bem que lhe restava, ou que, no caso do liberto, lhe havia sido “concedido” por obra e graça da lei de 13 de maio de 1888. Era este princípio supremo, o trabalho, que iria, até mesmo, despertar o nosso sentimento de “nacionalidade”, superar a “preguiça” e a “rotina” associadas a uma sociedade colonial e abrir desta forma as portas do país à livre entrada dos costumes civilizados — e do capital — das nações européias mais avançadas.”<sup>32</sup>

---

<sup>31</sup> Vagabundagem e mendicidade, *Correio Paulistano*, São Paulo, 21/07/1894, p.3

<sup>32</sup> CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 48

A nação, naquele período, seria ordenada pelo trabalho que as claves dessa nova sociedade que estaria sendo construída dariam os passos largos rumo à concretização da civilização moderna brasileira. Maria Alice Rezende de Carvalho discorreu sobre as implicações da participação dos intelectuais na permanência da ordem. O trabalho de Carvalho tenta entender como funcionou a afirmação da ordem capitalista e a lógica empenhada pelos empresários na formação da lógica de trabalho, demonstrando que esta dominação da ordem adentra, segundo a autora, questões do círculo privado como família e lazer.<sup>33</sup> Também para Carvalho, aquela sociedade das primeiras décadas da Primeira República se ordenou em torno do trabalho. Segundo a autora

“A noção de trabalho - inscrita no quadro mais geral definido pela ideia de progresso - subsume, em fins do século XIX, a noção de ordem, constituindo-se no novo nexos mediante o qual se exprime a relação Estado/sociedade. Houve, neste movimento, uma tentativa de incorporação dos setores subalternos à ordem burguesa, viabilizando a constituição de uma nova ideia de Nação: concebida não mais pela oposição “aos de fora”, “aos outros”, mas sim através de uma estratégia de incorporação dos diferentes agentes sociais.”<sup>34</sup>

A imagem do trabalhador então é crucial para a construção da representação do vadio. Seria errôneo de tal forma conceber que estes sujeitos considerados vadios estariam fora da sociedade. Podemos fazer a leitura que estavam subalternizados e mesmo em condições de marginalização ainda estavam inseridos naquela sociedade.

De acordo com Chalhoub:

“Não faz sentido, então, pensar o ocioso e o criminoso como indivíduos que vivem à margem do sistema, marginais em relação a um suposto mundo da ordem. Cabe pensar a ociosidade e o crime como elementos constituintes da ordem e, mesmo,

---

<sup>33</sup>CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Cidade e fábrica: a construção do mundo do trabalho na sociedade brasileira. 1983. 157 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

<sup>34</sup>Ibidem, p. 58

como elementos fundamentais para a reprodução de um determinado tipo de sociedade.”<sup>35</sup>

Mas afinal o que quer dizer que os vadios estavam inseridos naquela sociedade? Estariam eles usufruindo de privilégios tal qual a burguesia? Não sejamos inocentes de pensar tamanho devaneio, do mesmo modo não tinham as mesmas condições que a parcela da população que tinha um trabalho. Estas pessoas eram vistas como párias, erros vagantes pela capital paulista, eram sujeitos presentes no dia a dia da capital. Veja por exemplo o texto com o nome de “A propósito” escrito por Simplicio, provavelmente um pseudônimo, publicado no *Correio Paulistano* no dia 9 de fevereiro de 1899. O texto defende que a imaginação sempre fez parte dos vagabundos, diz que antigamente o principal recurso de um ocioso era bater de porta em porta e demonstrar “habilidades coreográficas de um macaco”. Já no período em que o autor escreve, coloca que ociosidade tem disfarces que segundo o autor “não são muito para excitar o riso”<sup>36</sup>

Assim, Simplicio relata um caso de uma mãe que carrega seu filho aleijado no colo para pedir esmolar por ela. Para Simplicio, o filho da mulher seria uma “criatura monstruosa”, mas que é digna de compaixão e caridade na visão do autor. A mãe então andaria sempre pela cidade mostrando o seu filho e pedindo esmolas. O caso deste relato de Simplicio é revelador pois demonstra que haveria para ele uma função para o vagabundo, no caso tinham anteriormente a habilidade de proporcionar entretenimento cotidiano para ele. Há outro elemento que chama a atenção no trecho é o teor de compaixão e caridade presente em vários outros momentos nas páginas do *Correio Paulistano*: o “vadio” causa na elite um misto de sentimentos, resultam no desprezo por representarem um mal para a ordem social por estarem em ócio, ao mesmo tempo em que em algumas situações, principalmente quando se trata de crianças em situação de rua, mesmo que da mesma forma possui juntamente o sentimento misto de desprezo e compaixão. Mas falaremos das crianças mais profundamente em outro momento.

Por ora, devemos retomar que a situação que era considerada como sendo de vadio também era contraditória em vários momentos, pois muitos daqueles enquadrados como vadios estavam e poderiam ter em algum momento algum trabalho, de fato não possuir trabalho era a primeira

---

<sup>35</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 79

<sup>36</sup> A propósito, *Correio Paulistano*, São Paulo, 09/02/1899, p. 1

característica constituinte de vagabundo, contudo como demonstrado aqui a concepção de vagabundo transcende os entendimentos de ter ou não trabalho e se enraízam também em padrões de comportamentos praticados pelas camadas mais pobres da sociedade.

É uma situação que observamos quando lemos a matéria do 20 de outubro de 1895 com o título de “boa caçada”. Segundo a matéria, às duas horas da tarde do dia 19, o major Octaviano segundo delegado prendeu seis vadios que estavam jogando cartas na escadaria da Estação Ingleza “em grande algazarra”. O autor segue apontando que os jogadores de cartas daquela escadaria são interpretados como um inimigo e de que tanto o autor quanto a sociedade teriam consciência disto. “Sabemos que nessa diligência é o inimigo duma campanha contra o pessoal sordido e desocupado que infesta as proximidades das estações da Capital, ora com o nome de agentes de hotéis, ora como carregadores de malas”.<sup>37</sup> Ou seja, mesmo que estes trabalhadores tenham ofício, ainda assim são apontados como vagabundos por estarem jogando cartas na escadaria da estação da Sé, tal prática então é posta como sendo uma grande ofensa ao cotidiano supostamente harmônico daquela sociedade. Ao final, a matéria também saúda o trabalho da polícia que segundo o autor estaria prestando grandes serviços à população.

Chalhoub coloca a forma ao qual o ocioso era interpretado:

“o ocioso é um pervertido, um viciado que representa uma ameaça à moral e aos bons costumes. Um indivíduo ocioso é um indivíduo sem educação moral, pois não tem noção de responsabilidade, não tem interesse em produzir o bem comum nem possui respeito pela propriedade.”<sup>38</sup>

O vagabundo seria então a representação física e moral daquilo que as autoridades deveriam combater. Vai representar a imagem da pessoa suja, uma pessoa desajustada, imoral. Importante salientar que essa concepção da construção do que seria o vagabundo, não surge da noite para o dia, é estrategicamente construída pela burguesia do Brasil naquele período para que conseguisse ordenar a sociedade naquele foco que estavam lapidando no momento, garantindo a existência de um exército de mão de obra a ser mobilizado de acordo com seus interesses.

---

<sup>37</sup> Boa caçada, *Correio paulistano*, São Paulo, 20/10/1895, p. 1

<sup>38</sup> CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 74

Concebida para servir de auxílio no entendimento daquilo que seria o trabalhador como cidadão brasileiro, esse discurso ideológico objetivava a dominação desses trabalhadores. A dominação pelo código penal é significativa, pois nesse mundo do trabalho e as elites, como aponta Walter Fraga Filho, a vadiagem vai representar as dificuldades do agendamento desta organização social:

A vadiagem passou a representar um desafio à positividade do trabalho. Assim, enquanto o trabalho representava o mundo da ordem, da sobriedade e da solidez moral, a vadiagem apontava para o colapso moral e para a desordem social. O conceito de vadiagem alargou seu significado incorporando certas atividades e comportamentos que antes não eram vistos como tal. Assim, o fato de certas categorias de mendigos viverem de esmolas passou a ser duramente reprimido como ociosidade. A própria noção de vadio, antes impregnada de critérios morais que classificavam os pobres entre os de "maus" e "bons costumes", assume uma dimensão mais utilitária, remetendo à falta de assiduidade, industriiosidade e sobriedade. Por esses critérios as camadas livres pobres estavam bem longe de ser consideradas símbolos de devotamento ao trabalho.<sup>39</sup>

Então por meio desta identificação do vadio como um inimigo da ordem social, podemos dizer por exemplo que o costume rotineiro de colocar os nomes dos presos por vadiagem nas páginas do jornal também deve ser entendido como um mecanismo de identificação daqueles sujeitos e sua humilhação pública. Mutuamente por meio da identificação deste sujeito “assimilavam a pobreza à vadiagem e consideravam os “tipos dessa classe perigosa” responsáveis pela desordem e inquietude.”<sup>40</sup> O pobre seria então a personificação do vagabundo, seus costumes estariam contrários à ordem burguesa e representam assim uma imagem quase que siamesa do vagabundo.

O que a burguesia daquele período identificou a partir da dominação pelo código penal iria se lapidar por meio da identificação desse pobre atrelado à representação do vagabundo, utilizam-se

---

<sup>39</sup> FILHO, Walter Fraga. Mendigos e Vadios na Bahia do século XIX. Tese de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, março, 1994, p. 207.

<sup>40</sup> DINIZ, Mônica. Os pobres e os termos de bem viver: novas formas de controle social no Império do Brasil. PUC-SP, São Paulo, 2012, p. 21.

como mecanismo a noção construída do trabalhador honesto e aquilo que representaria os males sociais. A criação da representação do trabalhador cria-se mutuamente e necessita da representação do vagabundo. Cristiane Rodrigues apontou que “a função de vadio seria ainda a de permitir a construção da imagem de cidadão, com base na contraposição cidadão X vagabundo, à medida em que se começava a buscar a representação do cidadão ideal relacionada à figura do trabalhador.”<sup>41</sup>

O vagabundo assim é compreendido neste contexto como sendo um inimigo da ordem social, pessoas que deveriam ser combatidas e que representam perigos a sociedade, tal discurso aparece por exemplo na matéria do Correio Paulistano de 6 de setembro de 1893, o trecho intitulado de “cartas campineiras”, onde é posto a preocupação dos agentes públicos com os vagabundos e de que a polícia vem fazendo “medidas de alcance social”. O trecho realça as ações destinadas em pôr fim aos jogos e roletas, pontuando em seguida os males que tais costumes de jogatina traria, “o jogo faz o vadio, o ocioso.” O trecho ainda dirige a preocupação para os pequenos que cresceram no meio da jogatina, “Os pequenos sem ocupação preparam-se na vagabundagem para mais tarde tornam-se elementos nocivos à sociedade.”<sup>42</sup> Por meio desta matéria, fica evidente o discurso de que a vagabundagem era interpretada como algo nocivo à sociedade, mais do que isto, o trecho revela uma interpretação quase de que uma praga das práticas ociosos, que infectaram os pequenos e que resultaria em vagabundos notórios ao crescerem.

Então, por meio dessa criação do que seria o vagabundo se tem o que é conhecido como o mito da vadiagem, foi o resultado de um longo processo que remonta ao período da escravidão e interpassa chegando ao contexto das primeiras décadas da Primeira República e lapidado por movimentações e ações estratégicas da burguesia como a ponta de forma certa Eder Dion de Paula Costa e Sheila Stolz, faço uso aqui das palavras da autora:

“o mito da vadiagem não decorre da cultura das/dos trabalhadoras/trabalhadores nacionais ou de mera opinião que se alastrou inofensivamente no tempo, mas sim é fruto de uma arquitetada estratégia que tinha como objetivo justificar o modelo da escravidão em um primeiro momento e, posteriormente, a escolha de

---

<sup>41</sup> RODRIGUES, Cristiane. A Construção Social do Vadio e o Crime de Vadiagem (1886-1906). UFRJ, Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, 2006, p. 13.

<sup>42</sup> CARTAS campineiras, Correio Paulistano, São Paulo, 06/09/1893, p. 2

trabalhadoras/trabalhadores imigrantes como forma de suprir a falta de mão de obra livre no território nacional.”<sup>43</sup>

Vai ser por meio desta concepção do mito da vadiagem que o vagabundo vai ser apontado como representante da desordem social. A vadiagem é tida como um crime de ordem social havendo assim o entendimento de que deveriam ser reprimidos, pois por meio desta repressão estaria sendo combatido a raiz do mal social. A ociosidade é entendida como o início da vida do crime, por isso tão importante a repressão.

A preocupação com o “vagabundo” tinha espaço nos debates públicos e era também colocada nas páginas do *Correio Paulistano*, como na matéria chamada de “a mendicidade” publicada na edição de 20 de setembro de 1894 que traz para as páginas do jornal o debate do Congresso Estadual de 1893 sobre a criação de instituições em cidades europeias, que vinham desempenhando resultados de educação em combate à mendicidade. “Desde o início do governo republicano em 1889, neste Estado, encontram-se esforços neste sentido. Ainda na mensagem dirigida ao Congresso Estadual, na Abertura da sessão de 1893, o dr. presidente do Estado lembrou a necessidade de legislar-se a tal respeito”, ainda segundo a matéria nesta sessão foi conferida uma comissão para estudar a organização de um sistema como um instituto preventivo de vadiagem ou mendicidade. Pontuando ainda que o Estado de São Paulo estaria empenhado em adotar tais instituições para atenuar a vadiagem e mendicidade”.<sup>44</sup>

Tendo ainda novamente uma nova matéria no dia 22 do mesmo mês sobre a mesma sessão de 1893 e fala novamente que naquela sessão o congresso nomeou uma comissão para estudar e organizar um sistema para regular prisões, penitenciárias e estabelecimentos que busquem a prevenção da vadiagem ou mendicidade.<sup>45</sup>

Curioso a noção de que havia uma vadiagem considerada boa, estamos falando aqui dos costumes praticados pelos burgueses, ou como eles chamavam de boêmia. Há uma matéria publicada no dia 12 de julho de 1890, cujo título era “De pulpito”, assinada por Frei Thomaz onde

---

<sup>43</sup> Com esse discurso, os fazendeiros justificaram o financiamento pelo Estado brasileiro da vinda de milhões de imigrantes, para inundar o mercado de trabalho brasileiro e diminuir o poder de negociação dos trabalhadores. COSTA, Eder Dion de Paula e STOLZ, Sheila. O MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL INDEPENDENTE E REPUBLICANO: A INVENÇÃO DA/DO TRABALHADORA/TRABALHADOR NACIONAL ATRAVÉS DO MITO DA VADIAGEM, p. 4

<sup>44</sup> A mendicidade, *Correio paulistano*, São Paulo, 20/09/1894, p. 1

<sup>45</sup> A mendicidade, *Correio paulistano*, São Paulo, 22/09/1894, p. 1

o autor faz críticas ao que ele chama de uma errônea compreensão do que seria a boemia literária. Segundo Frei Thomaz estava havendo uma vulgarização do termo boêmio, todos seriam boêmios, colocando sua palavra de ordem “abaixo a bohemia vadia!”, e segue com “si a tal bohemia consiste numa vadiagem illimitada que se confunde com a vagabundagem, detesto-a e a profligo-a com todas as forças de um escriptor honesto”.<sup>46</sup> Ou seja, havia para os olhos dos pertencentes da burguesia uma vadiagem que era aceitável pois estava enquadrada nos moldes sociais daquela classe, do contrário dos costumes apresentados das classes mais pobres, que não lógica das elites não deveriam ter direito ao lazer e ao tempo livre.

No dia 19 de julho de 1892, tem uma matéria que aparece pela primeira vez, isto porque esta mesma matéria seria publicada também no dia 21, 23, 26 de julho e nos dias 9, 17, 18, 24, 30 de agosto com o nome de “Fechamento de portas”, trazendo que o presidente da Intendência Municipal passou normas para o Código de Posturas Municipais. Chama atenção o número 155 que diz que em dias de não feriado as casas de negócios, tendas, barracas e qualquer estabelecimento que vender bebidas alcoólicas devem fechar às 10 da noite no verão e às 9 no inverno, a pena era de 30/5000 de multa. A alegação era de que estes locais eram locais de reunião de ébrios, vagabundos e desordeiros.<sup>47</sup>

No ano seguinte, em 16 de dezembro, a edição do *Correio Paulistano* possui uma matéria que trata da ação policial na aplicação da norma declarada e noticiada em 1892. Arthur Campos representando o dr. Chefe de polícia e o José Correia de Moraes, passaram em vários bordéis da capital que seriam pontos de reunião de gatunos e vagabundos e teriam notificado os donos das "espeluncas" para que fechassem as portas às 10 da noite.<sup>48</sup>

Vemos esta mesma preocupação com “farras” na matéria de 15 de março de 1899, notícia que o dr. Fernando Machado, um subdelegado da Sé teria tido conhecimento de uma farra que

---

<sup>46</sup> De pulpito, *Correio paulistano*, São Paulo, 12/06/1890, p. 2

<sup>47</sup> Fechamento de portas, *Correio Paulistano*, São Paulo, 19/07/1892, p. 3

Fechamento de portas, *Correio Paulistano*, São Paulo, 21/07/1892, p. 3

Fechamento de portas, *Correio Paulistano*, São Paulo, 23/07/1892, p. 3

Fechamento de portas, *Correio Paulistano*, São Paulo, 26/07/1892, p. 3

Fechamento de portas, *Correio Paulistano*, São Paulo, 09/08/1892, p. 3

Fechamento de portas, *Correio Paulistano*, São Paulo, 17/08/1892, p. 3

Fechamento de portas, *Correio Paulistano*, São Paulo, 18/08/1892, p. 3

Fechamento de portas, *Correio Paulistano*, São Paulo, 24/08/1892, p. 3

Fechamento de portas, *Correio Paulistano*, São Paulo, 30/08/1892, p. 3

<sup>48</sup>Sem título, *Correio Paulistano*, 16 de dezembro de 1893, p. 2



estaria acontecendo na rua São João, estariam reunindo gatunos e vagabundos. O Dr. Machado teria procedido uma busca naquela casa, entre as prisões a do menor Rogerio Alexandre que ao ver as autoridades tentou esconder um relógio de ouro que havia furtado, segundo declarou.<sup>49</sup> Podemos mensurar que talvez a polícia chegou àquele local por meio de denúncia de vizinhos ou que talvez que algum praça fazendo ronda pelas redondezas teria reconhecido alguns dos conhecidos gatunos e vagabundos naquela farra ou até mesmo dizer que a denúncia foi resultado de que a farra ultrapassou às 10 da noite. De todo modo, temos a notícia de que a polícia acabou com a farra e ainda efetuou a prisão em flagrante do menor Rogerio Alexandre que teria furtado um relógio de ouro. Talvez o erro daqueles que estavam “na farra” foi não terem se identificados como boêmios literatos para a polícia quando ela chegou ao local.

Além da concepção de benefícios de sentimentos causados pelo trabalho, havia também o entendimento que o trabalho proporcionava uma emancipação espiritual sendo a ociosidade representativa de malefícios para a moral e o espírito, com texto de 26 de julho de 1890 chamado “diabinhos azues” assinado por Lucifer. O autor trata de como o suicídio é uma fraqueza e de que tem raiva daqueles que o cometem, em certo ponto o autor faz a relação entre tédio e ociosidade com suicídio e escreve; “Por enfasiado também não compreendo que o homem se suicide. O entediado é o vadio o preguiçoso, o indolente, enfim, o individuo que não trabalha. Ora ninguém neste mundo pode viver a apanhar moscas...”.<sup>50</sup> Temos a temática do suicídio atrelada à ociosidade novamente pautada na matéria publicada na edição do dia 23 de março de 1893 que noticia a morte de Angelo Garcia Ramos, filho de dr. Acurcio Garcia Ramos “um digno honrado homem”. Angelo seria o protótipo completo de vadio teria se suicidado em viagem para Lisboa se jogando no mar. “Filho de boa família, desceu toda a escadaria do crime com prodigiosa velocidade. A sua resolução final foi a melhor que poddia tomar, porque era um homem de impossivel regeneração. Paz á sua alma”.<sup>51</sup> A notícia também retoma o assunto sobre a ociosidade ser a raiz do crime.

É perceptível ao longo das matérias que a vadiagem é algo que preocupa e ganha várias páginas no *Correio Paulistano* ao longo de 1890 a 1900, ao ponto é que é perceptível uma preocupação do jornal em identificar e participar do debate público sobre a chamada vadiagem.

---

<sup>49</sup>Sem título, *Correio Paulistano*, São Paulo, 15/03/1899, p. 1

<sup>50</sup> Diabinhos azues, *Correio paulistano*, São Paulo, 26/07/1890, p. 2

<sup>51</sup>Correspondencia de Lisboa, *Correio Paulistano*, São Paulo, 23/03/1893, p. 2

Os jornalistas destas matérias não escondem o fato de apoiarem e muitas vezes pedirem a ação da polícia, isto nem ao menos deve ser entendido como novidade já que ao analisarmos a proposta ao qual o jornal se colocava no período demonstravam e não escondiam estar a par com o *status quo*. Além disto, o papel ao qual os jornalistas destas matérias se prezavam não era meramente o de noticiar, por meio de suas práticas desempenhavam a função quase de escrivão judicial nas páginas do jornal, já que suas matérias eram carregadas de expressões e representações sobre os vagabundos, era quase como se os vadios estivessem tendo sua sentença pelas páginas do Correio Paulistano.

Aline Gomes Porto aponta que “[...] os jornalistas não poderiam agir da mesma maneira que o escrivão nos processos criminais, relatando tudo que ia se fazendo no decorrer do processo: depoimento das testemunhas, depoimento do réu e da vítima, anexo com as provas do crime etc.”<sup>52</sup>, mas é como que nas páginas do jornal eles desempenham tal função, relatam aquilo que vem ou por depoimento de terceiros e as lacunas deixadas dos depoimentos dados e as informações que chegam são preenchidas pelas imaginações vorazes dos jornalistas. Porto então aponta a subjetividade que estas matérias de cunho policial possuem, colocando que

“A busca da verdade dos fatos foi uma característica essencial das notícias de crime. O detalhamento minucioso das capturas é exemplar, como uma forma de mostrar que foram noticiadas como realmente aconteceram. Porém, após uma primeira aproximação das inúmeras notícias que circularam no período, o caráter informativo cede lugar ao subjetivo das narrativas ficcionais, e a busca da verdade se torna mais um recurso do que um resultado. Assim, em relação à desavença entre o urbano e Dominguez, a única coisa certa é que houve a morte do último.”<sup>53</sup>

Como posto no capítulo anterior, o Correio Paulistano sobreviveu no vai e vem ideológico acompanhando o discurso daqueles que estavam no poder, esta posição - ou melhor colocando - estas diversas posições o caracterizam como sendo um representativo do discurso da burguesia da época. Tal percepção já havia sido apontada por Rosa Dayanne Santos de Brito em seu trabalho que analisa o discurso elitista sobre o trabalho na Primeira República. O período analisado por Brito é o

---

<sup>52</sup> PORTO, Ana Gomes. AMIGOS DO ALHEIO: Vadios, gatunos e ladrões em São Paulo no início da República. História e Perspectivas, Uberlândia (49), jul./dez. 2013, p. 273.

<sup>53</sup> Ibidem, p. 204 - 205

ano de 1917, mas suas análises são muito caras para as reflexões deste trabalho, pois segundo a autora, “depois da Proclamação da República, o Correio Paulistano tornou-se a voz de uma elite conservadora e oligárquica. As notícias e artigos veiculados, por conseguinte, estavam em sintonia com o pensamento desta classe.”<sup>54</sup>

Essas matérias são então expressões da participação da burguesia que compunham o Correio Paulistano na constituição daquela reorganização daquela sociedade e da repressão das pessoas consideradas vadias. Auxiliando a construção dessa nova ordem social, é perceptível quando observamos inúmeras matérias que colocavam a lista de nomes das pessoas presas por vadiagem, pois tal ação corrobora com a identificação daqueles sujeitos considerados vagabundos.

Como aponta Jones Dari Goettert a representação da vadiagem é uma construção estratégica da ordem burguesa estava sendo construída naquele período, completando ainda que os

“Vadios, vagabundos, indolentes e preguiçosos, são alguns dos adjetivos empregados àqueles que se encontram "fora" do mundo do trabalho. Representações construídas e reconstruídas continuamente como garantia de manutenção do ícone-trabalho. Representações que figuram no imaginário social brasileiro e que tiveram sua origem já no contato entre europeus e índios a partir do século XVI. Representações que, também, sofreram mudanças na medida que novas relações de trabalho e novos trabalhadores foram necessários, e outros desnecessários, na reprodução das relações de poder que sustentam as bases material e simbólica para a opulência de poucos e a desclassificação social de muitos.”<sup>55</sup>

Ou seja, desta forma a vadiagem e a figura do vadio faziam parte daquela construção social ao qual relega e renega as suas práticas que são consideradas imorais. Devemos ter a concepção de tais práticas consideradas como imorais devem ser entendidas como ações de resistência daquela ordem burguesa. Como aponta Roberto Kant de Lima Magali Alonso de Lima;

---

<sup>54</sup> BRITTO, Rose Dayanne Santos de. “O pobre não é vadio”; uma crítica ao discurso elitista acerca do trabalho na primeira República. *História e Cultura*, Franca, v. 6, n. 2, ago-nov. 2017, p. 153.

<sup>55</sup> GOETTERT, Jones Dari. AOS “vadios”, o trabalho: considerações em torno de representações sobre o trabalho e a vadiagem no Brasil. *Revista Formação - Edição Especial*, n. 13, v. 2, p. 252.

“Não há dúvida, entretanto, de que tais representações podem ter várias leituras. Indolência, vadiagem, sexualidade, musicalidade, capoeiragem podem ser consideradas também formas legítimas de resistência ao embrutecimento e às discriminação, da mesma forma como o foram as fugas, automutilação, os suicídios e as revoltas.”<sup>56</sup>

Pois práticas como festas, jogos, roupas que usavam e padrões de comportamento, incomodavam aquela burguesia, o que pode ser observado em várias matérias do Correio Paulistano. Essas representações edificadas por meios das páginas do jornal são um retrato do discurso burguês, podendo ser observado ainda por meio das coisas que repudiavam, podemos identificar resistências e vivências daqueles considerados como vagabundos.

---

<sup>56</sup> LIMA, Magali Alonso de e LIMA, Roberto Kant de. Capoeira e cidadania: negritude e identidade no Brasil Republicano. Revista de Antrropologia. São Paulo, USP, o. 34, 1991, p. 153..

## Capítulo 2

### *Polícias, xilindrós e vadiagem: policiamento e vadiagem no Correio Paulistano*

A polícia nesse período analisado de 1890 a 1900 foi o pilar do progresso e da sociedade moderna que a elite burguesa estava constituindo naquele período. Foi através do monopólio da violência do Estado que se teve a legitimação e a imposição da nova ideologia de trabalho. Tal como os vadios, os agentes policiais eram figuras constantes do dia a dia da capital paulista, fazendo com que sua presença se tornasse parte da cultura da cidade de São Paulo.

A presença dos policiais fazia com que houvesse toda uma dinâmica com os moradores da cidade, por vezes era uma relação de colaboração e por outras vezes era uma relação de conflito. Em linhas gerais pode-se dizer que as relações entre polícia e sociedade civil era constituída de forma complexa, vide que a sociedade civil respondia às ações policiais de acordo com o contexto do momento, da classe social e da própria experiência de vida de cada um.

A polícia desempenhava um importante papel na repressão à vadiagem e dentro desta função haveria algumas questões que deveriam ser levadas em consideração na feitura daquele trabalho. A talvez mais crucial era: quem eram as pessoas que deveriam ser reprimidas e que representavam algum perigo à ordem daquela sociedade?

Estas pessoas que em grande maioria eram reprimidas ganhavam por vezes a classificação de *classe perigosa*. Esta classe perigosa eram os pobres comumente ligados como sendo a classe que era a portadora dos desvios sociais e que representavam os perigos para a sociedade moderna que estava sendo constituída. Os legisladores acreditavam que “os pobres apresentam maior tendência à ociosidade, são cheios de vícios, menos moralizados e podem facilmente “rolar até o abismo do crime”<sup>57</sup>. Esta parcela da sociedade não representaria o ideal de progresso que estaria ancorado na nova ideologia do trabalho.

Percebe-se que o próprio termo “classe perigosa” constitui uma amplitude de significados e para o representativo da repressão à vadiagem significaria também um alargamento das pessoas que poderiam sofrer a repressão policial por estarem supostamente praticando a vadiagem. Tais reflexões da amplitude do entendimento do que seria a vadiagem estão presentes no trabalho de Mônica Diniz quando ela discorre sobre a subjetividade do entendimento da vadiagem e de como a

---

<sup>57</sup> CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 76.

própria ação policial e intervenção a ociosidade pode ser entendidos como ações com critérios bastante subjetivos:

“O flagrante de vadiagem e ociosidade é algo difícil de ser comprovado e nos parece muito mais subjetivo por parte de quem prende. A própria ideia de vadiagem é ampla. Por vezes, encontramos nos processos termos quase sinônimos de vagabundos e ociosos. Para a polícia, aqueles sujeitos sem ocupação, mulheres prostitutas, menores órfãos, desordeiros e gatunos eram sinônimos de vadio. Após o auto de qualificação, as testemunhas diziam ser os acusados “vagabundos” por estarem “perambulando pelas ruas” ou mesmo porque “são vistos pelas ruas encostados pelas portas”, “vagando sem rumo”.”<sup>58</sup>

Esta concepção apresentada pela autora aparece também no entendimento de Walter Fraga Filho, no que diz respeito ao entendimento das autoridades para a vadiagem:

“A vadiagem algumas vezes podia recortar categorias muito restritas de "ociosos", o submundo de "delinquentes" que viviam à margem do trabalho "honesto", recorrendo a meios "ilícitos" de sobrevivência, tais como o jogo e o roubo. Outras vezes, abrangia todas as camadas livres pobres tradicionalmente vistas como inclinadas para a ociosidade e a vadiagem.”<sup>59</sup>

Fica claro pelos apontamentos destes autores que o entendimento da vadiagem era largo e abrangia toda a população pobre da cidade. Os pobres então seriam o representativo daquilo considerado como imoral e perigoso para a sociedade, tendo assim a necessidade de policiamento sobre estas pessoas. A partir das análises de relatórios policiais, Boris Fausto analisa que esta classe perigosa e a repressão à vadiagem são resultado de dois processos, a libertação dos escravos e o crescimento da cidade. Vai ser então sobre este contexto que aquilo que o Fausto pontua como

---

<sup>58</sup> Diniz, Mônica. Olhares sobre a cidade: termos do bem viver, vadiagem e polícia nas ruas de São Paulo (1870-1890). 2012. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012, p. 17

<sup>59</sup> FILHO, Walter Fraga. Mendigos e Vadios na Bahia do século XIX. Tese de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, março, 1994, p. 90.

sendo a plebe urbana passa a ser vista pelas elites como potencialmente perigosas.<sup>60</sup> É a partir dessa constituição de classe perigosa descrita por Fausto que se vê a necessidade de haver controle sob esta classe.

Então, nesse entorno social da constituição de uma nação próspera de um progresso calcado no trabalho com a necessidade e o clamor pelo policiamento é perceptível em vários momentos jornais em matéria do jornal do *Correio Paulistano*. A representação dessa preocupação com a classe perigosa aparece tanto em notícias sobre a cidade de São Paulo, quanto em notícias de outras cidades, demonstrando que esta preocupação, quanto às medidas e pedidos de ações da polícia.

Estas matérias de outras cidades são um demonstrativo de que a repressão à vadiagem não estava circunscrita apenas a São Paulo, mas deve ser entendido como um movimento que acontecia em outras grandes e pequenas metrópoles naquele período. Como por exemplo a matéria de 13 de março de 1891 de Campinas sobre a caça aos vagabundos que estariam infestando a cidade,<sup>61</sup> ou a matéria de 21 de abril de 1891 sobre a prisão de 11 vagabundos e desordeiros na cidade de Santos<sup>62</sup> e também a matéria de Campinas do *Correio Paulistano* de 25 de abril de 1891 que noticia que a polícia teria prendido um grande número de vagabundos.<sup>63</sup>

Esta “classe perigosa” constituída de pobres tem a preocupação das autoridades e estas autoridades tinham o entendimento que deveriam ser combatidas, reprimidas e controladas. Diniz em outro trabalho discorre sobre a preocupação das autoridades administrativas:

“preocupação das autoridades em relação ao problema da chamada vadiagem ou ociosidade não se apresentava em relação às causas ou mesmo em relação à conjuntura econômica e social da época, mas sim em apontar atitudes que pudessem colocar em xeque a imagem da cidade “moderna e civilizada” que se buscava construir naquele momento. Os chamados “comportamentos desviantes”, como mendicância, vadiagem, prostituição e embriaguez, eram os maiores alvos de Termo de bem viver. Dessa forma, controlar as ruas e seus ocupantes nos revela

---

<sup>60</sup>FAUSTO, Boris. Controle social e criminalidade em São Paulo: um apanhado geral (1890-1924).

PINHEIRO, In\_ (org) Paulo Sérgio. Crime, violência e poder. Brsiliense, p. 205.

<sup>61</sup> Campinas, *Correio Paulistano*, São Paulo, 13 de março de 1891, p.2

<sup>62</sup> Santos *Correio Paulistano*., São Paulo, 21 de abril de 1891, p. 2

<sup>63</sup> Campinas, *Correio Paulistano*., São Paulo, 25 de abril de 1891, p. 2

uma tentativa dessa idealização de cidade, bem como conflitos que pudessem surgir entre os policiais e policiados.”<sup>64</sup>

Faria então a necessidade do policiamento intensivo, pois estaria em jogo a sociedade que a elite burguesa estava construindo e almejando. Tal preocupação das autoridades aparece nas páginas do *Correio Paulistano*, como a matéria de 5 de novembro de 1897 que coloca o discurso do dr. Moraes Barros na sessão do dia 19 de outubro, sobre o projeto de abolição das loterias. Em uma discussão calorosa sobre a proibição ou não das loterias, eis que em determinado momento da sessão, Moraes Barros começa a falar a respeito do trabalho,

“Resulta disto a verdade intuitiva que o primeiro dever do homem é trabalhar, esforçar-se para conseguir approximar se do seu destino: e, portanto, o dever capital, primordial, do qual resultam todos os outros, é o dever do trabalho.[...] Assim sr. presidente, trabalhar é o primeiro dever da humnidade, dever em que se enfeixam todos os demais. É a virtude mãe de todas as virtudes, assim, como a ociosidade é a mãe de todos os vícios.”<sup>65</sup>

Posteriormente, Moraes também discorda do presidente da sessão sobre alguns aspectos da caridade, ele concorda que a caridade é a primeira das virtudes, porém a caridade poderia lançar a humanidade em uma “confraria de mendigos”.<sup>66</sup> A classe perigosa então deveria ser combatida, mas quem seria essa classe perigosa? Poderiam aparecer por outros nomes, mas eram os vadios, mendigos, prostitutas, ébrios, ociosos, vagabundos, mas todos estariam englobados neste conceito de classe perigosa.

Essa associação entre vadiagem e pobreza pauta o policiamento das classes mais pobres e vai ser representado na repressão do cotidiano. A repressão vai acontecer por duas instâncias: o controle moral e controle social. Ambos os controles passam pelo processo de tentativa de homogeneização da classe trabalhadora em torno da nova ideologia de trabalho. É importante salientar a ligação que a camada pobre da sociedade havia com o período recente da escravidão, tão

---

<sup>64</sup> DINIZ, Mônica. Processos criminais: os termos de vem-viver: tensões, controle e sobrevivência nas ruas de São Paulo (1870-1890). *História e Perspectivas*, Uberlândia (49): 175-217, jul./dez. 2013, p. 188

<sup>65</sup> Discurso, *Correio Paulistano*, São Paulo, 5 de Novembro de 1897, p. 2

<sup>66</sup> *Ibidem*.



recente ao ponto de que haveria profundas consequências em todo o entorno da repressão a vadiagem e dos próprios costumes e padrões de comportamento praticados pela classe trabalhadora e de que era lido pelos estigmas e preconceitos de classe da burguesia.

Deve ser salientado que os comportamentos e “padrões” considerados como sendo dos pobres também devem ser problematizados nas análises, isto porque interpretar estas questões comportamentais como sendo simplesmente o de um padrão de uma classe pobre é muito equivocado. Isto por que isso negaria em si a complexidade da composição desta classe, que era composta por diversas etnias, gêneros, religiões e crenças diversas. Estas composições representam e configuram uma complexidade da composição da classe perigosa e por mais que para a elite burguesa e seus mecanismos repressivos eram entendidos num geral de forma heterogênea, este não deve ser o entendimento que conduzirá as análises sobre.

A classe trabalhadora daquele período era o representativo por meio da nova ideologia do trabalho do progresso nacional daquela sociedade que estava sendo constituída nas concepções dos ideais burgueses. Mas mesmo o trabalho como fio condutor do progresso passava por estigmas e tendo uma hierarquização interna dos tipos de trabalho, já que trabalhos vistos como mecânicos e braçais eram postos em inferioridade de prestígio em comparação aos trabalhos intelectuais.<sup>67</sup>

Esta concepção de repúdio a trabalhos considerados mecânicos e estava presente no discurso das matérias do *Correio Paulistano*, vejamos por exemplo a matéria de 20 de outubro de 1895 chamada de “Boa Caçada” em que traz a notícia de que às duas horas da tarde do dia 19 o major Octaviano 2º delegado prendeu seis vadios que estavam jogando cartas na escadaria da Estação Inglesa “em grande algaza-ra”.

“Sabemos que nessa dilligencia é o inimigo duma campanha contra o pessoal sordido e desocupado que infesta as proximidades das estações da Capital, ora com o nome de agentes de hotéis, ora como carregadores de malas”<sup>68</sup>

---

<sup>67</sup> Cristiane Rodrigues em “A Construção Social do Vadio e o Crime de Vadiagem (1886-1906)” demonstra que [...] o repúdio às profissões mecânicas que havia desde o período colonial foi no período republicano estendido àqueles que as exerciam, assim sendo estes foram tratados com desprezo, sendo extremamente discriminados e afastados do convívio social.” RODRIGUES, Cristiane. *A Construção Social do Vadio e o Crime de Vadiagem (1886-1906)*. UFRJ, Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, 2006, p. 100.

<sup>68</sup> Boa caçada, *Correio Paulistano*, São Paulo, 20 de outubro de 1895, p. 1

Perceba que mesmo aqueles que possuem ofícios, são considerados marginais por estarem jogando cartas. A matéria também saúda o trabalho da polícia que segundo o autor estaria prestando grandes serviços à população. Mas afinal de contas, qual foi o terrível crime cometido por aqueles trabalhadores? Será que estariam impedindo a passagem de transeuntes? Será que as jogadas de cartas eram acompanhadas por goles de bebida alcoólica? Será que incomodavam os transeuntes com ofensas ou ameaças de agressão física? Ou será que o autor da matéria é um dos jogadores de cartas que acabou perdendo alguma quantia em dinheiro e achou de bom tom denunciá-los para a polícia e escrever a matéria revelando o crime dos jogadores de cartas?

As possibilidades se abrem ao infinito e é impossível sabermos o que aconteceu naquela tarde de jogatina na escada, o que temos como evidência é, trabalhadores estavam jogando cartas na escadaria da estação Ingleza e que isso justificou a ação policial e a matéria do jornal repudiando tal ato dos jogadores. O incômodo gerado no autor da matéria que fez com que denuncia-se os atos dos jogadores é um demonstrativo de como algumas práticas de lazer da classe trabalhadora eram vistas como desvios de conduta pela classes dominante ou até mesmo por pessoas que estariam na mesma classe dos infratores mas que internalizaram os preceitos da nova ideologia do trabalho e passaram a entender que determinados costumes e formas de lazer são encarados com abominação.

Tanto o controle moral quanto o controle social contribuem para a constituição da repressão à vadiagem, sendo um processo constituído de contradições e conceções pelos os mecanismos de repressão, vide que de que mesmo com a intensificação do policiamento das ruas e do grande aumento de prisões por vadiagem, não eram um representativo de uma repressão total e absoluta sobre os corpos e costumes dos trabalhadores. Ficamos com isso por hora, essa ideia será mais desenvolvida posteriormente, mas antes devemos compreender mais alguns aspectos dessa repressão.

Não devemos compreender o corpo policial como uma série de pessoas alheias à própria classe e as contradições e condições de vida, pelo contrário, estas pessoas estavam inseridas em seus próprios contextos cotidianos ao mesmo tempo que exerciam suas funções como policiais. Mas afinal no que isso importa? A relevância deste aspecto está inserida no próprio contexto do policiamento no cotidiano, vide que as ações e até mesmo a “simples” presença dos corpos policiais representam impactos no cotidiano das pessoas, não apenas para as pessoas que sofriam a repressão

diretamente. A presença policial modifica a dinâmica da sociedade e possui implicações na forma como as pessoas se relacionam entre si e com as forças policiais.

A colaboração com a polícia pode sim significar a concordância com a instituição mas como também pode ser um indicativo de uma colaboração com a intenção de “evitar problemas” ou de “não se complicar”, esses aspectos e juntamente com os movimentos de recusa ou confronto com a ordem burguesa e as ações policiais, são um representativo da busca pela sobrevivência no espaço urbano. Esta luta pela sobrevivência ganha a tônica por meio da luta de classes e das formas que cada grupo social faz para conseguir se manter inteiro, tanto como classe quanto como indivíduo e suas particularidades.

O representativo dessa complexa organização social com suas contradições e condições talvez esteja quando observamos que por mais que tivesse um intenso policiamento não era o suficiente para ocorrer a imposição da ordem liberal. Tais apontamentos são discorridos por André Rosemberg quando o autor pontua que

“É de se supor, assim, que a concretização efetiva desse projeto subsistiu apenas na imagem retórica dos discursos mais engajados. De uma ponta à outra, as instituições burocráticas, de uma forma geral, e a polícia, em particular, mostraram-se incapazes de fazer valer esse lugar ideal onde imperasse o liberalismo universalista em detrimento de interesses privados ou mesmo de fazer valer sem peias os interesses privados do grupo dominante. Até o final do Império, a trajetória da formação do Estado brasileiro, isto é, as tentativas de consolidação de um espaço público orientado por princípios liberais, foi marcada não apenas pela contradição inerente ao sistema escravista, mas pela disputa ferrenha por cada centímetro dessa ordem desejada.”<sup>69</sup>

Voltemos agora ao exemplo dos trabalhadores que estavam jogando cartas na escadaria da estação Inglesa,. O caso pode ser analisado como um representativo da tentativa de controle moral da classe trabalhadora. O controle imposto pelas classes dominantes inter passa o circuito do trabalho e alcançam os núcleos familiares, círculos de amigos, juntamente com as práticas de lazer

---

<sup>69</sup> ROSEMBERG, Andre. Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo, no final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008, p. 18.

da classe trabalhadora. Não eram impostas por repressão apenas a repressão dos corpos ao condicionamento do trabalho, mas como também todas as condutas na vida privada. O ocioso não representa apenas o perigo para a propriedade privada, mas como também representa um perigo para a vida privada. Ou seja, como bem pontua Sidney Chalhoub, a ociosidade é encarada como perigo a partir do momento que possui junto o fator de indigência, vinculado é claro pelo próprio significado da palavra como sendo possuidor da classe mais pobres, ou como já colocado por algumas autoridades, como sendo da classe perigosa.

“O projeto reconhecia que eram duas as condições elementares para que ficasse caracterizado o delito de vadiagem: o hábito e a indigência, especialmente a última. Se um indivíduo é ocioso, mas tem meios de garantir sua sobrevivência, ele não é obviamente perigoso à ordem social. Só a união da vadiagem com a indigência afeta o senso moral, deturpando o homem e engendrando o crime. Fica claro, portanto, que existe uma má ociosidade e uma boa ociosidade. A má ociosidade é aquela característica das classes pobres, e deve ser prontamente reprimida. A boa ociosidade é, com certeza, atributo dos nobres deputados e seus iguais...”<sup>70</sup>

No trecho Chalhoub traz à tona novamente outro aspecto que é o da concepção social de uma boa e uma má ociosidade, por óbvio como é pontuado pelo autor, a má ociosidade era a praticada pelos pobres, enquanto que a boa era praticada pela burguesia.

O aparato policial deveria ser acompanhado pelo penal. Mas essa repressão à vadiagem ela necessita de respaldo jurídico que era o Código Penal de 1890, mais precisamente nas análises que faço aqui sobre o trecho que toca sobre a vadiagem. O Código Penal aponta e delimita os requisitos da definição de vadiagem, em linhas gerais pode se dizer que a definição de vadiagem continha dois principais aspectos, o primeiro do indivíduo não possuir trabalho e o segundo é o de não ter residência. Estes aspectos combinados resultam no entendimento da vadiagem na visão jurídica. Por óbvio que este entendimento se estende a nível de interpretação dos juristas e da própria polícia que identificava os vadios.

---

<sup>70</sup> CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 75.

O Código Penal é o resultado de uma preocupação com os vadios e com as pessoas que poderiam significar um perigo para a ordem social, mas é importante salientar novamente que este movimento não é único na capital paulista, acontecia nas demais metrópoles do Brasil, da América Latina e do resto do mundo. O processo que acontecia aqui tinha influências de outros movimentos repressivos a vadiagem, como também servia de influência para a repressão em outros pontos e regiões. Uma destas claras influências do código de 1890 está nas semelhanças com o código francês.<sup>71</sup>

“O Código Penal de 1890 vem sendo apontado como um dos principais instrumentos legais para propiciar o controle social das classes populares e a afirmação de uma ética do trabalho.”<sup>72</sup>, o código então vai ser um importante ferramenta no combate a ociosidade, foi por meio das definições presentes ali que serviriam como guias para as ações policiais. Entretanto, é importante retomar que primeiro, o termo de vadiagem era um conceito muito amplo, e tão amplo quanto o seu entendimento era o entendimento das autoridades policiais, que no bojo do cotidiano e das relações estabelecidas entre a comunidade, seguia os seus próprios entendimentos do que era considerado como vadiagem.

Nesse sentido da repressão à vadiagem, o *Correio Paulistano* vai ter ressonância com os preceitos e as condições contidas no Código Penal de 1890 e reproduzidos nas páginas do jornal. Por exemplo a matéria do dia 21 de fevereiro de 1891 traz a notícia chamada de "vagabundos mendigos", fala da proibição da mendicagem na capital e do asilo para mendicidade cofre municipais, e que as ruas estariam infestadas de vagabundos e laráprios e de muitas crianças vítimas de exploração indignas.<sup>73</sup> Ao final, o autor da matéria louva todos os esforços em conter estes atos. A matéria tem a função não apenas de reproduzir e funcionar como uma espécie de aviso de leis, mas como também carrega a saudação do trabalho de repressão da polícia, realçando o aspecto do *Correio Paulistano* como porta voz da burguesia.

---

<sup>71</sup> Martins coloca que havia as semelhanças com o código francês e discorre sobre algumas semelhanças presentes. MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. *A civilização do delegado: modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889 - 1930*. Tese pós-graduação, Universidade de São Paulo, 2012, p. 163.

<sup>72</sup> VALENÇA, Manuela Abath. *A construção social da vadiagem nos discursos jurídicos do início da Era Republicana*. *Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, Porto Alegre, ABraSD, v. 1, n. 2, p. 98-108, jul./dez., 2014, p. 103

<sup>73</sup> *Vagabundos mendigos*, *Correio Paulistano*, São Paulo, 21 de fevereiro de 1891, p. 1

Acho pertinente a colocação de Martins sobre a estrutura policial, o trecho é longo mas também é sintetizante da estrutura que a polícia despejava na época, ao mesmo tempo em que pondera alguns pontos da função policial naquele contexto, segue o trecho:

“A função das delegacias era clara: zelar pela tranquilidade pública. As delegacias ficavam em casarões alugados, grandes e espaçosos o suficiente para acomodar autoridades, cartórios e celas. Cada delegacia tinha um delegado titular e três suplentes, subdelegados, escrivães, escreventes, “secretas”, além de um pequeno destacamento para a Força Pública incumbido de guardar as delegacias e cumprir as ordens do delegado. Isso sem contar os serventes, condutores e carcereiros. Os suplentes eram encarregados de substituir os titulares em caso de necessidade ou doença. Os delegados, subdelegados e suplentes eram nomeados e demitidos pelo chefe de polícia.”<sup>74</sup>

Esse representante do braço da lei deve ser colocado sobre o contexto de sua classe, para além das condições inerentes a sua realidade de trabalho mas que nas palavras da Mônica Diniz incorpora os valores da instituição pela qual trabalha e passa a representar os valores da ordem e da disciplina, mesmo que estas condições sejam postas em contradição pela cotidiano do trabalho policial.<sup>75</sup>

A figura do policial estava presente de forma constante no cotidiano da capital paulista trazendo assim o sentimento de controle e de ordem para as classes mais pobres. A atuação no controle no cotidiano. Essa constante presença é o resultado do ganho de importância das forças policiais na linha de frente das ruas para a manutenção da ordem, porém isso não significa que houve êxito nas atividades policiais na busca do controle. Havia a percepção já no período das falhas do corpo policial em seus trabalhos em manter a cidade afastada da criminalidade ao mesmo tempo que como já posto aqui pelas matérias do Correio Paulistano, além de ser uma figura

---

<sup>74</sup> MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. A civilização do delegado: modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889 - 1930. Tese pós-graduação, Universidade de São Paulo, 2012, p. 116.

<sup>75</sup> DINIZ, Mônica. Processos criminais: os termos de vem-viver: tensões, controle e sobrevivência nas ruas de São Paulo (1870-1890). História e Perspectivas, Uberlândia (49): 175-217, jul./dez. 2013, p. 175 – 217.

constante nas ruas da cidade da capital paulista o policial torna-se uma figura recorrente também nas páginas dos noticiários que demonstram acompanhar de perto seus trabalhos.

A polícia vai ser o braço forte nas ruas da capital paulista e serão um dos pilares que levarão a ordem pelas ruas da cidade. As figuras dos agentes então vão se tornar constantes no cotidiano dos populares. Sendo a representação da instituição penal nas ruas, ou seja “O policial, pensamos, também pode incorporar os valores da instituição apesar de vivenciar na prática situações diferentes, como a pobreza, a moradia, a condição de trabalho, entre outros.”<sup>76</sup>

Essa presença dos agentes policiais constitui o sentimento de vigilância constante, sendo o corpo policial um pilar da ordem para as ruas da capital. Até aqui já deve ter ficado evidente a importância da instituição policial neste processo de repressão à vadiagem. Não apenas da vadiagem mas como o processo de vigilância da população como um todo, a notoriedade dos assuntos policiais eram tantas que não apenas ganhavam grande destaque no debate público como também invadiam as páginas dos jornais do período. No próprio Correio Paulistano é notória a ocupação da temática nas edições e a recorrência da polícia nas páginas policiais. Estes elementos são parte da composição contextual do período, como salienta Martins:

“A necessidade urgente de ordem nos primeiros anos da República aumentou o efetivo policial sem trazer mais segurança e tranquilidade para a Cidade. Choques entre policiais e populares enchiam os jornais com notícias de secretas acusados de achacar transeuntes, subdelegados espancando cidadãos, praças embriagadas provocando tumultos e policiais gravemente feridos por gatunos ou populares.”<sup>77</sup>

. O resultado da convivência na cidade, atuação de seu ofício, cobrança de suas tarefas enquanto policiais, experiências de vida e entre diversos outros elementos, faz com que as relações da polícia com diversas instâncias sociais sejam um representativo de modificações e aplicações das ordens dadas, fazendo que apesar do seguimento do código penal a convivência do cotidiano permitiria o condicionamento de regras próprias que pautaram as relações policiais na feitura de seu

---

<sup>76</sup> DINIZ, Mônica. Processos criminais: os termos de vem-viver: tensões, controle e sobrevivência nas ruas de São Paulo (1870-1890). *História e Perspectivas*, Uberlândia (49): 175-217, jul./dez. 2013, p. 204.

<sup>77</sup> MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. A civilização do delegado: modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889 - 1930. Tese pós-graduação, Universidade de São Paulo, 2012, p 121.

ofício. Quando pensamos então a questão da repressão à vadiagem e das implicações entre a complexidade do entendimento do próprio vadio, faz com que a ação policial contra a ociosidade seja conectada pelas subjetividades dos policiais.

O vadio é um conceito na época que poderia significar inúmeras coisas e cabia ao policial, representante da lei nas ruas, que estes indivíduos fossem identificados e integrados. “Nesse sentido, o vadio poderia ser alguém vestido de determinada maneira, ou que tivesse uma postura inadequada, ou seja, alguém que não fosse necessariamente vagabundo, mas se adequasse à idéia de representação deste tipo de contraventor.” (RODRIGUES, 2006 p. 13)<sup>78</sup>. Tratava da aplicação das representações burguesas:

“Toda uma gama de comportamentos passava a ser reprimida pela polícia, que não arredava pé dos ébrios, desordeiros e vagabundos, vítimas preferenciais da repressão. Retificar as condutas depravadas de acordo com a cartilha burguesa teria sido a principal atividade policial do período, que lotava as enxovias com esses criminosos, perpetradores de “crimes sem vítima”.<sup>6</sup> Conhecer, regular e repreender sumariza o que consistia a rotina policial. Assim, à população desavisada só restava resistir e reagir contra o inimigo, no mesmo compasso de violência que pautava a ação policial; enredados ambos os contendores numa encarniçada “guerra social”.”

79

A integração da polícia no cotidiano da capital paulista vai acontecer nos espaços públicos, sobre a atuação nos espaços públicos Antônio Reguete Monteiro de Souza aponta que essa noção de espaço público é tanto a noção geográfica quanto como no que ele chama de espaço simbólico, neste caso sobre as noções de vadio.<sup>80</sup> Tais características realçam ainda mais os aspectos da complexidade da atuação policial, tal complexidade é posta por Diniz, o trecho que segue é um tanto quanto longo porém considero crucial para o entendimento deste ponto da análise:

---

<sup>78</sup> RODRIGUES, Cristiane. A Construção Social do Vadio e o Crime de Vadiagem (1886-1906). UFRJ, Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, 2006, p. 13.

<sup>79</sup> *Ibidem*, p. 321-322

<sup>80</sup> SOUZA, Antonio Reguete Monteiro de. Da desumanização e da norma: A construção social das noções de vadio e vagabundo em meio as atribuições da fabricação do Estado-nação no Brasil (1870-1900). Tese de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, abril de 2010, p. 68.



“Os policiais em seus “relacionamentos” com os sujeitos infratores se apresentavam por um lado como homens da lei, mantendo a ordem e tranquilidade pública sob controle, mas, por outro, apareciam como indesejáveis pela população. É claro que a polícia, na figura do policial, estava presente no cotidiano da população e da cidade, subvertendo hábitos, criminalizando costumes. Mas o agente não aparece como mero instrumento da instituição. Evidente é que o policial acaba por fim representando o poder de punição e prisão, daí seja mal visto pela população, porém havia certa autonomia do agente policial que faz as relações de poder entre policiais e policiado serem readequadas. Mediador de disputas cotidianas, ele poderia tomar partido de um lado a outro da situação de acordo com sua conveniência, intervir em brigas de vizinhos, guardar um escravo fugido longe de seu senhor, evitar linchamentos, entre outros. No limiar dessas experiências contrastantes, perpassava o contato com a população e a imprevisibilidade desse encontro.”<sup>81</sup>

A autora coloca o agente policial como uma figura complexa e contraditória e que - recorrendo a termos mais literários - o policial e suas ações não seriam representados por preto no branco, mas sim seria mais contundente entendê-los como tons de cinza.

Seu cotidiano era acompanhado de perto pelas páginas do *Correio Paulistano*, e as matérias por vezes ganham tom quase de que auxiliares do policiamento ao mesmo tempo em que por vezes as matérias ganham tom de supervisão de seus trabalhos. Aparecem em trechos em que saúdam a ação policial, como também em tons mais de cobrança das posturas e falta de ação polícia em alguns casos. Tendo como exemplo a exaltação dos trabalhos policiais, trago a matéria de 25 de abril de 1895 em que trás o discurso do Sr. Tancredo do Amaral na inauguração de retratos do drs. Prudente de Moraes, Bernardino de Campos, Theodoro de Carvalho e Bento Bueno no salão de honra do 5º corpo de polícia da capital. Em um discurso acalorado sobre os símbolos da República. Quando fala dos feitos do Theodoro Dias de Carvalho quando assumiu o cargo de chefe de polícia por quatro anos o Tancredo de Amaral fala sobre seus esforços para e atividades para organizar as secretarias de polícia e repressão o quanto que foi possível a vadiagem e a prostituição, com o melhoramento dos serviços de policiamento.<sup>82</sup> O trecho é interessante pois denota tanto a matéria

---

<sup>81</sup> DINIZ, Mônica. Processos criminais: os termos de vem-viver: tensões, controle e sobrevivência nas ruas de São Paulo (1870-1890). *História e Perspectivas*, Uberlândia (49): 175-217, jul./dez. 2013, p. 199.

<sup>82</sup> Discurso, *Correio paulistano*, São Paulo, 25 de abril de 1895, p. 2

em si no quesito de noticiar algum acontecimento, ao mesmo tempo em que reafirma o discurso policial por meio de uma suposta melhora no policiamento.

A polícia é entendida por Quintanilha como chave para o progresso. A polícia é entendida como chave dessa sociedade, tais percepções vem da observação e análises do autor ao se deparar com relatórios policiais e jornais que demonstram que aquela sociedade prezava por uma polícia eficiente.<sup>83</sup> Como aparece na intervenção da polícia na ótica de 30 de maio de 1891 onde há um pequeno trecho sobre o desentendimento de vagabundos que "se entregam a torpes orgias" em um botequim na rua Flores. Segundo o trecho eles teriam brigado por questões mesquinhas e levado dois dos turbulentos para o xadrez da estação central.<sup>84</sup> E que às vezes também não interferiam ... como demonstra a matéria na edição do dia seguinte, que traz o relato de um conflito próximo a igreja de Santa Efigênia promovidos por alguns vagabundos, segundo o trecho a intervenção policial sem se fizesse sentir. "além dos susto para as famílias não houve desastre algum a lamentar".<sup>85</sup> Sendo também um representativo da autonomia polícia frente algumas situações que se deparam no cotidiano.

A limpeza moral da cidade estava dentro das funções da instituição policial, a eugeniização da capital paulista deveria ser um dos instrumentos para alcançar uma cidade almejada e moderna pelas elites do período. A cidade era um campo de embate, os corpos e práticas cotidianas daqueles que eram considerados como marginalizados eram colocados constantemente em regime de repressão e vigilância, essas instâncias incriminatórias não se apresentavam somente por meio de ações físicas, mas como também aconteciam por meio do campo simbólico.

A cidade então vai ser um canal canalizador dos preceitos civilizatórios modernos que aquela elite burguesa almejava, a cidade seria a expressão da civilidade, ornada pela disciplina e moralidade. Diniz pontuou que a relação entre cidade moderna e a repressão aos sujeitos indesejados:

---

<sup>83</sup> Martins utiliza-se dos trabalhos de Robert Reiner para apontar a importância da polícia como elemento para a construção da sociedade moderna. MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. A civilização do delegado: modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889 - 1930. Tese pós-graduação, Universidade de São Paulo, 2012. p. 7.

<sup>84</sup> REPUBLICA do Uruguay, Correio Paulistano, São Paulo 30 de maio de 1891, p. 1

<sup>85</sup> SECRETARIA militar, Correio Paulistano, São Paulo, 31 de maio de 1891, p. 1

“O que se anunciava naquele momento era a edificação de uma cidade moderna. Cidade dos trabalhadores disciplinados, dos homens regrados, dos estudantes e comerciantes. Cidade higienizada, ordenada, civilizada. Essa ideia de civilizado nos faz refletir sobre o conceito que se opunha ao que era bárbaro. Uma cidade civilizada, ordenada e disciplinada não era uma cidade com vadios, com ébrios e ociosos, nem tão pouco com prostitutas. Criava-se então na cidade um espaço propício para a reforma dos costumes, operada pela moralização de seus habitantes por meio da ação da autoridade policial e pelas reformas urbanas.”<sup>86</sup>

Mas do que o policiamento, a presença policial representava a construção da ordem e da edificação da cidade moderna, tal aspecto é perceptível na aparição da polícia nas páginas do *Correio Paulistano*, veja por exemplo a matéria de 11 de maio de 1892 que o delegado Octaviano de Oliveira mandou intimar todos os mendigos que transitam nas ruas da capital para o comparecimento na secretaria da polícia para que eles procurassem outro meio de vida ou fossem levados para o asilo de mendigos.<sup>87</sup>

A constituição da cidade moderna, ordenada e moral vai encontrar na figura do vadio a representação do antagonismo, daí viria a necessidade de recolhimento dos sujeito indesejados, como pontua a autora:

“Essa prática policial de vigiar as ruas e recolher sujeitos “indesejáveis” tomou conta da capital e se tornou mais contundente a partir da década de 1870, quando não apenas a cidade de São Paulo, mas boa parte das capitais brasileiras passaram por transformação urbana, pela aprovação de leis e decretos que reprimiam condutas indesejáveis e pela ação policial nas ruas.”<sup>88</sup>

A limpeza social imposta pelas ações policiais apareciam nas páginas do *Correio Paulistano* como preocupação, a presença desses sujeitos indesejados era vista de forma que poderia causar uma má impressão para a cidade. Na edição do dia 13 de abril de 1897 a uma reclamação de de

---

<sup>86</sup> DINIZ, Mônica. Processos criminais: os termos de vem-viver: tensões, controle e sobrevivência nas ruas de São Paulo (1870-1890). *História e Perspectivas*, Uberlândia (49): 175-217, jul./dez. 2013, p. 181.

<sup>87</sup> Meninos vagabundos, *Correio Paulistano*, São Paulo, 11 de maio de 1892, p. 1

<sup>88</sup> DINIZ, Mônica. Processos criminais: os termos de vem-viver: tensões, controle e sobrevivência nas ruas de São Paulo (1870-1890). *História e Perspectivas*, Uberlândia (49): 175-217, jul./dez. 2013, p. 179

quatro quiosques que ficavam na Avenida Rangel Pestana na porteira da Ingleza, estes pontos serviam como ponto de “vagabundos, bebados e moscas”. Mas o autor do trecho revela uma outra preocupação, que é de que estes pontos causariam uma péssima impressão para aqueles que vêm a São Paulo pois os pontos ficam bem na passagem da entrada, os quiosques para o autor são “immundos e frequentados de typos repulsivos. E... a impressão é péssima!”.<sup>89</sup> A cidade de São Paulo não apenas deveria ter uma boa impressão mas como também deveria aparentar esta boa impressão.

A matéria anterior também é um demonstrativo da participação do Correio Paulistano enquanto órgão que também criticava e pedia mais a participação da polícia. As situações em que demonstravam este tom eram duas, a primeira com pedidos de policiamento mais gerais para a cidade, pedindo que a cidade como um todo deveria ter mais intervenção da polícia.

Havia pedidos de policiamentos pontuais, como em determinadas ruas ou praças, até mesmo com a descrição dos pontos de guarita policial que deveria ser postas e a forma que deveria ser orientado as rondas, como aparece na matéria de 25 de abril de 1893 com nome de “malfeitores”, faz a descrição de malfeitores que esperam a cidade ficar deserta, teriam dirigido para a largo da Ouvidor, e lá teriam praticado os atos sórdidos ... de estragar uma placa da Companhia Importadora e não satisfeitos de crime tão bárbaro, danificaram a placa do sr. Joseph W. Mee, diretor da companhia. Os criminosos sem escrúpulos dirigiam para o Largo S. Francisco e derrubaram um pilar novo para anúncios. Para que estes fatos não aconteçam de novo, o autor recomenda que a polícia fique neste ponto com alguns policiais fazendo ronda para que este crime não aconteça de novo e impeçam a ação dos vagabundos noturnos.<sup>90</sup>

O ato de vandalismo descritos pelo autor como um crime com requintes de crueldade representam não apenas o discurso da necessidade de uma elite local que clama cada vez mais por mais policiamento, como demonstra que a questão da repressão à vadiagem estaria ligado a uma preocupação com a propriedade privada, ao ponto que deveria ser mobilizado parte da polícia para que um pilar de anúncios e a placa do sr. Joseph W. Mee não fosse mais danificada. O ocorrido também pode ter sido ocasionado por próprios trabalhadores ou ex-trabalhadores da companhia, que por algum motivo, como por exemplo demissão ou necessidade não atendida desconta sua fúria na placa do patrão. Seguindo essa possibilidade ainda é possível apontar que tal ato é um

---

<sup>89</sup> Sem título, *Correio Paulistano*, São Paulo, 13 de abril de 1897, p. 1

<sup>90</sup> Malfeitores, *Correio Paulistano*, São Paulo, 25 de abril de 1893, p. 1

representativo das formas que a classe trabalhadora encontrava para demonstrar sua insatisfação perante as questões que tocam as relações de trabalho. No mais, aparentemente após o ato de “tamanha” crueldade a placa passa bem.

A cidade de São Paulo estava passando por intensas transformações e houve um aumento considerável observado por autores sobre a criminalidade. Deve-se fazer um adendo de que o aumento populacional não é sinônimo de aumento da criminalidade e nem ao mesmo que no caso da cidade de São Paulo tal fato é o determinante, o aumento populacional é apenas um de uma série de fatores que culminaram no aumento da criminalidade. O próprio Código Penal de 1890 é um elemento para tal aumento, a prescrição do crime de vadiagem, juntamente com o amplo entendimento sobre o que seria o vadio pelas forças policiais, fez com que houvesse um aumento das prisões para tal crime. Martins aponta que:

“Não há dúvida que o crescimento populacional aumentou o número de delitos, contudo, devemos ter cautela ao ler mapas estatísticos da polícia. É bem provável que as joalherias e casas de comércio tenham atraído arrombadores profissionais, assim como a circulação de dinheiro favoreceu a ação dos gatunos pelas ruas centrais da Cidade.”<sup>91</sup>

Martins utilizando dos dados levantados por Boris Fausto aponta que alguns dados sobre o aumento de prisões e traça uma relação com a crise do preço do café:

“[...] entre 1892 e 1916, foram presas 21.422 pessoas por vadiagem na Capital. A porcentagem desse tipo de prisão cresceu de 18%, em 1892, para quase 27%, em 1916. A razão desse aumento estava certamente associada às crises sucessivas provocadas pela queda do preço do café, que afetava todos os setores da economia.”<sup>92</sup>

Este entendimento do aumento da criminalidade era perceptível para as pessoas do período e aparecem nas páginas do Correio Paulistano na preocupação com a alta circulação do que

---

<sup>91</sup> MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. A civilização do delegado: modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889 - 1930. Tese pós-graduação, Universidade de São Paulo, 2012, p. 130.

<sup>92</sup> Ibidem, p. 164.

consideravam como sendo de vagabundos e gatunos pela cidade. Veja por exemplo a matéria de 13 de fevereiro de 1891 chamada de "gatuno audaz" que narra as batidas que um gatuno fez no ponto de bonde a noite, ao final tem o seguinte trecho "São Paulo depois que adquiriu fama de opulento e de rico está sendo vítima de uma cafia de gatuno e vagabundos".<sup>93</sup> Ou seja, por São Paulo está tendo fama de uma cidade rica, ela estaria atraindo muitos vagabundos. Já a matéria de 6 de dezembro de 1892 na parte de "coisas policiais" traz a notícia de que gatunos e vagabundos e desordeiros não deixam a capital em paz e que estes estariam sendo perseguidos pela polícia, logo abaixo uma série de nomes de alguns presos.<sup>94</sup>

A função da polícia no contexto da repressão à vadiagem gira em torno da identificação e recolhimento destes sujeitos. Como aponta Erivan Cassiano Karvat:

“Neste sentido, a polícia deve necessariamente se organizar e, desta forma, conquistar mais e maiores espaços de atuação dentro da sociedade. Assim, a atuação policial e o desenvolvimento de mecanismos policiais se fazem indispensáveis, dado o próprio desenvolvimento social e o Progresso. Em outras palavras é possível perceber, através de alguns Chefes de Policia, que a instituição de uma sociedade civilizada implica numa sociedade policiada.”<sup>95</sup>

O que demonstrado novamente é a junção da concepção de uma sociedade policiada com a noção de que esta sociedade seria moderna e civilizada. Não apenas uma ferramenta de repressão, a polícia desempenha uma função de civilidade, a presença da polícia no cotidiano é um indicativo da modernidade. A violência policial entra nesse pacote, a necessidade da força neste contexto representa a imposição da ordem sobre aqueles que supostamente não as desejam. Na massiva maioria das matérias do *Correio Paulistano* não está presente como que a operação de prisão de vagabundos aconteceu, ficando a lacuna da forma que estes sujeitos foram recolhidos para as delegacias. Podemos ponderar que nem todas aconteceram de forma violenta, mas também deve estar em nosso horizonte analítico o possível uso da violência para a prisão deste sujeito.

---

<sup>93</sup> Gatuno audaz, *Correio Paulistano*, São Paulo, 13 de fevereiro de 1891, p. 2

<sup>94</sup> Coisas policiais, *Correio Paulistano*, São Paulo, 06 de dezembro de 1892, p. 2

<sup>95</sup> KARVAT, Erivan Cassiano. DISCURSOS E PRÁTICAS DE CONTROLE: FALAS E OLHARES SOBRE A MENDICIDADE E A VADIAGEM (CURITIBA: 1890-1933). UFPR, Curitiba, 1996, p. 104

O combate à classe perigosa se dava por meio de várias formas de repressão, como já pontuado a violência simbólica e a violência física, todas essas formas seriam métodos de caça aos perigosos. Temos a notícia de 23 de abril de 1892 que Dr. chefe de polícia fez um pronunciamento para os srs. delegados da capital sobre a apreensão de mendigos e meninos vagabundos que andavam esmolando na cidade, devendo levá-los ao destino legal.<sup>96</sup>

“Com a ajuda de inúmeras proibições, posturas e regulamentos, a polícia agia para impedir que parte da mão de obra inaproveitada conseguisse sobreviver afastada do mercado de trabalho, desenvolvendo outra cultura que não aquela voltada para o trabalho e disciplina. Ao mesmo tempo, ela mantinha as ruas livres e limpas para a circulação de bens e pessoas de melhor condição social transitarem sem medo de sobressaltos.”<sup>97</sup>

A repressão era justificada pela promoção da ordem e a sociedade era posta em uma situação que Martins aponta como uma guerra permanente “Essa guerra diária justificava a vigilância e a repressão, pois a garantia do bem-estar público era caso de polícia. Fica evidente então que os transgressores eram parte fundamental de um sistema que precisava deles para reafirmar as bases da sua ideologia de trabalho, ordem e progresso.”<sup>98</sup> Martins realça dois aspectos importantes nos dois trechos, o primeiro que todo este aparato ideológico e de força estava a serviço das elites burguesas que precisavam desta vigilância para garantia da segurança da sua propriedade privada. Ao mesmo tempo em que havia ainda a necessidade da permanência dos vagabundos nesta hierarquia social para justificar não apenas as ações da polícia, mas como também servirem como justificativa ideológica, servindo de contraponto para demonstrar o antagonismo da concepção burguesa liberal.

“A repressão à vadiagem ofereceu oportunidade para as autoridades intervirem nos mais diversos aspectos do cotidiano das camadas livres pobres. A formação de trabalhadores dóceis e morigerados passava pela reforma moral de uma gente

---

<sup>96</sup> Dr. chefe de polícia, Correio Paulistano, São Paulo, 23 de abril de 1892, p.1

<sup>97</sup> MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. A civilização do delegado: modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889 - 1930. Tese pós-graduação, Universidade de São Paulo, 2012, p. 138

<sup>98</sup> Ibidem, 2p. 211 - 212.

considerada refratária ao trabalho disciplinado. Desencadeou-se então uma vigilância policial sobre quarteirões pobres da cidade à procura de ociosos e vadios. A simples circulação pelas ruas passou a ser objeto de averiguações. As festas, jogos e os divertimentos de rua foram severamente coibidos como manifestações que desviavam os homens do trabalho "honesto", além de subverter a moral pública. Na mira das autoridades estavam também os meninos vadios, não só que viviam nas ruas, mas também aqueles que iam para as vias públicas com seus divertimentos, suas "peraltices" e correrias. A vadiagem infantil era vista como um preâmbulo da vadiagem adulta."<sup>99</sup> (FILHO, 1994, p. 223 - 224)

Walter Fraga Filho ainda pontua que estas elites não alcançaram de forma completa em seus objetivos, segundo o autor quando é observado diversas fontes o que se percebe é “que os resultados dessa política de controle da mendicância e da vadiagem não foram de todo satisfatórios.”<sup>100</sup> A ação policial está dentro desta falha, visto que em teoria eram os representantes da lei nas ruas, se isso realmente era seguido à risca já não era bem assim.

Essa noção de falhas nas polícias como já pontuado anteriormente é perceptível nas páginas do *Correio Paulistano*. Trago aqui mais algumas interessantes passagens sobre, como a edição de 5 de março de 1898 na parte de “*Imprensa Paulistana*” chamado de “as folhas de ontem” coloca que tem se notado a falta de policiamento nas ruas da capital. devendo a organização da polícia tomar providências sérias pois “repetem-se os crimes diariamente e a impunidade só serve para estimular os vagabundos e incitar os frequentadores das cadeiras a mais ousados com comentimentos.”<sup>101</sup>

A dicotomia da crítica e dos elogios ao trabalho da polícia aparecem na matéria de 22 de fevereiro de 1891 "Os vagabundos e a policia", a notícia fala da atividade de larápios e dos vagabundos e do extraordinário trabalho dos policiais. A matéria fala de que sempre aparece denúncias dos "inimigos da ordem sociais". "Geralmente junto a notícia de fatos criminosos vem a notícia de eficaz e completa providencia dada pela autoridade policial".<sup>102</sup>

A matéria fala da dificuldade do policiamento da cidade de São Paulo, e de um crescimento espantoso da população, "gente que vem, chamada pela fama da riqueza e do progresso paulista,

---

<sup>99</sup> FILHO, Walter Fraga. *Mendigos e Vadios na Bahia do século XIX*. Tese de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, março, 1994, p. 223 - 224

<sup>100</sup> *Ibidem*, p. 224.

<sup>101</sup> *Imprensa Paulistana*, *Correio Paulistano*, São Paulo, 05 de março de 1898, p. 1

<sup>102</sup> *Os vagabundos e a policia*, *Correio Paulistano*, São Paulo, 22 de fevereiro de 1891, p. 1



explorar aqui todos os meios de obter dinheiro, inclusive aquelles condenados pela lei". Fala que o trabalho de manutenção que vem sido desempenhado pelo delegado,

“o zelo que tem mostrado pelo serviço publico, acompanhado do maior criterio para não cair em arburios e violencias improprias de um regime livre; tudo isso tem dado resultado que São Paulo tenha gosado de um socego e de uma confiança que não existiriam si não tivessemos à frente da direcção da policial do Estado, um cavalheiro, que tem sacrificado os commodos da vida fácil a que lhe dava direito a sua posição social, para se entregar, afim deservir S. Paulo e é Republica, ao exercício de um cargo que só traz desasocegos, incommodos e por vezes, repetidos abhorrecimentos.”<sup>103</sup>

O autor fala que o cargo é espinhento e que tem muitas dificuldades.

"A opinião publica reconhece, e esse reconhecimento deve ser motivo de orgulho para a autoridade distincta, e dar lhe atento afim de não cançar a sua energia no serviço de manter S. Paulo em plena ordem e de trival-o, quanto pode uma autoridade, subordinada às leis que são a garantia do cidadão, de todos os mais habitantes que actualmente e pertubam.".<sup>104</sup>

Ou a matéria de 1 de setembro de 1893 que fala que a polícia vem dando caça de um grande número de gatunos e vagabundos, ontem teria sido preso 10 vagabundos e 45 gatunos. A matéria fala q a polícia vem trabalhando assiduamente para livrar a cidade das mãos destes elementos.<sup>105</sup> Ou a de 30 de maio de 1897 que coloca que “O dr. chefe de polícia tem tomado energicas medidas para exterminar um bando de vagabundos que infelizmente infesta esta capital.”<sup>106</sup>

Ao mesmo tempo em que há uma crítica, está ligada também a elogios e os agradecimentos pelos trabalhos da polícia. O controle da vadiagem é o resultado do entendimento da ociosidade como uma patologia social<sup>107</sup> que como já posto aqui estaria ligado a um padrão de comportamento

---

<sup>103</sup>Ibidem

<sup>104</sup> Ibidem.

<sup>105</sup> Prisões, *Correio Paulistano*, São Paulo, 1 de setembro de 1893, p.1

<sup>106</sup> Sem título, *Correio Paulistano*, São Paulo, 30 de maio de 1897, p. 1

<sup>107</sup> Tal entendimento aparece tanto no trabalho de PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. ESTUDOS AVANÇADOS 13 (35), 1999, p. 184, quanto

do pobre. O controle da classe perigosa, como aponta Rosa Dayanne Santos de Brito passa pela “[...] marginalização dos pobres foi construída sob três pilares: político, jurídico e econômico.”<sup>108</sup> Esse entendimento da pobreza como alvo da repressão e tipificação da vadiagem também aparece nos trabalhos de Karvat:

“Percebemos entretanto que o discurso sobre vadios e mendigos - e as práticas de controle social que daí sobressaem - acaba por se tornar o próprio discurso da positividade do trabalho. Se vadios e mendigos seriam o seu alvo, outros grupos são também atingidos: mulheres, menores, estrangeiros, etc., incluindo-se aí também o próprio trabalhador. Enfim, o controle sobre vadios e mendigos implica no controle sobre a própria pobreza (que, por sua vez, implica na (des)classificação social)”<sup>109</sup>

O que demonstra que no processo de tipificação da vadiagem e no processo da ação repressiva da polícia não apenas o mendigo ou vagabundo vai ser alvo destas ações, mas outros grupos sociais que se encontravam na pobreza também iriam ser alvo de tais violências. Como posto anteriormente, a vadiagem é concebida como o representativo do empecilho do progresso e como sendo também o início da criminalidade. O Correio Paulistano neste quadro desempenha a participação junto a polícia de enquadrar e participar da repressão à vadiagem.. Suas matérias condenando determinadas condutas da população mais pobre e incentivando ou até mesmo criticando a polícia pedindo mais policiamento é um demonstrativo de sua colaboração para o braço repressivo e promoção da nova ideologia do trabalho.

A matéria de 27 de setembro de 1899 onde moradores de Santa Efigênia reclamam do mal policiamento da região. Segundo o artigo, um grupo de “rapazes ociosos”, construíram duas guarnições e travam brigas com paus, das quais alguns ficaram feridos. Esta situação estaria

---

no KARVAT, Erivan Cassiano. DISCURSOS E PRÁTICAS DE CONTROLE: FALAS E OLHARES SOBRE A MENDICIDADE E A VADIAGEM (CURITIBA: 1890-1933). UFPR, Curitiba, 1996. P. 58.

<sup>108</sup> BRITTO, Rose Dayanne Santos de. “O pobre não é vadio”; uma crítica ao discurso elitista acerca do trabalho na primeira República. História e Cultura, Franca, v. 6, n. 2, p.144-160, ago-nov. 2017, p. 148.

<sup>109</sup> KARVAT, Erivan Cassiano. DISCURSOS E PRÁTICAS DE CONTROLE: FALAS E OLHARES SOBRE A MENDICIDADE E A VADIAGEM (CURITIBA: 1890-1933). UFPR, Curitiba, 1996, p. 151.

alarmando a vizinhança. Assim o autor pede para que o delegado Rangel de Freitas faça mais policiamentos na região.<sup>110</sup>

A constante aparição da temática do crime nas páginas do *Correio Paulistano* está enquadrada no entendimento da concepção de naturalização do crime na sociedade, tendo ainda o adendo da participação constante da polícia nas páginas do jornal, colabora com a noção de guerra permanente e infla os discursos ideológicos da burguesia. Boris Fausto pontua que “a “naturalização” do crime não implica o desinteresse. Pelo contrário, ele se torna componente integrante do dia-a-dia como alimento cotidiano de uma parte do público letrado, especialmente após o surgimento de uma imprensa sensacionalista nos anos dez.”<sup>111</sup>

É um procedimento análogo ao da imprensa, os manipulados técnicos - cada um com suas variantes específicas - encerram as diferentes falas em uma camisa-de-força padronizada, tecida segundo os cânones do jargão judiciário e da linguagem erudita. Apagam-se os traços da emoção mais autêntica - já de si impossível de ser transcrita - a linguagem "pesada" das classes populares, o macarrônico dos imigrantes. As declarações se convertem em misto de depoimento e notícia, ao passar na transição da primeira pessoa para a terceira. A nova vestimenta do discurso coloca na boca de crianças de cinco ou seis anos descrições de relações sexuais em linguagem médico-legal, transforma pobres moças em ventríloquos que descrevem seu “desvirginamento” ou seus “contatos carnavais”<sup>112</sup>

Notícias como a de 15 de abril de 1890 de São Luis do Parahytinga, saudando o trabalho do delegado da cidade dr. Braz O. de Freitas que vem expulsando todos os vagabundos da cidade, “podendo por isto dizermos que temos um delegado de mão cheia”. São um dos muitos indicativos da colaboração do jornal com a polícia.<sup>113</sup> Outro exemplo é quando o jornal indica onde está acontecendo possíveis crimes e endereça assim onde deveria haver mais policiamento, como em 9 de outubro de 1892 quando saiu a matéria que alerta o sr e dr delegado de vagabundos que estão na

<sup>110</sup> Sem título, *Correio paulistano*, São Paulo, 27 de setembro de 1899, p. 2

<sup>111</sup> FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880 – 1924)*. Brasiliense, São Paulo, 1984, p. 15.

<sup>112</sup> *Ibidem*, p. 24.

<sup>113</sup> Sem título, *Correio paulistano*, São Paulo, 15 de abril de 1890, p. 2

noite fazendo desordens na rua dos Marmelitas e escrevendo nas paredes das casas “nomes immorales, que offendem os bons contumes e as familias honestas.”<sup>114</sup>

Funcionando até mesmo como meio de comunicação para avisar o trajeto de possíveis criminosos, como em 27 de agosto de 1893 que saiu a matéria no *Correio Paulistano* alertando o dr. Eduardo Silva que teria embarcado na estação de Sorocaba no trem com destino a capital uma turma de vagabundos que apedrejou os vagões e uma das pedras teria acertado a uma das filhas de um passageiro.<sup>115</sup>

Como pontuado anteriormente, o processo de repressão à vadiagem passa pela tentativa de controle das classes mais pobres e têm a errônea ideia de controle absoluto sobre elas. Como já salientado, o processo de repressão da polícia com a colaboração do jornal passa por duas instâncias e formas de repressão, a moral e a física, mas que ao mesmo tempo no dia a dia é interposto por conceções e contradições dos próprios parâmetros repressivos impostos. Para Gizsele Nede, “de uma certa maneira, o arbítrio e a repressão criam, sob o autoritarismo, fantasias absolutistas de um controle social absoluto, que vêm povoando não só os operadores das instituições de controle social formais (polícia e justiça), mas todo o imaginário social brasileiro.”<sup>116</sup>

Encerro este capítulo com a colocação de Sidney Chalhoub sobre a realidade do controle social:

“A realidade do controle social é, portanto, do ponto de vista da classe trabalhadora, algo ambíguo e paradoxal. É ambíguo no sentido de que dá ensejo a práticas cotidianas aparentemente contraditórias, isto é, práticas de microlutas intestinas e de construção de laços de solidariedade. É paradoxal no sentido de que a visão de mundo das classes populares contém e é acrescida continuamente de elementos que as tornam não só objetos do controle social, mas também sujeitos de seu próprio controle. Reside neste último aspecto, talvez, a principal sutileza da dominação de classe numa sociedade capitalista: aqueles que são objeto de exploração econômica se sentem, na maior parte do tempo, como se fossem os principais autores de sua própria vida.”<sup>117</sup>

<sup>114</sup> Com a Policia, *Correio Paulistano*, São Paulo, 9 de outubro de 1892, p.3

<sup>115</sup> Vandalismo, *Correio Paulistano*, São Paulo, 27 de agosto de 1893, p. 2

<sup>116</sup> NEDER, Gizlene. Cidade, Identidade e exclusão. Tempo, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, 1997, p. 1 - 2

<sup>117</sup> CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 151.

### Capítulo 3

#### “Trabalhadores de cor”: Negros e pardos e a vadiagem

O processo que culminou na Abolição da escravidão é um ponto crucial para debater e analisar a repressão à vadiagem na capital paulista nas primeiras décadas da república. Isto por que a abolição gerou profundas mudanças sociais naquela sociedade, mesmo que podemos afirmar que não houve uma inserção dos libertos na sociedade o que resultou na discriminação de muitos trabalhadores libertos sendo eles negros ou pardos.

Neste ponto é importante salientar que antes mesmo da abolição já havia a existência de trabalhadores negros libertos, entretanto com a abolição houve um aumento exponencial de libertos, mas do que isto, a existência da abolição fez com que a elite ficasse preocupada com a perda de mão de obra e também nas formas que essas seriam “inseridas” na sociedade, já que suas práticas e costumes eram vistas como perigo para a ordem social acreditando num processo de degradação social. Essa preocupação vinha principalmente das elites cafeicultoras, pois enxergavam com maus olhos o futuro econômico que estaria se desenhando logo a frente, visto que a escravidão era um pilar crucial na economia. Tais preocupações foram observadas por Fábio Dantas Rocha ao estudar a população negra em São Paulo no pós abolição. Como pontua Rocha

“Relatório da província de São Paulo apresentado por Francisco de Paula Rodrigues Alves aponta para inúmeras manumissões de escravos nas fazendas paulistas “Por isso, a transição para o trabalho livre provocaria uma “crise dolorosa para a lavoura e as indústrias que a ela se prendem”.”<sup>118</sup>

Acreditavam que iria ser construído uma sociedade vadia por conta dos libertos, principalmente levando em conta que acreditavam que os libertos não estariam educados a nova cultura de trabalho e nem ao menos nos costumes de um indivíduo livre. Os escravos eram vistos como viciosos e quando libertados carregavam ainda este estigma.

Viam então a necessidade de controle dessa população, tinham o medo de que os libertos saíssem do controle e colocassem em risco a ordem social. Rocha demonstra que os relatórios da

---

<sup>118</sup> ROCHA, Fábio Dantas. SAINDO DAS SOMBRAS: CLASSE E RAÇA NA SÃO PAULO PÓSABOLIÇÃO (1887-1930). UNIFESP, Guarulhos, 2018.p. 54

província de São Paulo apresentavam essa preocupação, mostrando a movimentação das autoridades em buscar mecanismos para o controle dessa população, tendo até mesmo registro de uso de exemplos de países que já haviam abolido a escravidão:

“Diante disso, o chefe de polícia reiterou a necessidade do “necessário preparo para a vida social” dos libertos. Viver em liberdade não poderia ser segundo os padrões e as vontades dos libertandos. O relatório foi finalizado com a sentença de que era preciso aprender com os países que já tinham abolido a escravidão: para evitar o descontrole e o desmoronamento da ordem, convinha suprir a decadência policial da província.”<sup>119</sup>

Demonstrando que o interesse real que tinham nessa população liberta era de controlar e monitorar para que fosse preservado a ordem social que a burguesia almejava. Este controle social seria parte de um processo de tentativa de reeducação dessa massa liberta para os moldes do trabalho livre, pois havia a percepção de que os libertos não estariam prontos para a vida em liberdade, necessitando assim de opressão dos seus corpos e costumes.

Dantas discorre também sobre os usos do darwinismo social e de que essa construção do entendimento da necessidade do controle dos libertos também alcançava noções não apenas físicas mas como também processos de internalização de costumes considerados bons, fazendo com que estas pessoas deixassem os “costumes viciosos de escravos”. A cidade neste vai ser um importante prisma para observarmos essas questões, pois por meio da organização urbana das cidades vemos que a cidade passa de forma aprofundada a representar fisicamente a divisão entre classes.

“Os conceitos de civilização e progresso foram comumente utilizados para defender uma natural desigualdade entre brancos e negros, justificando, por isso, a construção discursiva de uma cadeia de hierarquização lógica, onde brancos e europeus estariam no topo, governando e domesticando a população liberta. Com o golpe republicano, esses princípios científicos, muitos deles pautados na biologia, ganharam mais força. Ao prazer das necessidades políticas das elites nacionais, ora a antropologia cultural, de meados do século XIX, ora o darwinismo social, serviram como pretexto para a elaboração de políticas econômicas e sociais.<sup>3</sup> Na

---

<sup>119</sup> Ibidem, p. 58.

questão urbana paulistana, a noção de que havia um determinismo racial e cultural tanto para brancos como para negros inspirou planos de cidade e de moradia que, ao quererem expulsar pretos e pardos das regiões nobres da cidade, idealizaram uma urbe que não refletiu a realidade.”<sup>120</sup>

A repressão a estas pessoas tinham assim o intuito de preservar a hierarquia social imposta e almejada pela elite burguesa aguerrida a construção de um progresso, para isso o controle social dos libertos atingiam ambos os sexos e todas as idades. Mesmo que não era de praticar o enquadramento de mulheres na prescrição do crime de vadiagem houve mulheres que foram acusadas de tal crime

“Assim como os negros eram abordados sob a acusação de vadiagem em determinadas circunstâncias e espaços públicos, o mesmo ocorria com as cidadãs negras. Entretanto, a vadiagem, quando atribuída às mulheres, notadamente às negras, era praticamente uma acusação de meretrício. Ainda conforme Tiede “a vadiagem da mulher era considerada quase uma confirmação de prostituição nos processos analisados: se uma mulher fosse negra, logo era vadia, e então prostituída.”<sup>121</sup>

A repressão era enviesada pelo entendimento que se tinha das relações entre senhores e escravos, quando os trabalhadores passavam pela situação de libertos havia ainda uma grande presença do teor paternalista nas relações de trabalho.<sup>122</sup> Porém as elites burguesas compreenderam que por meio do paternalismo não seria suficiente para o controle social dos libertos. Era necessário um sistema de repressão à vadiagem.<sup>123</sup> A preocupação das elites burguesas eram tanto com os

---

<sup>120</sup> Ibidem, p. 99

<sup>121</sup> SANTOS, Fernando de Oliveira dos. Pós-abolição e a luta pela cidadania negra na cidade de São Paulo (1891 - 1930). Universidade Estadual de Paulista, Assis, 2020, p. 72.

<sup>122</sup> Sidney Chalhoub aponta que o paternalismo era muito importante para compreender o contexto das relações de trabalho da época – Trabalho, lar e botequim – O cotidiano dos trabalhadores o Rio de Janeiro da belle époque. Editora UNICAMP. 2001 Prefácio à segunda edição. p. 72 - 73

<sup>123</sup> Marcos Estevam Vasconcelos e Mateus Fernandes de Oliveira por meio do trabalho de Edward Thompson apontam em *O combate à ociosidade e à marginalização dos libertos no pós-emancipação* que o paternalismo se demonstrou ineficaz e insuficiente nas novas dinâmicas de trabalho livre.

libertos que logo após a abolição houve a apresentação da lei que colocava a ociosidade como crime.

Como demonstra - Alessandra Teixeira, Fernando Afonso Salla e Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha Marinho

“[...] poucos dias após a Abolição em 1888 foi apresentado na Câmara dos Deputados pelo então Ministro da Justiça, Ferreira Vianna, o Projeto de repressão à ociosidade, com a finalidade principal de controlar os libertos, cuja ociosidade passou a ser vista como ameaçadora à ordem e à lei, leia-se, à propriedade (Chalhoub, 1986). As intensas discussões que sucederam à análise desse projeto e de outros similares, apresentados simultaneamente na Câmara dos Deputados, visavam à construção de um sistema de perseguição e controle das classes ditas perigosas, com a justificativa formal de promover a correção moral da ociosidade e suas degenerescências, impondo uma ética regeneradora erigida em torno do trabalho forçado nos institutos correccionais.”<sup>124</sup>

É interessante notar por meio do Correio Paulistano que o negro não aparece de forma nítida pelas notícias sobre vadiagem, dificilmente se encontra a descrição sobre a etnia ou “raça” dos envolvidos na matéria. O processo de abolição dessas pessoas era esperado pelas elites burguesas como o resultado da degradação moral e econômica da sociedade. Mesmo com tamanha preocupação quando analisamos as matérias do Correio Paulistano sobre a vadiagem o negro e o pardo quase nunca aparecem. Muito provavelmente aparecem de forma implícita, não sendo necessário a colocação da etnia do presos por vadiagem na matéria, isso chama atenção pois pode ser interpretado por duas formas, a primeira é que os redatores do Correio Paulistano não vinham a necessidade de colocar a etnia dos presos por vadiagem, uma talvez por se tratar de um crime muito comum, ou por talvez já tivessem internalizado que muitos destes presos por vadiagem eram negros ou pardos. É muito provável que muitos fossem também os imigrantes porque na década de 1890 a cidade de São Paulo recebeu uma multidão de estrangeiros pobres que fugiam das péssimas

---

<sup>124</sup> TEIXEIRA, Alessandra; SALLA, Fernando Afonso; MARINHO, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha. VADIAGEM E PRISÕES CORRECCIONAIS EM SÃO PAULO: MECANISMOS DE CONTROLE NO FIRMAMENTO DA REPÚBLICA. *Estud. hist. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, p. 381-400, Aug. 2016. p. 386.



condições de vida e trabalho nas fazendas, cerca de 200 mil, numa cidade que tinha no início da República menos de 50 mil habitantes.

A outra possibilidade é que ao mesmo tempo houve a tentativa de apagamento desses indivíduos na sociedade. Ambas possibilidades não estão necessariamente erradas ou certas, não podemos fazer um processo de regressão mental e entrar na mente dos escritores das matérias, porém, podemos aqui por meio das fontes mensurar as possibilidades e tentar considerar por meio das possibilidades o que determinadas composições da fonte significaria.

Os escritores do Correio Paulistano estavam atentos aos debates contemporâneos daquele momento, vejamos por exemplo a matéria de 13 de março de 1890 com observação do autor sobre o suposto “desaparecimento dos negros” no pós-abolição. A matéria tem o nome de “O Brazil em Paris”, o texto fala de algumas belezas do país e de algumas observações do autor, o que chama a atenção é o comentário sobre o pós-abolição, onde que o autor diz que no dia seguinte a abolição “desapareceram os negros”, pois eles teriam a naturalidade da “liberdade da ociosidade” e migraram para as cidades. O texto também fala das dificuldades encontradas pelos imigrantes europeus que chegam a São Paulo.<sup>125</sup>

O texto demonstra que no pós-abolição houve na capital paulista um movimento de migração dessas populações postas em liberdade. Motivados por busca de trabalhos ou melhores condições de vida os motivos poderiam variar muito, contudo a matéria possui o grande exagero que aponta para um desaparecimento dos negros na cidade de São Paulo, mas será que desapareceram mesmo?

Quando temos em perspectiva que a repressão à vadiagem atingia sobretudo trabalhadores negros, passamos a ter a concepção que talvez um dos motivos que levam a esse “desaparecimento” dos negros na capital era fruto dessas perseguições, podemos conjecturar que talvez por motivos de repressão os libertos buscassem locais que soubessem que a perseguição era menos intensa. Faço aqui o perigo de todo e qualquer historiador de julgar a sua fonte, mas não podemos dizer que no mínimo a colocação de que os negros desaparecem da capital paulista não trata-se de uma colocação mal intencionada ou talvez completamente descolada do contexto.

---

<sup>125</sup> O Brazil em Paris, Correio Paulistano, São Paulo, 13 de março de 1890, p. 1

“Evidentemente o preto não era o único alvo da repressão à vadiagem. Mas é provável que este tipo de crime tenha recaído com mais força sobre a população negra, por causa do estigma da cor que associava o negro à vadiagem, como argumentamos no capítulo anterior.”<sup>126</sup>

Esse medo e preocupação aos libertos é observado por Dantas ao analisar os “Relatório da província de São Paulo apresentado por Francisco de Paula Rodrigues Alves aponta para inúmeras manumissões de escravos nas fazendas paulistas “Por isso, a transição para o trabalho livre provocaria uma “crise dolorosa para a lavoura e as indústrias que a ela se prendem”.”<sup>127</sup> O governo não via os libertos como cidadãos e esperava que os proprietários acompanhassem de perto o processo de abolição nem esperava que esses proprietários observassem e vigiassem de perto os movimentos dos libertos.<sup>128</sup>

Tal percepção demonstra que a repressão à vadiagem se apresentava de várias formas, não estando somente nas mãos do governo mas como também foi difundido e aplicado pelos civis. O respaldo jurídico do Código Penal de 1890, a violência policial e até mesmo as matérias do Correio Paulistano passam pelo processo de internalização dos conceitos idealizados pela burguesia que assumia para si a responsabilidade de manutenção da ordem por meio da nova ideologia do trabalho..

Então em certa medida podemos aferir que as matérias sobre a vadiagem no Correio Paulistano são o representativo da colaboração da imprensa burguesa com esses novos preceitos. Demonstrando que a elite burguesa estava relacionada diretamente com o processo de repressão.

A preocupação com os libertos também apareciam nas discussões sobre a substituição da mão de obra escrava pela liberta. Como aponta Oliveira e Vasconcelos

“Logo após a aprovação da Lei Eusébio de Queiroz, nota-se a presença de debates em torno da substituição da mão-de-obra escrava. Começa-se, então, a se falar pela

---

<sup>126</sup> TIEDE, Livia Maria. Sob suspeita: negros, pretos e homens de cor em São Paulo no início do século XX. 2006, Dissertação mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. p. 88.

<sup>127</sup> ROCHA, Fábio Dantas. SAINDO DAS SOMBRAS: CLASSE E RAÇA NA SÃO PAULO PÓSABOLIÇÃO (1887-1930). UNIFESP, Guarulhos, 2018, p. 54.

<sup>128</sup>Ibidem, p. 55 - 56.

primeira vez em imigração. Tal empreendimento, por sua vez, agravaria a situação fundiária do país em decorrência da situação que se apresentava em relação à condição do acesso à terra, até então isenta de uma legislação e de órgãos oficiais de reconhecimento de posse. Apenas trazer a força de trabalho de outras nacionalidades não era suficiente, era necessário impedir seu acesso à propriedade da terra através da regulamentação legal das posses por parte dos grandes proprietários. Nesse contexto, surge a Lei de Terras com o objetivo de impossibilitar o trabalhador pobre de adquirir posses, almejando, assim, a abundância de mão-de-obra barata disponível nas grandes fazendas. (CARVALHO, 2003, p.333).”<sup>129</sup>

Fernandes e Oliveira também demonstram que na percepção dos legisladores os libertos eram portadores de vícios e esse seria um dos motivos que seria alvo da repressão neste processo a imprensa vai “nos primeiros anos após a abolição da escravidão, havia a tendência, principalmente da imprensa, de associar a recusa do liberto pelo trabalho à ausência de instituições familiares presentes em seu cotidiano, dado o tratamento dispensado aos negros ao longo de séculos de cativoiro.”<sup>130</sup>

Liberto e vadiagem seriam então sinônimos, entretanto é importante salientar que tal estigma não era recluso apenas do período republicano, Lúcio Kowarick demonstra que já no período imperial aqueles que não trabalhavam e estavam alheios às ordens sociais vigentes eram considerados “vadios”. Entretanto, segundo o autor esta parcela da população era majoritariamente liberta.<sup>131</sup>

Como pudemos observar avaliando o critério da cor, o negro esteve sobrerrepresentado nas detenções por vadiagem, mas ao lado dele houve um número bastante expressivo de detenções de indivíduos da cor branca, o que nos leva a entender que a contravenção foi utilizada para reprimir os pobres e impedir possíveis desordens populares.”<sup>132</sup>, ou seja, apesar de que sim, os negros e pardos eram os principais alvos da repressão à vadiagem, a repressão a vadiagem tinha um interesse maior

---

<sup>129</sup> OLIVEIRA, Mateus Fernandes de; VASCONCELOS, Marcos Estevam. O combate à ociosidade e à marginalização dos libertos no pós-emancipação. CES Revista, Juiz de Fora, v. 25, 2011. p. 148.

<sup>130</sup> Ibidem, p. 151.

<sup>131</sup> KOWARICK, Lúcio. Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1994, 2. Ed. p. 28

<sup>132</sup> RODRIGUES, Cristiane. A Construção Social do Vadio e o Crime de Vadiagem (1886-1906). UFRJ, Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, 2006, p. 116.

de controle social das classes populares, apesar de que considero que as classes populares era constituída sobretudo de negros, pardos e estrangeiros pobres, fazendo que novamente voltemos a linha de raciocínio de que negros e pardos eram mais atingidos pela repressão à vadiagem.

A libertação de escravos tinha como preocupação a tentativa de educação destes por meio do trabalho da nova ideologia de trabalho. Era importante que houvesse o processo de reeducação dos libertos para o trabalho livre, isso fazia parte do movimento de controle sociais destes indivíduos. Tal observação também está presente no trabalho de Sidney Chalhoub:

“Com a libertação dos escravos, as classes possuidoras não mais poderiam garantir o suprimento de força de trabalho aos seus empreendimentos econômicos por meio da propriedade de trabalhadores escravos. O problema que se coloca, então, é de que o liberto, dono de sua força de trabalho, se torne um trabalhador, isto é, disponha-se vender sua capacidade de trabalho ao capitalista empreendedor. Por um lado, esse problema tinha seu aspecto prático que se traduzia na tentativa de propor medidas que obrigassem o indivíduo ao trabalho. Por outro lado, era preciso também um esforço de revisão de conceitos, de construção de valores que iriam constituir uma nova ética do trabalho. Como já foi sugerido na introdução, o conceito de trabalho precisava se despir de seu caráter aviltante e degradador característico de uma sociedade escravista, assumindo uma roupagem nova que lhe desse um valor positivo, tornando se então o elemento fundamental para a implantação de uma ordem burguesa no Brasil.”<sup>133</sup>

A educação por meio do trabalho significava também uma influência das próprias relações de trabalho e das relações cotidianas que estes sujeitos estabelecem, fazendo com que a ideologia infiltra-se como água na vida privada dos trabalhadores libertos. s nas relações de trabalho, mas se infiltrar ações sociais cotidianas milhares entre amigos dessas pessoas. “Para o liberto, tornar-se bom cidadão deve significar, acima de tudo, amar o trabalho em si, independentemente das vantagens materiais que possam daí advir. Educar o liberto significa transmitir-lhe a noção de que o

---

<sup>133</sup> CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 65.

trabalho é o valor supremo da vida em sociedade; o trabalho é o elemento característico da vida “civilizada”.<sup>134</sup>

Esse processo com os libertos passa pela necessidade de um apagamento da própria escravidão, em mais um passo de tentativa de controle social. Como vai salientar Rosa Dayanne Santos de Brito:

“A passagem da ordem escravocrata para capitalista ampliou os problemas sociais e a disparidade entre as classes. Esta contradição estava no cerne da República brasileira que se estruturava sob “a marca da escravidão ou, melhor dizendo, a tentativa de apagá-la ou diluí-la. Uma tentativa que no próprio Hino da República vinha estampada nos versos: “nós nem cremos que escravos outrora tenha havido em tão nobre país”. Outrora era o ano anterior...” (OLIVEIRA, 2003, p. 17).”<sup>135</sup>

Contudo a tentativa de apagamento da escravidão vai alcançar formas violentas por meio da própria repressão a vadiagem e a negação para a inclusão dos libertos naquela sociedade. Chalhoub utilizando do trabalho de Florestan Fernandes demonstra essa falta de amparo para com esses indivíduos.

“[...] o escravismo era um sistema de castas cuja desagregação — coincidindo com a formação das classes sociais — não se refletiu numa mudança substancial da posição social do negro. Os negros foram incorporados às plebes, tendo ficado condenados a uma “condição de casta disfarçada”.<sup>29</sup> Os negros e mulatos encontravam-se despreparados para o papel de trabalhadores livres. A população de cor não tinha nem o treinamento técnico, nem a mentalidade e disciplina do trabalhador livre, ficando, assim, excluída das oportunidades econômicas e sociais oferecidas pela ordem social competitiva emergente. Fernandes enfatiza o efeito desagregador da escravidão, que havia destruído quase todo o vestígio da herança cultural negra. A escravidão havia ainda destituído os negros de toda vida familiar

---

<sup>134</sup> Ibidem, p. 69.

<sup>135</sup> BRITTO, Rose Dayanne Santos de. “O pobre não é vadio”; uma crítica ao discurso elitista acerca do trabalho na primeira República. *História e Cultura, Franca*, v. 6, n. 2, p.144-160, ago-nov. 2017, p. 147.

e dificultado a criação de formas de cooperação e assistência mútua baseadas na família.”<sup>136</sup>

Essa segregação vem dos tempos coloniais e como já posto já colocava os libertos naquele período como vadios e portadores de vícios. Parte desta visão sobre os libertos estava pela ligação de que estes indivíduos não teriam passado pela “escola do trabalho”<sup>137</sup>, fazendo com que estes sujeitos fossem postos na subalternidade.<sup>138</sup>

“A proclamação da República logo frustrou a ânsia por mais direitos; o Código Penal de 1890 estabeleceu como crime as reivindicações dos trabalhadores; as greves foram colocadas na ilegalidade; o direito do voto foi dado somente aos poucos alfabetizados registrados. O mundo continuava sendo dos brancos endinheirados. O pós-Abolição paulistano transformou os significados da liberdade construídos desde o século XIX. Ela, agora, teve de ser partilhada com a concorrência por trabalho na cidade”<sup>139</sup>

Esse processo gerou a inserção destes sujeitos, mas que foram postos em marginalidade e pelo estigma de não serem bons trabalhadores os libertos buscavam várias formas de sobrevivência, seja por trabalhos informais ou até pela aceitação de trabalhos em péssimas condições.

Sobre está situação Helena Souza Patto argumenta que;

“No campo, vínculos empregatícios contaminados pela prática do favor prendiam empregados a patrões por dívidas muitas vezes impossíveis de saldar e configuravam situações que beiravam à escravidão. Na cidade, o panorama não era diferente: uma massa de trabalhadores pobres acumulava-se no espaço urbano e vendia sua força de trabalho a preços que degradavam a vida, quando não a inviabilizavam, ou dedicava-se a outras ocupações, em nome da sobrevivência.

<sup>136</sup> CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 82.

<sup>137</sup> KOWARICK, Lúcio. Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1994, 2. Ed. p. 55

<sup>138</sup> *Ibidem*, p. 55

<sup>139</sup> ROCHA, Fábio Dantas. SAINDO DAS SOMBRAS: CLASSE E RAÇA NA SÃO PAULO PÓSABOLIÇÃO (1887-1930). UNIFESP, Guarulhos, 2018, p. 239.

Sem alternativas no mercado de trabalho, muitos ex-excravos e seus descendentes viviam em situação de desemprego crônico ou agregados a famílias ricas, onde exerciam extensas jornadas de trabalho doméstico não-remunerado.”<sup>140</sup>

Patto ainda coloca que estes sujeitos foram lançados a própria sorte, não apenas os negros e os pardos, mas também todos que constituíam as classes populares. Neste âmbito muitos buscavam outros meios de sobrevivência, além dos trabalhos que citei acima, muitos recorriam a pequenos furtos, jogos e até mesmo a prostituição.<sup>141</sup>

A imagem dos trabalhadores negros ainda remetia à escravidão, como já posto anteriormente carregavam a imagem de serem trabalhadores ruins. Ligia Maria Teide discorre sobre essa passagem, os trabalhadores negros assim tinham a fama de serem degenerados, bêbados e vadios. Teide ainda pontua que neste processo os jornais tornaram propagadores de comportamentos restritos aos negros.<sup>142</sup>

Nessa busca pela sobrevivência pode ser entendido como movimentos de resistência que buscavam burlar a ordem burguesa, Tiede coloca que muitas vezes para tentar disassociar da visão pejorativa que trabalhadores negros tinham, buscavam se autônominar ao invés de “trabalhadores preto” usavam “trabalhadores de cor”. É um singela mudança nominal mas que representa as tentativas de responderem aos estigmas postos a eles.<sup>143</sup>

A noção de que trabalhadores negros eram ruins colocavam essas pessoas numa situação de constante suspeita pelas autoridades, isso fazia com que fosse colocados sobre permanente situação de vigia. Tal noção é apontada por Boris Fausto, o autoque colocar que [...] tornan patente como negros e mulatos menos do que criminosos eram “gente suspeita”, o objeto de um controle social específico.”<sup>144</sup>

---

<sup>140</sup> PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. ESTUDOS AVANÇADOS 13 (35), 1999, p. 169.

<sup>141</sup> PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. ESTUDOS AVANÇADOS 13 (35), 1999, p. 167 – 198. a autora discorre sobre essa questão da busca pela sobrevivência.

<sup>142</sup> TIEDE, Livia Maria. Sob suspeita: negros, pretos e homens de cor em São Paulo no início do século XX. 2006, Dissertação mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. p. 14 - 15

<sup>143</sup> Ibidem, p. 26

<sup>144</sup> FAUSTO, Boris. Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880 – 1924). Brasiliense, São Paulo, 1984, p. 59

Não devemos perder de perspectiva de que a abolição não representou a anulação da escravidão e nem ao menos os impactos que centenas de anos de sistema escravista podia causar na sociedade brasileira. É muito curto os anos que dividem a abolição da escravidão para a proclamação da república e impactos muitos profundos que até mesmo nos dias de hoje ainda podem ser notados e sentidos pela população não branca.

A criação do negro como um mau trabalhador passa pelo processo de construção desta imagem, tem sua gênese na escravidão, alcança seus ares na república. Jones Dari Goetttert apontam que tinham nos trabalhadores negros a imposição do trabalho livre já que diferentemente dos trabalhadores europeus, estes não precisam passar pela escola do trabalho livre.<sup>145</sup>Num geral, os trabalhadores negros eram vistos como inúteis e vagabundos, daí se justificaria os mecanismos tanto de sobrevivência desta parcela da população como também dos mecanismos de opressão das classes burguesas.

“Marginalizados desde os tempos coloniais, os livres e libertos tendem a não passar pela "escola do trabalho", sendo freqüentemente transformados em itinerantes que vagueiam pelos campos e cidades, vistos pelos senhores como a encarnação de uma corja inútil que prefere a vagabundagem, o vício ou o crime à disciplina do trabalho", ao mesmo tempo que, para os nacionais pobres, todo trabalho manual era considerado idosa de escravo, em decorrência, aviltante e repugnante. (KOWARICK, ' 1987, p. 47-48).”<sup>146</sup>

Devemos ter o cuidado de entender que estes indivíduos não eram tábulas rasas que estavam sujeitas a interferências das outras classes de forma vã. Quando um liberto escolhe permanecer na cidade de São Paulo ou ir para outro lugar, aceitar ou não um trabalho ou até menos se lançar na sorte das ruas, devemos compreender que estes movimentos são o resultado muito complexo de ações externas como também de considerações individuais de cada sujeito. O que fica é que estes sujeitos eram perseguidos em todas as instâncias que optarem, estavam sobre constante vigilância

---

<sup>145</sup> GOETTERT, Jones Dari. Aos “vadios”, o trabalho: considerações em torno de representações sobre o trabalho e a vadiagem no Brasil. Revista Formação - Edição Especial, n. 13, v. 2, p. 101 - 117. p. 23

<sup>146</sup> Ibidem, p. 271



de suas ações, [...] sendo perseguidos não apenas ao circularem pelas ruas, mas também em seus espaços de lazer e sociabilidade.”<sup>147</sup>

Esses mecanismos adotados pela população negra pela busca da sobrevivência podem ser observados em matérias que encontramos. Contudo a etnia das pessoas muitas vezes não eram colocadas e as poucas vezes que havia algum tipo de identificação destas pessoas era sobre os imigrantes e a nacionalidade que pertenciam. Podemos trazer novamente aquela questão de tentativa total do apagamento desses sujeitos, até mesmo passando pelo papel da imprensa em não colocar se a pessoas presa por vadiagem tinha qual etnia.

Porém o caminho que achei mais ponderado de seguir está ligado na construção de que os libertos eram vagabundos. Isso faz com que o leitor quando se deparava com uma matéria sobre a prisão por vadiagem estivesse já a percepção de que aquela pessoa era negra ou pardo.

Uma das poucas matérias que encontramos que aborda a temática da vadiagem e do trabalhador negro é a matéria do Correio Paulistano de 17 de janeiro de 1893, matéria chamada de “Dous Corregos”, assinado pelo delegado de polícia Luiz Mendes do Amaral Gurgel, é uma resposta ao telegrama que noticiou a prisão do preto Hilario. Segundo o Delegado, Hilário não tinha sido preso pela segunda vez, mas sim foi chamado para responder o corpo de delito, sobre as supostas chicotadas que o curador de órfãos teria recebido Hilário quando foi preso pelo comandante de destacamento.<sup>148</sup>

O delegado aponta o reconhecimento do corpo de delito com acompanhamento de médicos e caixeiros que acompanhavam os médicos. O delegado afirma que Hilário esteve em sua presença por todo o momento do procedimento. Deste inquérito levantado por depoimentos de Hilário que teria sido feito por livre e espontânea vontade, terio sido constatado que Hilário vivia sem emprego, na vagabundagem e amasiado, e que o comandante do destacamento que fez a prisão de Hilário não o maltratou de nenhuma forma.

Segundo o delegado, Hilário teria sido levado à prisão pelos agentes de repressão que estariam também sendo postos em práticas em outras cidades para controlar os vagabundos e desordeiros. Hilário teria sido advertido várias vezes para tomar ocupação séria, mas continuou na vida de vagabundo da taverna, além de Hilário outros teriam sido presos.

---

<sup>147</sup> SANTOS, Fernando de Oliveira dos. Pós-abolição e a luta pela cidadania negra na cidade de São Paulo (1891 - 1930). Universidade Estadual de Paulista, Assis, 2020, p. 86.

<sup>148</sup> Dous Corregos, *Correio Paulistano*, São Paulo, 17 de janeiro de 1893, p. 1-2

Neste momento, o curador de orfãos Augusto Christiano Gomes, teria lembrado que Hilário era órfão e passou a officiar por ele. Entretanto, não consta que o curador de órfãos em nenhum momento teria cuidado de Hilário quando era menor, consentindo assim segundo o delegado que Hilário permanecesse na vadiagem.

Ao final o delegado lança para os leitores fazerem juízo de valor dos interesses do curador de órfãos “Julguem agora as pessoas sensatas, da honestidade desse curador de orphams.” Lembrando que mesmo advogando por Hilario, Augusto não seria advogado e nem formado em Direito, mas sim foi em capturador de escravos e hoje agente de negócios.

Acredito que esta matéria é um achado sobre formas de resistências dos tralhadores negros, pois não fica de forma clara se o cuidador de orfões realmente era um cuidador de orfões, podendo muito bem ser um conhecido de Hilário que foi a delegacia para tentar safar o sujeito das acusações.

A vadiagem deve ser entendido como um processo integrado completamente pela segregação racial, em *Vadiagem e as novas formas de controle da população negra urbana pós-abolição*, Silvia Campo Paulino e Rosane Oliveira analisam como o código penal de 1890, mais precisamente sobre o artigo sobre a vadiagem foi um instrumento de segregação racial. Nesse contexto, a república Velha (1889-1930) utilizou-se da tipificação penal da vadiagem como forma de promover uma "higienização urbana" através do controle dos egressos da escravidão, impondo um novo estigma à população recém-liberta.”<sup>149</sup>

---

<sup>149</sup> OLIVEIRA, Rosane; PAULINO, Silvia Campos. *Vadiagem e as novas formas de controle da população negra urbana pós-abolição*. *Direito em Movimento*, Rio de Janeiro, v. 18 - n.1, p. 98

## Capítulo 4

### Crianças vadias

Na matéria do *Correio Paulistano* de 17 de setembro de 1898 na parte chamada de “meninos vagabundos” escrita por Alfredo Biancho tem tom de denúncia sobre a situação de vários meninos em situação de rua na capital de São Paulo. Segundo o autor elas podem ser encontradas na noite “empinhadas umas sobre as outras” tentando se esquentar do forte inverno da cidade de São Paulo. O autor fala até mesmo que na estrada das oficinas do *Correio Paulistano* reunam-se cerca de vinte ou mais meninos “magros, pallidos, sujos, andrajosos, pedindo muitas vezes de mãos postas que os deixem passar alli a noite”.

O autor defende a a necessidade de creches e albergues noturnos e nem ao menos uma seção da polícia para tratar destes assuntos dos menores em situação de rua. O autor diz que tentou procurar abrigo para uma daquelas crianças, pegou-a pelo braço e “já se deu ha mais de vinte dias e ainda me parece sentir aquelle braço-aramé, sumindo-se me das mãos [...]. Alfredo então faz um apelo para as autoridades e “almas caridoas da cidade de S. Paulo” para que possam “olhar melhor para estes miserias, que nos envergonham.”<sup>150</sup>

A matéria de Alfredo é interessante pois apresenta o sentimento duplo que havia sobre as crianças “vadias”, ao mesmo tempo que tinha um sentimento de preocupação com as crianças havia um entendimento que estas representavam uma espécie de perigo. Eram depositadas nas crianças do período as esperanças que carregavam o futuro da nação. Seria então necessário educar essas crianças pertencentes às classes mais populares para que se tornassem futuros bons trabalhadores ao mesmo tempo também que já neste momento deveria haver um controle social destas.

As crianças vão ser figuras constantes no cotidiano paulistano, seja fazendo pequenos trabalhos como venda de jornal ou engraxate ou brincando pelas ruas. O menor visto como delinquente vai ser um problemas no período republicano, como aponta Kátia Regina Lopes Costa.

“[...] O menor delinquente constituiu-se como um problema social no período republicano e sendo carente de sanções legais e medidas coercitivas que atendessem ao clamor da sociedade da época, suscitou debates e mobilizações. Diante disso, os

---

<sup>150</sup> Meninos vagabundos, *Correio Paulistano*, São Paulo, 17 de setembro de 1898, p. 1

debates no âmbito jurídico foram direcionados em busca da definição de menoridade, elaboração de Código próprio e aplicabilidade da legislação.”<sup>151</sup>

Os menores eram assunto em debates, medidas e da própria repressão a vadiagem que também os atingia, havendo um policiamento sobre as crianças de classes populares. Crimes como perturbação de sossego dos transeuntes havia a prerrogativa para o envio destes menores para institutos de internato para educá-los na ideologia do trabalho. Não havia assim a concepção de que os menores infratores eram casos perdidos, pelo contrário, vai ser sobre eles que muitas vezes vão ser depositados as esperanças da construção social da nação.

As noções de infância foram incorporadas nos códigos penais pelo mundo, tinham a percepção de que salvando os menores por meio da educação do trabalho, eles cresceriam como bons cidadãos. “Com isto, a criança pobre, desvalida ou abandonada, passa a ser alvo de dupla preocupação: instruir e moldar através do trabalho para servir a nação no futuro e, proteger a sociedade dos potenciais perigos por ela representado”<sup>152</sup>

A ideia de que as crianças são o futuro da sociedade surge principalmente no contexto da consolidação dos Estados nações.

Estas novas concepções de infância atreladas à ideia de pobreza, abandono e desvalimento, no contexto da fabricação do Estado-nação brasileiro e do fim da escravidão, assumiram contornos ainda mais reveladores da necessidade do controle e correção, que demarcavam um campo de interesse de saberes e poderes manifestados em instituições, práticas sociais e teorias.”<sup>153</sup>

O Correio Paulistano também vai apresentar essa concepção de como as crianças deveriam ser seladas para garantir o futuro próspero da nação. Muitas destas matérias sobre crianças vadias assumem um discurso de denúncia que ganhava forma a partir das ações destas crianças

---

<sup>151</sup> COSTA, Kátia Regina Lopes. Olhares sobre o menor delinquente: a normatização da infância e adolescência delinquentes no Brasil (1889-18930). VI Colóquio Internacional: educação e contemporaneidade, 20 e 22 de setembro de 2012, p. 6.

<sup>152</sup> SOUZA, Antonio Reguete Monteiro de. Da desumanização e da norma: A construção social das noções de vadio e vagabundo em meio as atribuições da fabricação do Estado-nação no Brasil (1870-1900). Tese de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, abril de 2010, p. 61.

<sup>153</sup> *Ibidem*, p. 62

consideradas muitas vezes como delinquentes. As matérias demonstram que as crianças ocupavam todas as partes da cidade de São Paulo e surge então por meio dos preceitos imbuídos as crianças de serem o futuro da nação uma noção de necessidade de controle social destas, visando que quando se tornarem adultas já estivessem nos moldes na nova ideologia de trabalho.

A matéria do *Correio Paulistano* de 30 de junho de 1892 com o título de “creanças abandonadas”, a notícia traz questões sobre crianças abandonadas nas ruas de São Paulo e que estariam a “toda a sorte de vícios, tornando-se prejudiciaes a si e á sociedade”. O autor da matéria pediu que fosse colocado termo pela polícia para corrigir os vadios e a vagabundagem. As famílias estavam sendo procuradas e seriam orientadas para que seja ensinado ofícios a eles. “Essa distincta e activa autoridade, que acaba de tomar tal resolução, é por certo merecedora dos justos applausos de todas população desta capital.”<sup>154</sup>

É evidente o sentimento de preocupação com a propriedade privada, pelas crianças estarem cometendo estripulias, o que a matéria não deixa claro o que de fato estavam fazendo. Poderiam estas crianças estarem simplesmente brincando na rua e isso poderia ter sido o motivo que gerou a revolta da matéria, afinal de contas o que mais perigoso para ordem social do que crianças brincando na rua?

O tom da matéria não é somente de que estas crianças estariam fazendo um mal para a sociedade, mas há também a expressão de um noção que estas crianças estariam fazendo mal para si mesmo, daí surge também a ação de acharem que os pais não estariam fazendo de jeito “certo” seus papéis. É fácil também conjecturarmos que estas crianças não se tratavam de filhos de aristocratas, de nada ficaríamos espantados se tivéssemos a possibilidade de ver o que de fato aconteceu naquela rua e constatamos que muito provavelmente aquelas crianças eram filhos de trabalhadores.

O Código de 1890 também vai atingir os menores, pois determinava que fossem submetidos a critérios de controle social. As medidas para eles eram tanto criminais mas, em geral, buscavam pela recuperação dos indivíduos por meio de casas de internatos. O interessante é que mesmo tendo esses tipos de ação contra os menores, Lopes aponta que muitas vezes os juízes proclamavam em defesa dos menores, para além disto a autora discorre sobre o aspecto do Código Penal de 1890 colocava sobre os menores:

---

<sup>154</sup> Creanças abandonadas, *Correio paulistano*, São Paulo, 30 de julho de 1892, p. 1

“O Código Penal de 1890, primeiro código da República, determinava a menoridade absoluta aos nove anos completos, sendo que entre os nove e os quatorze anos eram submetidos ao critério do discernimento. Na verdade, por faltar aos juízes os conhecimentos necessários para reconhecer se o menor distinguia o bem do mal ou se tinha lucidez para diferenciar o lícito do ilícito, de acordo com Garcia (2008), na maioria dos casos os juízes proclamavam a falta de discernimento e decidiam em favor do menor.”<sup>155</sup>

Com isso a repressão aos menores aparecem de várias formas nas páginas do *Correio Paulistano*, como na matéria de 10 de fevereiro de 1897 em baixo de uma oração pelas crianças que as chamam de “almas de luz” a um pequeno pedido que pede atenção e enérgicas providências da polícia para dar conta de crianças que estão todas as tardes no Largo do Carmo atirando pedras em transeuntes, atormentando moradores e fazendo uma “gritaria diabólica e infernal”.<sup>156</sup>

Ao mesmo tempo em que há matérias como a de 28 de janeiro de 1897, com o título de “Vadiagem” o trecho pedia para ter medidas de repressão a vadiagem de menores que estão andando pelas ruas da cidade. “Por toda a parte se vê immensa quantidade de meninos que se divertem ou jogando, ou commettendo tropellias contra transeuntes, preferindo para as suas proezas os pobres e indefesos velhos, ou atirando pedras ás vidraças e lampeões que encontram.”

Meninos que seriam de rua e criados “á lei da natureza” e que os pais não seriam competentes para educá-los. E que segundo o autor exibem aptidão para cometer crimes de homicídio. Sempre andando com canivetes e facas e apontaram essa arma para qualquer um que importunam. Segundo o mesmo artigo esses meninos estavam iniciando suas carreiras no crime.

O artigo conta o acontecimento de um “pobre invalido” que passava pela rua Bueno de Andrade e infortunado pelas crianças. O senhor repreendeu eles, mas segundo o mesmo artigo nada foi feito. “Ora, ha em S. Paulo, sem exaggero, 1.000 menores que anoitecem e ammanhacem pelas ruas na mais completa vadiagem. Seria acto meritorio e humanitario desviar essas desgraçadas creaturas abandonadas pelas paes do caminho pelo qual enveredam.”<sup>157</sup>

---

<sup>155</sup> COSTA, Kátia Regina Lopes. Olhares sobre o menor delinquente: a normatização da infância e adolescência delinquentes no Brasil (1889-18930). VI Coloquio Internacional: educação e contemporaneidade, 20 e 22 de setembro de 2012, p. 9.

<sup>156</sup> Sem título, *Correio paulistano*, São Paulo, 10 de fevereiro de 1897, p. 1

<sup>157</sup> Vadiagem, *Correio paulistano*, São Paulo, 28 de janeiro de 1897, p. 1

Havia ainda o sentimento de caridade para as crianças ao mesmo tempo em que havia o pedido de mais policiamento. Mas sobre a noção de caridade podemos encontrar até mesmo em versões de contos como o da “As pequenas fadas” publicada no *Correio Paulistano* dia 20 de dezembro de 1892. O texto coloca na primeira página a descrição de uma criança que está esmolando na rua na noite de Natal é de uma menina chamada Laura, pequenina, loira e franzina. Chamaatenção que o autor escreve que estava nevando, o que pode apontar que o conto se trata de alguma adaptação de um conto natalino estrangeiro. Gomes Leal descreve um cenário desolador de que aquela pequena criança está em um frio de cortar. Gomes fala do egoísmo daqueles que passam e não doam esmolas para ela, “[...] o egoísmo manda a todos os que passam esturgando o passo, que fechem a bolsa, os ouvidos e o coração á voz flebere e dolente da pequenina mendiga...” A figura da criança é descrita um tanto como angelical, autor apesar de doar esmolas sabe que é proibido esmolar, mas ao que parece ele estaria superior neste quesito “moral”.

“Ha uma cousa que nunca podemos cerrar nem a bolsa, nem o nosso coração. E á supplica de uma creança que chora, esmolando! Sim, nós somos contra a esmola, e temos para nós que ella rebaixa a civillisação e a dignidade pessoal.” O autor coloca que essas mendigas quando não trazem esmolas consideradas suficientes são espancadas em casa ou da polícia e por isso ele prefere doar pois não suporta pensar que “aquelles pequenos corpinhos vão ser espancados, e contudidos ferinamente, por culta talvez do meu egoismo, da minha avareza, da minha indifferença, ou da minha philosophia!”<sup>158</sup>

A avó da criança conta que a meia noite as fadas trazem presentes para as crianças, mas que o autor coloca que essas fadas só presenteia os ricos, por não se lembrar da criança pobre e ter a preocupação de sujar seus vestidos.

O autor narra que um espanhol chamado Dr. João passa por ela e a elogia, e diz que quando tiver 15 anos vai ser a mais bela flor de todo jardim e que deseja que quando isso acontecer ela cruze o seu caminho para que o coração virgem dela palpite de amor por ele. E a dá um beijo.

Depois narra que passa por ela o Doutor Prudhomme que quando ela pede esmola ele fala “Vae trabalhar, vagabunda! - regougou indgnado o sr. Prudhomme - a caso ignoras que tu entulhas a

---

<sup>158</sup> Pequenas fadas, *Correio paulistano*, São Paulo, 20 de dezembro de 1892, p. 1

via pública, a municipal e que és um estorvo á civilização humana, e á tua frequzai?” Gomes então coloca

“a civilização precisa da chaga, precisa do mendigo, precisa da pustula, precisa do sapo, precisa da serpente e precisa do agiota! Se esta pequena não mendigasse, como o capital está acumulado, e a riqueza publica condensada nas mão de poucos, mendigariam talvez os seus filhos, senhor Prudhomme, ou os filhos dos meus filhos, isto é, os netos do doutor Pangloss!”<sup>159</sup>

Após o ocorrido a pequena chora falando que as pequenas fadas não vem, depois de apagar acorda em uma cama ao lado da avó e recebe a visita de fadas, e a avó diz para ela que as filhas dos ricos deveriam ser as pequenas fadas dos pobrezinhos.

Outra figura bem interessante aparece sobre o aspecto de caridade aos menos que é as colunas de Alfredo Camarate. Camarate aparece pedindo a intervenção para ajudar as crianças de rua em diferentes matérias. Alfredo sempre aparece com um pedido de caridade e benevolência demonstrando que o Correio Paulistano havia uma certa multiplicidade de discursos sobre os menores, mas que de certo modo não variava e saia tanto da ideologia do jornal, já que a caridade é um dos princípios cristãos.

As matérias de Camarate são destinadas principalmente sobre a situação de crianças de rua. A matéria do início deste capítulo é de autoria do autor e todas seguem o mesmo teor daquela, todas tem o título de “meninos vagabundos” e em todas aparecem também um pedido de intervenção das autoridades e também para a sociedade rica.

Vejam os por exemplo a matéria de 24 de setembro de 1898, o texto tem o subtítulo de “ainda e sempre”. Alfredo fala de um dia antes na parte de “Notas Diárias” um colega chamou a atenção para as crianças em situação de rua e que dormem nas estradas das oficinas. Fala que a polícia seria uma “medida util” para este problema que “corrõe a cidade de São Paulo”, então por meio da seção o autor pedida medidas policiais, que os policiais levem algumas daquelas crianças para as estações policiais e de que alguns xadrez que não estejam em uso poderia servir de abrigo para estas crianças.

---

<sup>159</sup> Ibidem.



O autor também sugere outra coisa “por minha parte, entendo que seria mais vantajoso appellar para as pessoas caridosas de S. Paulo, que, por meio de uma acção combinada, creassem uns barracões, ventilados e hygienicos, onde essas crianças pudessem passar a noite, sob a tutela de uma senhora com dous homens a seu serviço.”

Camarate logo em seguida direciona seu texto para as almas caridosas de São Paulo, pois sabe que de quantas senhoras ricas tem na cidade e de que elas poderiam ocupar seu tempo e fazer o bem. Revelando sua preocupação de que “dentro em dez annos, se não menos, terá a cidade de S. Paulo, não uma quadrilha, mas um exercito de gatunos, ladrões, saltadores e assassinos[...]fazendo assim necessário estas medidas para sanar problmeas futuros”.<sup>160</sup>

Muitas vezes o autor aparecia fazendo uso da descrição da situação precária das crianças de rua ao mesmo tempo fazendo uma denúncia daquela situação e tentando sensibilizar os leitores para que ajudassem de alguma forma. Em 14 de outubro de 1898 volta novamente a falar de meninos vagabundos, desta vez faz uma análise de animais em relação aos meninos. Segundo o autor, segundo os naturalistas os animais escolhem lugares para se esconder que correspondem às cores de suas pelagens para não serem descobertos.

“Não sei se o que ha de verdade na affirmação dos naturalistas; mas, se os animaes, por inticto, conhecem o contraste das cores, por instincto tambem os meninos sabem escolher o logar que melhor occulte os trapos com que se cobrem!”. o autor diz que poucos usavam cores claras, nem viu comida entre eles e nunca viu nenhum deles comendo nada. e completa “mas, neste assumpto, não se callará”

Já na edição do *Correio Paulistano*, 28 de outubro de 1898, Camarate escreve sobre os meninos vagabundos trazendo exemplos de países europeus e dos auxílios que dariam para as crianças de rua, mais precisamente sobre o grande abrigo da cidade de Berlim que abriga famílias sem casa e fala de toda a assistência que o lugar oferece, e completa “em são paulo, temos ... não temos nada, para suavisar a desgraça das creanças desvalidas!”.<sup>161</sup>

Dois dias depois desta matéria, Camarate faz outra falando dos auxílios que outros países dariam para as crianças de rua, desta vez trás o título de “cozinhas populares”, fala de outros países e cidades em Berlim, Lisboa. Fala que muitas vezes os ricos pagam muito e comem mal nos

---

<sup>160</sup> Meninos vagabundos, *Correio Paulistano*, São Paulo, 24 de setembro de 1898, p. 1

<sup>161</sup> Meninos vagabundos, *Correio Paulistano*, São Paulo, 28 de outubro de 1898, p.1

restaurantes em SP e pergunta “ora, se em S. Paulo os ricos comem mal e caro, como é que comerão os pobres?”.<sup>162</sup>

Já no dia 1 de novembro de 1898 Camarate inicia falando que enxerga o que anda fazendo como parte importante de ser jornalista e lutar por algo bom.

“Ora, enquanto me não fecharem as columnas ou as portas do Correio Paulistano, os seis leitores e leitoras poderão ter a certeza que, com o café e os biscotinhos de quebra jejum, terão sempre, ou quasi sempre, este titulo, como phantasma matutino: Os meninos vagabundos. Fala que a polícia poderia ter ações para estes meninos e para a questão rpivada ele fala da filantropia. Fala que os foguetes que estouram nas festas religiosas e profanas que este dinheiro poderia ser gasto com comida para as crianças “cada fffuuuii! puuum! dava para matar a fome a duas ou a tres crianças”<sup>163</sup>

E no dia 9 do mesmo mês e ano uma matéria com o título de “meninos vagabundos” mas dessa vez assinado por L., fala de um loja na Rua da Boa Vista com uma pequena exposição de cobras vivas e mortas trazendo para ali uma massa de curiosos e depois fala q de fato o que deveria chamar a atenção era da “legião de meninos sem texto”.<sup>164</sup>

Em 11 de novembro de 1898 Alfredo narra de forma voluptuosa a visita dele a uma mulher, não fica claro a relação que tem com ela, se é uma amiga, uma irmã ou uma pretendente, a questão é que isso não importa muito para a história pois o autor reserva uma grande parte para narrar sobre o filho desta mulher que estava repousando no berço. O momento é descrito com uma poesia digna de um romance, fazendo a descrição dos bens cuidados do bebê repousando de forma angelical no berço. Passando para a despedida da visita o autor começa seu caminho na rua, logo de início nesta parte o trecho faz um constante com o bebê que dormia no berço de forma tranquila, pois Caramante passa a descreve a criança de cerca de uns cinco anos em situação de rua.<sup>165</sup>

Por último mas não menos interessante, em 22 de novembro de 1898, Camarate inicia falando de que conhece a miséria pois teria vivido nela pequeno trecho para quando ele diz

<sup>162</sup> Meninos vagabundos, *Correio Paulistano*, São Paulo, 30 de outubro de 1898, p. 1

<sup>163</sup> Meninos vagabundos, *Correio Paulistano*, São Paulo, 1 de novembro de 1898, p. 1

<sup>164</sup> Meninos vagabundos, *Correio Paulistano*, São Paulo, 9 de novembro de 1898, p. 1

<sup>165</sup> Meninos vagabundos, *Correio Paulistano*, São Paulo, 11 de novembro de 1898, p. 1

encontrar uma menina de cerca de cinco ou seis anos me frente a uma pastelaria e que segundo Caramante a menina olhava com tanta vontade que ele se ofereceu para comprar pastel para ela, Camarate se aproxima da menina e pergunta se ela já havia comido pastel e ela responde que não, então ele se oferece para comprar para ela.

Conta outro caso de quando estava almoçando com a família em um restaurante entrou no recinto uma menina de cerca de dez anos que estava pedindo esmola, Camarate deu 20 vintém para a menina e na saída para o restaurante sua filha lhe comentou sobre o omelete e ambos choraram

“Este segundo estudo sobre a miséria humana custou me mais caro: um vintem e uma choradilha!” O autor segue dizendo que vê nas ruas de São Paulo menores vagabundos “[...] como cahcorros desprezíveis e lazarentos, fustigados pelo chicote dos ricos e dos indiferentes [...]”. E ao final o autor coloca que chora por eles.<sup>166</sup>

Camarate se coloca em propor uma descrição da situação de miséria das crianças de rua adotando a partir disto uma denúncia para a sociedade. Não encontramos nenhum outro texto que soasse como Camarate sobre crianças vagabundas no *Correio Paulistano*, sendo um demonstrativo de que mesmo dentro de um órgão aparelhado ao governo existia um contraponto, mesmo que este contraponto não fosse tão “contra corrente” assim com os preceitos de caridade cristão, mas que mesmo assim devem ser observados pela sua peculiaridade de colocação nas páginas do *Correio Paulistano*.

As crianças vadias havia assim uma gama de diferenças de compreensões sobre elas, muitas das denominações com apresenta Souza são:

As emoções geradas nestes “encontros” podem ser demonstradas em diferentes contextos sociais e períodos históricos. Muitas denominações e significados foram empregados para definir nosso personagem – crianças e jovens pobres recolhidos das ruas por serem classificados de “vadios” e “vagabundos”– em diferentes tempos, culturas e realidades. Mendigos, meninos de rua, maloqueiro, homeless, flaneur, etc. Ao olhar mais atentamente os diferentes termos usados para denominar nosso personagem, podemos identificar em maior ou em menor grau, a presença da

---

<sup>166</sup> Meninos vagabundos, *Correio Paulistano*, São Paulo, 22 de novembro de 1898, p. 1

ideia da vadiagem e vagabundagem, enquanto expressão do ócio, da amoralidade e do perigo.”<sup>167</sup>

Mariana Martins também observa que nas matérias de jornais do período uma grande presença das crianças, segundo a autora essa presença seria um demonstrativo de que as crianças ocupavam todos os espaços de lazer, mesmo aqueles que eram considerados como locais errados para isso. Este tipo de ação pode ser entendida como parte de um processo de resistência e tentativa de sobrevivência no contexto da cidade de São Paulo:

“Neste ponto, delinea-se outra faceta do cotidiano dos ditos mendigos, qual seja, o desfrute do ócio. Neste sentido, há inúmeras reclamações contra as “turmas de moleques que ao invés de trabalhar, se divertem em jogar o futebol nas calçadas”, na Vila Mariana; ou “malta de crianças sem educação que, além de uma algazarra ensurdiadora ilustrada de vermelhos palavrões” em Santo Amaro.<sup>71</sup> Diversas notícias reclamam dos ajuntamentos de vagabundos, menores desocupados, dentre outros, que passavam os dias em rios como o Tietê e o Tabatinguera, incomodando a vizinhança.<sup>72</sup> As notícias demonstram a importância desses rios no cotidiano das classes pobres, que lá encontravam espaço para o lazer, para o trabalho e também uma fonte de sobrevivência.”<sup>168</sup>

As matérias então seriam um demonstrativo da repressão à vadiagem como averiguamos muitas vezes ao longo deste capítulo. Por muitas vezes não haver a descrição clara do que as crianças estavam fazendo para serem consideradas tão delinquentes, podemos mensurar que na maioria - se não em todos os casos - estas crianças alvos da repressão e das matérias estavam nada mais nada menos que ocupando espaços de lazer. E mesmo quando os comportamentos destas crianças danificaram o patrimônio, demonstra que o risco a propriedade para a burguesia colocava em risco a sociedade.

---

<sup>167</sup> SOUZA, Antonio Reguete Monteiro de. Da desumanização e da norma: A construção social das noções de vadio e vagabundo em meio as atribuições da fabricação do Estado-nação no Brasil (1870-1900). Tese de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, abril de 2010, p. 57.

<sup>168</sup> NUNES, Mariana Martins. Improvisação e resistência: o cotidiano dos miseráveis em São Paulo na Primeira República (1889-1930). Revista de História, 4, 2 (2012), p. 126.

Tais questões aparecem em matérias como a de 10 de novembro de 1893 que apresenta Reclamação dos arvoredos danificados por crianças e “marmanjos”, segundo a matéria são vadios e vagabundos com espírito de destruição.<sup>169</sup> Ou na de 8 de novembro de 1899 Pequena notícia sobre o então “florescente bairro” de Rebouças que foram construídas duas escolas mas que não funcionam por falta de professor e que por este motivo as crianças tenham andando na vadiagem.<sup>170</sup>

Então sobre o contexto da nova ideologia do trabalho, havia uma preocupação com a ocupação destas crianças. As crianças tinham por vezes ocupações por meio de brincadeiras pela cidade o que faziam com que fossem vistos como delinquentes. “Para a classe dominante os espaços públicos assumiram o contorno do medo e do perigo, como produtores de delinquentes, que se tornava ainda mais grave, quanto associados à presença de crianças ao passo que eram percebidos como protetores e meio de sobrevivência pelas classes populares.”<sup>171</sup>

Essas matérias representam parte dessa repressão que cai sobre os menores, mas como também era um demonstrativo da burguesia sobre a educação do trabalho destas crianças pelo medo de se tornarem criminosos por ofício. Fazendo com que suas brincadeiras e ações pela cidade fossem espasmos de sobrevivência e de uma resistência sobre seus controles dos corpos, a aparente rebeldia juvenil no ato de brincar representava um perigo para a ordem social.

---

<sup>169</sup>Sem título, *Correio paulistano*, São Paulo, 10 de novembro de 1893, p.1

<sup>170</sup> Sem título, *Correio paulistano*, São Paulo, 28 de novembro de 1899

<sup>171</sup> SOUZA, Antonio Reguete Monteiro de. Da desumanização e da norma: A construção social das noções de vadio e vagabundo em meio as atribuições da fabricação do Estado-nação no Brasil (1870-1900). Tese de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, abril de 2010, p. 72.

## Capítulo 5

### Imigrantes e a vadiagem

O imigrante é um sujeito fundamental para entendermos o processo de repressão à vadiagem nos anos de 1890 a 1900. Isto porque o período é marcado por grandes ondas imigratórias de europeus que cruzavam o oceano com a promessa de oportunidades. Estes movimentos migratórios são o resultado de um complexo contexto ao qual colocaram estes sujeitos em xeque para a mudança para o Brasil. Na década que estamos analisando, a imigração para São Paulo era constituída de famílias camponesas muito pobres que, vindos no processo de imigração subsidiada, iam para as fazendas de café. Muitos, fugindo das fazendas, foram tentar a vida em centros urbanos. Os imigrantes chegavam no Brasil e se deparavam com uma cultura e sociedade que se organizavam de forma muito diferente, mas que com o auxílio de redes de relações entre os imigrantes proporcionavam e propiciavam os modos de vida de cada nacionalidade.

“A onda imigratória, iniciada em meados dos anos oitenta, chegará ao apogeu no último decênio do século XIX para a seguir reduzir seu ímpeto. Enquanto em 1893 a maioria da população de São Paulo (95%) era constituída de estrangeiros, estes em 1920 tinham-se convertido em minoria (36%), embora ponderável, da população. Nos anos vinte, a vida de muitos imigrantes que haviam desembarcado jovens em terra estranha nos últimos anos do século, para “fazer a América”, se definirá para bem ou para mal. Na luta pela sobrevivência e pela ascensão social famílias se desigualara,, convivências se romperam no espaço urbano. Os sonhos se realizaram para alguns e as ilusões se desfazem para muitos.”<sup>172</sup>

Eram de vários lugares do mundo e tinham como objetivo fugir da fome e da miséria e a tentativa de uma oportunidade de uma vida melhor. Por óbvio que devemos pontuar que dentre muitos alguns eram proprietários de indústrias e herdeiros de robustas heranças, mas essa realidade não era posta a maioria. Em grande parte, eram pessoas pobres que já em seu trajeto para chegar ao

---

<sup>172</sup> FAUSTO, Boris. Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880 – 1924). Brasiliense, São Paulo, 1984, p. 10

Brasil enfrentaram condições precárias nos navios, a precariedade também se estendia às condições de trabalho e em algumas moradias oferecidas pelas companhias. A más condições de trabalho eram denominador comum entre trabalhadores nacionais e estrangeiros, o que fazia que em torno da busca por emprego colocariam todos em um ambiente de sobrevivência e tentativa de se manter vivo.

Essas grandes ondas migratórias eram observadas com atenção pela elite local e é possível observar parte dessa preocupação nas páginas do *Correio Paulistano*. Vejamos por exemplo a matéria de 5 de setembro de 1893. O trecho com o nome de "Comunicado" tem observações sobre a imigração do Sr. Redator, escreveu que para o processo de imigração dar certo seria necessário que houvesse a seleção rigorosa dos imigrantes, por que segundo o Sr. Redator não estaria tendo muito critério. Observa assim a questão do crescente número de mendigos e vagabundos que "infestam as ruas da nossa capital", fazendo uma relação com a grande migração italiana, apontando que já que os italianos são os mais numerosos eles deveriam ser os que passariam por uma seleção mais rigorosa.<sup>173</sup>

A matéria traz a concepção de que os imigrantes eram os culpados pelo aumento da mendicância na capital paulista, mas quando analisamos os imigrantes naquele contexto vamos perceber que não havia apenas essa concepção. A figura do imigrante conteve dois sentidos, o de que seria o culpado pelo aumento da mendicância e por assim dizer da criminalidade da cidade de São Paulo e ao mesmo tempo teria o entendimento que os imigrantes seriam a solução para a consolidação do capitalismo, colocando-o como um trabalhador ideal e que seria crucial neste processo.

Fica claro desde já a dualidade do discurso em torno do imigrante e tais diferentes entendimentos não devem ser entendidos de forma separada. Acontecem de forma conjunta e contraditória, ao mesmo tempo que são enxergados como a solução para o progresso nacional são observados com atenção pelos perigos e as implicações que essas novas pessoas na cidade trariam.

As diferentes formas que se entendiam o imigrante também divergiam de acordo com a nacionalidade ou até mesmo ao contexto do local ao qual se instalaram. Sidney Chalhoub discorre sobre isso em uma obra chamada *Trabalho, lar e botequim*. Um dos pontos demonstrado pelo autor é o da existência de acordo com o contexto social de uma hierarquia entre as diferentes

---

<sup>173</sup> Comunicado, *Correio Paulistano*, São Paulo, 5 de setembro de 1893, p.2

nacionalidades. Eram contextos que tinham uma infinidade de variáveis e que colaboraram com a multiplicidade de entendimentos sobre o imigrante.

Para o caso do Rio de Janeiro, capital do Brasil e que atraía a maior parte da imigração espontânea, Chalhoub demonstra que muitos destes trabalhadores chegavam ao Brasil por conta e com auxílio de redes de relações já estabelecidas já no Brasil. Eram construídas ou por familiares, amigos ou qualquer conhecido que teria vindo primeiro ao país e que auxiliaria o novo imigrante chegado em se estabelecer, conseguir moradia e emprego. Por este motivo muitos vinham sem sua família com o intuito de se estabelecerem primeiro para depois trazerem sua família para o país ou em eventuais planos pessoais retornarem a sua terra natal após acumularem algum dinheiro. Já em São Paulo, como vimos, a imigração foi composta essencialmente de famílias de camponeses muito pobres, mas as redes foram importantes na transferência das fazendas para as cidades.

A rede de colaboração segundo o autor também demonstrava suas próprias contradições, visto que quando posto em relação de sobrevivência, como por exemplo por uma oportunidade de emprego ou por algum ponto de venda em uma determinada região, haveria assim um conflito de interesses que se colocava acima até mesmo de uma eventual solidariedade por nacionalidade.

Ao mesmo tempo que havia os entraves entre pessoas da mesma nacionalidade, o autor pontua as rixas criadas entre nacionais e estrangeiros. Por exemplo, em uma busca por oportunidade de trabalho poderia ser que o empregador de uma determinada nacionalidade optaria em dar o trabalho para uma pessoa da mesma nacionalidade que a sua investida de um nacional. Eram conflitos que inundavam o ambiente de trabalho e que também é um demonstrativo de que mesmo que houvesse a concepção de que os estrangeiros eram a solução para o progresso nacional eram também condicionados às condições de pobreza.

“Para nossos ouvidos acostumados a ligar a figura do imigrante à disciplina e ao trabalho, soa estranho ouvir por exemplo a acusação de que os mendigos que infestam as ruas do Centro não são pretos, mas sobretudo imigrantes ociosos. Alguns textos oficiais daqueles anos vinculam também o crescimento da mendicância ao influxo de vinculação e pondera que conseguiu entretanto reduzir em muito a presença de mendigos alienígenas no centro da cidade, local por eles preferido. O objetivo foi alcançado



vedando simplesmente a entrada destes elementos na zona central e em outros pontos concorridos.”<sup>174</sup>

Como pontuado pelo autor, havia documentos que corroboram com o entendimento de que os imigrantes já tinham a alcunha de ociosos, vagabundos, gatunos e qualquer outro “adjetivo” que poderiam colocá-los, como acredito já ter ficado claro até este ponto os imigrantes também foram alvos da repressão à vadiagem. Os moldes e critérios eram os mesmos, os imigrantes pobres representavam e pertenciam a classe perigosa.

“as classes dominantes pensavam que o imigrante deveria ser “morigerado, sóbrio e laborioso”, isto é, ao cultivar as principais virtudes consagradas na ética capitalista, o imigrante deveria servir de exemplo ao trabalhador nacional. O imigrante e sua família deveriam estar sempre dispostos ao trabalho árduo e às condições difíceis de vida, pelo menos nos primeiros tempos, sendo que estes sofrimentos seriam mais tarde compensados pelo acesso à pequena agricultura familiar. Dentro deste contexto, é fácil entender o porquê do rigor da pena do estrangeiro que era detido por vadiagem: destinado a servir de exemplo, de protótipo do trabalhador ideal na ordem capitalista que se anuncia, sua não adequação a estes parâmetros era vista como uma ameaça à ordem social. Ressalte-se, porém, que esta visão positiva do imigrante aplicava-se principalmente àqueles que se destinavam, nesse período, às zonas cafeeiras de São Paulo, especialmente os italianos. A situação parecia ser bem mais ambígua e contraditória quando estavam em questão, por exemplo, os 106.461 imigrantes portugueses, geralmente homens solteiros e empregados no pequeno comércio, que habitavam a cidade do Rio de Janeiro em 1890.”<sup>175</sup>

As reflexões de Chalhoub são referentes ao Rio de Janeiro mas são muito caras também para análises da cidade de São Paulo. As condições às quais o imigrante estava submetido. O imigrante é posto como um acelerador do capitalismo ao mesmo tempo em que era colocado em situação de

---

<sup>174</sup> FAUSTO, Boris. Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880 – 1924). Brasiliense, São Paulo, 1984, p. 14

<sup>175</sup> CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 77.

constante vigilância e principalmente de repressão também a ociosidade. Um dos caminhos que podemos interpretar é que essa visão dupla e complexa é resultado de um medo do diferente, tal ponto de inflexão é discorrido por Mônica Diniz que pontua:

“Nesse período de intensa e contínua movimentação de pessoas, de discursos favoráveis à abolição, de entrada de imigrantes, percebemos no discurso das elites dominantes o medo da circulação de pessoas, o medo do “diferente”. Os policiais, delegados e subdelegados deveriam estar atentos a toda e qualquer movimentação na cidade.”<sup>176</sup>

O sentimento de acelerador do capitalismo pelos estrangeiros também aparece nas páginas do *Correio Paulistano*. Vejamos a matéria de 7 de janeiro de 1893, na primeira página a parte do jornal intitulado “échos paulista” assinado pela V. de Mello, fala da questão dos imigrantes. Pontua que os brasileiros abrem as portas de seu lar para qualquer um que venha. “Não julgamos isso de qualidade que mereça ser estimulada: antes reputamos experiência, que precisa ser corrigida”. Para o autor da matéria “a imigração nos é tão necessária que, sem ella, todo o nosso progresso será problematico”. Fala que a polícia deveria fazer o exame de passaporte, pois chegaram a informação para o autor que muito imigrantes que teriam sido de que suas pátrias tinham todo o interesse de “expatriar-os”, aí seria uma das justificativas do número de desordeiros e vagabundos da capital. “Nós que precisamos expurgar a sociedade dessas fêzes, damos-lhes guarida, á titulo de imigração”. o Trecho segue dando o exemplo da Itália aproveitou da imigração para mandar os indesejáveis para a Argentina. “Não queiramos que o Brazil se transforme em escoadouro dessas fêzes que asphyxiamm pela emanações dos seus actos.”<sup>177</sup>

A reportagem apresenta a visão dicotômica acerca do entendimento do imigrante, ao mesmo tempo que eleva-os à condição de progresso, também o rebaixa à condição até mesmo de fezes. Fortificando um discurso embrionário nacionalista e ao mesmo tempo um discurso de aversão aqueles que vem de fora - a não ser aqueles que se mostram dignos de tal.

Os trabalhadores imigrantes foram alvos do mecanismo de repressão à vadiagem já que os trabalhadores ideais deveriam estar trabalhando. Na primeira página do *Correio Paulistano* de 19 de

<sup>176</sup> DINIZ, Mônica. Processos criminais: os termos de vem-viver: tensões, controle e sobrevivência nas ruas de São Paulo (1870-1890). *História e Perspectivas*, Uberlândia (49): 175-217, jul./dez. 2013, p. 181.

<sup>177</sup> Échos paulista, *Correio Paulistano*, São Paulo, 17 de janeiro de 1893, p. 1-2

fevereiro de 1891 há uma matéria com o título “Medida energética”. A reportagem é sobre uma ação policial da “caçada aos vagabundos”, noticiando a prisão de um grande número de suspeitos vadios que se encontravam em ócio no distrito sul da Sé e no bairro da Braz, sendo presos na Sé 12 pessoas e no Brás 28. A notícia fala que todos foram revistados e que foram encontrados um verdadeiro arsenal com os detidos: navalhas, punhais, facas e revólveres e um portava um revólver carregado. A matéria segue com uma descrição das ações e dos costumes que os detidos teriam,

“Esses individuos sem profissão nem moradia certa, dormem enquanto ha sol na Ilha dos Amores, e na noite revestem-se de uma atividade espantosa, pondo em sobressalto as pessoas que por necessidade transitam pelas ruas, alta noite, perpetrando toda a sorte de desatinos e selvagerias.”<sup>178</sup>

Segundo a matéria, a maior parte dos detidos eram argentinos vindos de Buenos Aires, porém não especifica o número exato de argentinos e nem a nacionalidade dos demais. Contudo ao final da matéria aparece algo que é bem recorrente em outras sobre a vadiagem, segue o seguinte trecho “Applaudimos as medidas energicas, que a policia tem tomado, para garantir a vida e a propriedade dos cidadãos”. Seriam assim materialização do vagabundo, pois teriam completado as etapas da vida do crime, primeiro como como vadios e escalando na hierarquia do crime.

Os trabalhadores imigrantes eram alvo de preconceito, por óbvio que não devemos colocar em pé de igualdade com as condições de trabalho dos trabalhadores negros, mas devemos ter o entendimento que os trabalhadores imigrantes estavam condicionados as condições de trabalho e de que muitos eram lidos e postos sob o estigma de serem trabalhadores pobres e por esse motivo para as elites deveriam ser alvos da repressão a ociosidade, pois também pertenceriam à classe perigosa.

### **Considerações finais.**

---

<sup>178</sup> Medida energética, *Correio paulistano*, São Paulo, 19 de janeiro de 1891, p. 1

Os vadios, vagabundos, ociosos e todos quaisquer nomenclaturar que davam para aqueles sujeitos que eram vistos e considerados como pertencentes da classe perigosa. Estes sujeitos estavam por todos os lugares da cidade de São Paulo, estavam nos becos, nas ruas, nas praças, no chão das fábricas, nas delegacias e nas celas. Eram sujeitos que ocupavam todas as instâncias dos cotidianos daquela sociedade.

Como demonstrando ao longo deste trabalho, tão frequente quanto sua presença nos lugares em São Paulo, as pessoas consideradas como pertencentes da classe perigosa também apareciam cotidianamente nas páginas do Correio Paulistano.

A repressão à vadiagem tinha como fio condutor de seus princípios a mudança da nova ideologia do trabalho. O trabalho seria o condutor das mudanças e do progresso social da ordem burguesa. No meio do caminho do progresso estaria a vadiagem que seria o empecilhos da ordem social. A concepção sobre os “vagabundos” nas páginas do Correio Paulistano era uma concepção que partia de uma determinada classe, no caso a burguesa. Esta classe tinha noções da burguesia que tinham como um dos seus pilares a moralidade que conduzia a noção de trabalho.

Devemos então retomar as perguntas feitas no percurso deste trabalho, afinal de contas a repressão à vadiagem na cidade de São Paulo poderia ser considerada bem sucedida? Se para responder esta pergunta o entendimento de bem sucedido sobre o tema foi que cotidianamente a repressão à vadiagem aconteceu de diferentes instâncias: juridicamente, pela força policial e por meio da ideologia burguesa do trabalho, então neste caso poderíamos dizer que foi bem sucedida. Mas ao analisar as notícias do Correio Paulistano e percebemos que as constantes matérias veiculadas sobre a vadiagem demonstrando que tais práticas dos “vagabundos” fazia parte do cotidiano da cidade de São Paulo e continuaram ao longo dos anos de 1890 e 1900, bom aí neste caso podemos dizer que não foi bem sucedida.

O que encontramos nas páginas Correio Paulistano é um resultado do caminho da vida daqueles que eram considerados “vadios”, devemos ter a cautela de entender aquelas notícias como um mero resultado de uma visão simplificada da vivência daquelas pessoas. Uma pequena parcela de suas vidas que por estarem bebendo depois do trabalho, de as crianças pobres estarem brincando nos espaços de lazer, pelos trabalhadores darem festas ou simplesmente por estarem jogando cartas, eram alvo da repressão. Como colocado diversas vezes ao longo do trabalho, as classes perigosas eram as classes populares.

Os “vadios” devem ser analisados tendo em vista o contexto do período e não apenas pelo fragmento de suas vidas que encontramos nas páginas do Correio Paulistano que os colocam como “vagabundos”. A antropóloga Lilia Schwarcz pontua que os jornais

“O jornal era então aquele famoso escultor ou “fabricador de boatos”, nos termos de Balzac, pois, caso os fatos não existissem, deveriam ser obrigatoriamente inventados (Barreto, 1980, p. 111). Por isso mesmo o jornalista, nas palavras do triste personagem de Lima Barreto, o escrivão Isaías Caminha, era sempre um homem importante e respeitado até mesmo pela polícia, pois ele tinha o poder de “tudo publicar e a todos ferir” (Barreto, 1980, p. 81)”<sup>179</sup>

Neste quesito o jornal vai desempenhar um importante papel no mecanismo de repressão à vadiagem. O processo de massificação da imprensa e os seus usos como difusor da nova ideologia do trabalho constitui parte da estrutura da repressão aos “vadios”. Mas ao analisar por meio da mera percepção da imposição de uma classe dominante sobre a classe trabalhadora, Sidney Chalhoub aponta que analisando de perto, muitas vezes em diversas esferas de relações a classe trabalhadora exerciam sobre elas mesmo o papel de dominação.<sup>180</sup> Isso é resultado da imposição da ideologia do trabalho burguês que fez com que durante um processo muito longo e paulatino e por muitas vezes violento resultou na incorporação e perpetuação de tais práticas por meio das classes populares, principalmente quando observamos o valor do trabalho numa sociedade que se organiza por meio do capital.

Deve ser reiterado que estes sujeitos considerados “vadios” não eram passivos à repressão à vadiagem. A consciência da resistência poderia existir ou não, mas estava presente em ambas as formas, o “simples” ocupação de espaços de lazer da cidade pelas classes populares era capaz de causar grande incômodo na burguesia. Os atos que podemos considerar como contravenções da nova ideologia de trabalho estava presente em várias formas no cotidiano tanto por meio de nomes falsos dados à polícia ou até mesmo pelo confronto físico.

---

<sup>179</sup> SCHWARCZ, Lilia Katri Mortz. *Imagens de Negros: A imprensa Paulistana no Final do século XIX*, e como através de suas páginas, os Brancos Viam os Negros. UNICAMP, fevereiro, 1986, p. 58.

<sup>180</sup> CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 2001. p. 149

Nas páginas do *Correio Paulistano*, como na matéria encontrada na edição do dia 23 de junho de 1891, onde pode ser contrado o seguinte trecho: "Antonio Vieira por tentar agredir uma praça do corpo de Urbanos, Vicenzo (?), Domingos BARroso, Pedro Torres, Moyses Mourram, Cesari Tonati, José Risgo e alguns outros vagabundos, desordeiros e ebrios."<sup>181</sup>

Semelhante a essa matéria é a do dia 26 de novembro de 1893, a matéria com o nome de *Condenado Feroz* que relata o julgamento do de um “vadio”, que ao perguntar se já havia sido condenado lançou uma pedra ao presidente ferindo o rosto dele, subiu o estrado e deu um murro no outro juiz e ia acertar com um tinteiro o outro quando foi derrubado pelo delegado e pelo escrivão. Mesmo após ser amarrado continuava a tentar desferir golpes. Foi condenado por seis meses de prisão por vadiagem e cinco anos de trabalhos públicos e mais cinco desterro por ofensa à magistratura. Segundo a matéria após a sentença dada ainda gritou “Dez anos!... Ainda hei de voltar a tempo de vos matar a todos!”<sup>182</sup>

Temos outro registro de agressão aos policiais, matéria de 28 de janeiro de 1900 com o título de “valentões” no parte de “vida diaria” do jornal, traz a notícia de que João Baptista de Lima e Leonardo Rodriguez Vaz que teriam saindo da cadeia após cumprir a pena de 44 dias por vadiagem, teriam causado uma verdadeira desordem no largo do Jargim. Depois de serem detidos e levados ao posto policialde Santa Ephigenia, os “valentões” segundo o jornal teriam agredido o carcereiro, o escrivão e alguns praças, as autoridades teriam tido bastante dificuldade de colocá-los no xadrez.<sup>183</sup>

É encontrado também registros de fugas da prisão, como na matéria do dia 21 de janeiro de 1900, na seção de *Vida Diária* encontra-se a notícia de “fuga de presos”, relata que Miguel Ferreira passando na rua Ribeiro de Lima, próximo da Cadeia Pública notou um homem sobre o muro depois soldado abordou o homem apontando o o sabre e “dizendo-lhe que o mataria se daria descesse”. Posteriormente desse acontecimento, foram juntados 20 praças para fazer uma busca nos arredores do edifício. O diretor Arthur da Cunha Soares fez uma revista em toda prisão e pela notícia conseguiu saber que às oito horas da noite estavam presos sentados na janela e no fundo da cela foi feito um rombo grande. Escaparam naquela noite Raymundo Pereira de Sousa que estava cumprindo a pena de vadiagem, entre outros presos, como o gatuno Alfredo Arouche. Tiveram uma

<sup>181</sup> Estão detidos, *Correio Paulistano*, São Paulo, 23 de julho de 1891, p.1

<sup>182</sup> Condenado feroz, *Correio paulistano*, São Paulo, 26 de novembro de 1893, p. 1

<sup>183</sup> Valentões, *Correio Paulistano*, São Paulo, 28 de janeiro de 1900, página 2.

fuga digna de filme, saltaram pelo rombo da cela, passaram pela horta e arrombaram o portão de ferro, passando pela oficina da penitenciária, onde lá encontraram uma escada de 5 metros, colocando no muro que dava para a rua Ribeiro de Lima. Alfredo foi capturado ao meio dia do mesmo dia, já Raymundo deu um perdido nas autoridades.<sup>184</sup>

Por óbvio que não devemos reduzir as experiências destes sujeitos ao pequeno fragmento encontrado nas matérias do Correio Paulistano. Todos estes sujeitos trazidos neste trabalho e muitos outros que podem ser encontrados nas matérias do Correio Paulistano sobre a vadiagem tiveram suas histórias marcadas pelas másculas de “vagabundos” e de pertencentes a classe perigosa.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:**

---

<sup>184</sup> Fuga de presos, *Correio Paulistano*, São Paulo, 21 de janeiro de 1900, p. 2

**Fontes:**

- A mendicidade, *Correio paulistano*, São Paulo, 20 de setembro de 1894, p. 1
- A mendicidade, *Correio paulistano*, São Paulo, 22 de setembro de 1894, p. 1
- A proposito, *Correio paulistano*, São Paulo, 09 de janeiro de 1899, p. 1
- Alegrias do trabalho, *Correio Paulistano*, São Paulo, 13 de dezembro de 1893, p. 1
- Alegrias do trabalho, *Correio paulistano*, São Paulo, 20 de dezembro de 1893, p. 1
- Boa caçada, *Correio Paulistano*, São Paulo, 20 de outubro de 1895, p. 1
- Campinas, *Correio Paulistano*, São Paulo, 13 de março de 1891, p.2
- Campinas, *Correio paulistano*, São Paulo, 25 de abril de 1891, p. 2
- Cartas campineiras, *Correio paulistano*, São Paulo, 06 de setembro de 1893, p. 2
- Coisas policiais, *Correio paulistano*, São Paulo, 06 de dezembro de 1892, p, 2
- Com a Policia, *Correio paulistano*, São Paulo, 9 de outubro de 1892, p.3
- Comunicado, *Correio paulistano*, São Paulo, 5 de setembro de 1893, p.2
- Condenado feroz, *Correio paulistano*, São Paulo, 26 de novembro de 1893, p. 1
- Sem título, *Correio paulistano*, São Paulo, 28 de novembro de 1899
- Sem título, *Correio paulistano*, São Paulo, 10 de fevereiro de 1897, p. 1
- Sem título, *Correio paulistano*, São Paulo, 10 de novembro de 1893, p.1
- Sem título, *Correio paulistano*, São Paulo, 13 de abril de 1897, p. 1
- Sem título, *Correio paulistano*, São Paulo, 15 de março de 1899, p. 1
- Correspondencia de Lisboa, *Correio paulistano*, São Paulo, 23 de março de 1893, p. 2
- Creanças abandonadas, *Correio paulistano*, São Paulo, 30 de julho de 1892, p. 1
- De pulpito, *Correio paulistano*, São Paulo, 12 de junho de 1890, p. 2
- Diabinhos azues, *Correio paulistano*, São Paulo, 26 de julho de 1890, p. 2
- Discursos, *Correio paulistano*, São Paulo, 05 de novembro de 1897, p. 2
- Discursos, *Correio paulistano*, São Paulo, 25 de abril de 1895, p. 2
- DousCorregos, *Correio paulistano*, São Paulo, 17 de janeiro de 1893,p. 1-2
- Dr. chefe de policia, *Correio paulistano*, São Paulo, 23 de abril de 1892, p.1
- Échos paulista, *Correio paulistano*, São Paulo, 17 de janeiro de 1893,p. 1-2
- Estão detidos, *Correio paulistano*, São Paulo, 23 de julho de 1891, p.1
- Fechamento de portas, *Correio paulistano*, São Paulo, 09 de agosto de 1892, p. 3
- Fechamento de portas, *Correio paulistano*, São Paulo, 17 de agosto de 1892, p. 3
- Fechamento de portas, *Correio paulistano*, São Paulo, 18 de agosto de 1892, p. 3
- Fechamento de portas, *Correio paulistano*, São Paulo, 19 de julho de 1892, p. 3
- Fechamento de portas, *Correio paulistano*, São Paulo, 21 de julho de 1892, p. 3
- Fechamento de portas, *Correio paulistano*, São Paulo,23 de julho de 1892, p. 3
- Fechamento de portas, *Correio paulistano*, São Paulo, 24 de agosto de 1892, p. 3
- Fechamento de portas, *Correio paulistano*, São Paulo,26 de julho de 1892, p. 3
- Fechamento de portas, *Correio paulistano*, São Paulo, 30 agosto 1892, p. 3
- Fuga de presos, *Correio Paulistano*, São Paulo, 21 de janeiro de 1900, p. 2
- Gatuno audaz, *Correio Paulistano*, São Paulo, 13 de fevereiro de 1891, p. 2
- Imprensa Paulistana, *Correio Paulistano*, São Paulo, 05 de março de 1898, p. 1
- Malfeitores, *Correio Paulistano*, 25 de abril de 1893, p. 1
- Medida energica, *Correio Paulistano*, São Paulo, 19 de fevereiro de 1891, p. 1
- Meninos vagabundos, *Correio Paulistano*, São Paulo, 1 de novembro de 1898, p. 1
- Meninos vagabundos, *Correio Paulistano*, São Paulo, 11 de maio de 1892, p. 1
- Meninos vagabundos, *Correio Paulistano*, São Paulo, 11 novembro de 1898, p. 1
- Meninos vagabundos, *Correio Paulistano*, São Paulo, 17 de setembro de 1898, p. 1
- Meninos vagabundos, *Correio Paulistano*, São Paulo, 2 de novembro de 1898, p. 1
- Meninos vagabundos, *Correio Paulistano*, São Paulo, 24 de setembro de 1898, p. 1



Meninos vagabundos, *Correio Paulistano*, São Paulo, 28 de outubro de 1898, p. 1  
 Meninos vagabundos, *Correio Paulistano*, São Paulo, 30 de outubro de 1898, p. 1  
 Meninos vagabundos, *Correio Paulistano*, São Paulo, de novembro de 1898, p. 1  
 Mosaico, *Correio Paulistano*, São Paulo, 07 de fevereiro de 1900, p. 2  
 Mosaico, *Correio Paulistano*, São Paulo, 24 de abril de 1900, p. 2  
 Mosaico, *Correio Paulistano*, São Paulo, 25 de março de 1899, p. 2  
 O Brasil em Paris, *Correio Paulistano*, São Paulo, 13 de março de 1890, p. 1  
 Os vagabundos e a polícia, *Correio Paulistano*, São Paulo, 22 de fevereiro de 1891, p. 1  
 Pequenas fadas, *Correio Paulistano*, São Paulo, 20 de dezembro de 1892, p. 1  
 Prisões, *Correio Paulistano*, São Paulo, 1 de setembro de 1893, p. 1  
 República do Uruguai, *Correio Paulistano*, São Paulo 30 de maio de 1891, p. 1  
 Santos, *Correio Paulistano*, São Paulo, 21 de abril de 1891, p. 2  
 Secretaria militar, *Correio Paulistano*, São Paulo, 31 de maio de 1891, p. 1  
 Sem título, *Correio Paulistano*, 16 de dezembro de 1893, p. 2  
 Vadiagem, *Correio Paulistano*, São Paulo, 28 de janeiro de 1897, p. 1  
 Vagabundagem a mendicância, *Correio Paulistano*, São Paulo, 21 de julho de 1894, p. 3  
 Vagabundos mendigos, *Correio Paulistano*, São Paulo, 21 de fevereiro de 1891, p. 1  
 Valentões, *Correio Paulistano*, São Paulo, 28 de janeiro de 1900, p. 2.  
 Vandalismo, *Correio Paulistano*, São Paulo, 27 de agosto de 1893, p. 2

### **Bibliografia:**

BRITTO, Rose Dayanne Santos de. “O pobre não é vadio”; uma crítica ao discurso elitista acerca do trabalho na primeira República. *História e Cultura, Franca*, v. 6, n. 2, p.144-160, ago-nov. 2017

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa como fonte e objeto de estudo para o historiador. In: *História das Américas: fontes e abordagens historiográficas*[S.l: s.n.], 2015.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Cidade e fábrica: a construção do mundo do trabalho na sociedade brasileira. 1983. 157 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botecoim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 2001.

COSTA, Eder Dion de Paula e STOLZ, Sheila. O MUNDO DO TRABALHO NO BRASIL INDEPENDENTE E REPUBLICANO: A INVENÇÃO DA/DO TRABALHADORA/TRABALHADOR NACIONAL ATRAVÉS DO MITO DA VADIAGEM.

COSTA, Kátia Regina Lopes. Olhares sobre o menor delinquente: a normatização da infância e adolescência delinquentes no Brasil (1889-18930). VI Colóquio Internacional: educação e contemporaneidade, 20 e 22 de setembro de 2012.

DINIZ, Mônica. Olhares sobre a cidade: termos do bem viver, vadiagem e polícia nas ruas de São Paulo (1870-1890). 2012. 133 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

DINIZ, Mônica. Os pobres e os termos de bem viver: novas formas de controle social no Império do Brasil. PUC-SP, São Paulo, 2012.

DINIZ, Mônica. Processos criminais: os termos de vem-viver: tensões, controle e sobrevivência nas ruas de São Paulo (1870-1890). *História e Perspectivas*, Uberlândia (49): 175-217, jul./dez. 2013, p. 175 – 217.

DINIZ, Mônica. Trabalho, vadiagem e polícia em São Paulo fins do XIX (1870 - 1890). *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO*.

FAUSTO, Boris. Controle social e criminalidade em São Paulo: um apanhado geral (1890-1924). PINHEIRO, In\_ (org) Paulo Sérgio. *Crime, violência e poder*. Brasiliense.

FAUSTO, Boris. *Crime e Cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880 – 1924)*. Brasiliense, São Paulo, 1984.

FILHO, Walter Fraga. *Mendigos e Vadios na Bahia do século XIX*. Tese de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, Salvador, março, 1994.

GOETTERT, Jones Dari. Aos “vadios”, o trabalho: considerações em torno de representações sobre o trabalho e a vadiagem no Brasil. *Revista Formação - Edição Especial*, n. 13, v. 2, p. 101 - 117.

JÚNIOR, Sérgio Luiz Milagre. *A REPÚBLICA E A REPRESSÃO À VADIAGEM: abordagens sobre os vadios em Minas Gerais (1895-1901)*. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Profissão historiador; formação e mercado de trabalho*, Juiz de Fora, 2014.

KARVAT, Erivan Cassiano. *DISCURSOS E PRÁTICAS DE CONTROLE: FALAS E OLHARES SOBRE A MENDICIDADE E A VADIAGEM (CURITIBA: 1890-1933)*. UFPR, Curitiba, 1996.

KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1994, 2. Ed.

LIMA, Magali Alonso de e LIMA, Roberto Kant de. Capoeira e cidadania: negritude e identidade no Brasil Republicano. *Revista de Antrropologia*. São Paulo, USP, o. 34, 1991, p. 143-182 .

MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. *A civilização do delegado: modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889 - 1930*. Tese pós-graduação, Universidade de São Paulo, 2012.

NEDER, Gizlene. Cidade, Identidade e exclusão. *Tempo*, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, 1997, pp. 106-134.

NUNES, Mariana Martins. Improvisação e resistência: o cotidiano dos miseráveis em São Paulo na Primeira República (1889-1930). *Revista de História*, 4, 2 (2012), p. 107-132.

OLIVEIRA, Mateus Fernandes de; VASCONCELOS, Marcos Estevam. O combate à ociosidade e à marginalização dos libertos no pós-emancipação. *CES Revista*, Juiz de Fora, v. 25, 2011. p. 147 - 158.

OLIVEIRA, Rosane; PAULINO, Silvia Campos. Vadiagem e as novas formas de controle da população negra urbana pós-abolição. *Direito em Movimento*, Rio de Janeiro, v. 18 - n.1, p. 94 - 110, 2020.

PATTO, Maria Helena Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. *ESTUDOS AVANÇADOS* 13 (35), 1999, p. 167 – 198.

PORTO, Ana Gomes. AMIGOS DO ALHEIO: Vadios, gatunos e ladrões em São Paulo no início da República. *História e Perspectivas*, Uberlândia (49): jul./dez. 2013, p. 267 – 305.

ROCHA, Fábio Dantas. SAINDO DAS SOMBRAS: CLASSE E RAÇA NA SÃO PAULO PÓSABOLIÇÃO (1887-1930). UNIFESP, Guarulhos, 2018.

RODRIGUES, Cristiane. A Construção Social do Vadio e o Crime de Vadiagem (1886-1906). UFRJ, Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro, 2006.

ROSEMBERG, Andre. Polícia, policiamento e o policial na província de São Paulo, no final do Império: a instituição, prática cotidiana e cultura. 2008. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, Fernando de Oliveira dos. Pós-abolição e a luta pela cidadania negra na cidade de São Paulo (1891 - 1930). Universidade Estadual de Paulista, Assis, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Katri Mortz. Imagens de Negros: A imprensa Paulistana no Final do século XIX, e como através de suas páginas, os Brancos Viam os Negros. UNICAMP, fevereiro, 1986.

SOUZA, Antonio Reguete Monteiro de. Da desumanização e da norma: A construção social das noções de vadio e vagabundo em meio as atribuições da fabricação do Estado-nação no Brasil (1870-1900). Tese de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, abril de 2010, p. 57-68.

TEIXEIRA, Alessandra; SALLA, Fernando Afonso; MARINHO, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha. VADIAGEM E PRISÕES CORRECIONAIS EM SÃO PAULO: MECANISMOS DE CONTROLE NO FIRMAMENTO DA REPÚBLICA. *Estud. hist. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, p. 381-400, Aug. 2016.

TIEDE, Livia Maria. Sob suspeita: negros, pretos e homens de cor em São Paulo no início do século XX. 2006, Dissertação mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

VALENÇA, Manuela Abath. A construção social da vadiagem nos discursos jurídicos do início da Era Republicana. *Revista Brasileira de Sociologia do Direito*, Porto Alegre, ABraSD, v. 1, n. 2, p. 98-108, jul./dez., 2014.